

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Rodolfo Gabriel de Souza

CRISE E RETOMADA DA INDÚSTRIA DE DEFESA

**Santana do Livramento
2018**

Rodolfo Gabriel de Souza

CRISE E RETOMADA DA INDÚSTRIA DE DEFESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Balardim

Santana do Livramento

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

327.81

S719c Souza, Rodolfo Gabriel de
Crise e retomada da indústria de defesa / Rodolfo Gabriel
de Souza.
103 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Indústria de Defesa. 2. Desenvolvimento Nacional. 3.
Política Externa Brasileira. 4. Defesa Nacional. 5.
Neoliberalismo. I. Título.

Rodolfo Gabriel de Souza

CRISE E RETOMADA DA INDÚSTRIA DE DEFESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Balardim
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof^ª. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Prof. Msc. Bernardo Schirmer Muratt
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho a todos que contribuem
com o fortalecimento do Brasil.

AGRADECIMENTO

A minha família, por sempre incentivar, apoiar os estudos e se preocupar com a sociedade. Aos meus amigos de São José dos Campos-SP e Santo André-SP, pela força e companhia que apesar de distantes fisicamente, sempre estiveram em contato apoiando. Ao meu orientador Prof. Dr. Rafael Balardim, por ter sempre trazer discussões pertinentes em sala de aula, estimulando o senso crítico de forma instigante e aceitando a me orientar, assim como os demais professores da UNIPAMPA que também deixo registrado o agradecimento pelo conhecimento passado para nós alunos. As amizades que estiveram comigo em Santana do Livramento-RS, sem vocês seria difícil.

Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (GIA-SJ-DCTA-BINFA-64), unidade a qual servi e tenho um grande apreço por reforçar o espírito nacionalista que me inspirou a fazer esta graduação e dar continuidade no trabalho de servir ao meu país. Os professores do ensino médio COC-SJC, que me prepararam e estimularam, principalmente meus ex-professores: Tecnol. Delço Gialorenço, Dr. Marcelo Micke Doti, Heron. Não menos importante, Esp. Maiko Menassa, professor de geografia e história, do fundamental na EMEF. Hélio Augusto de Souza, me iniciou pelo gosto das sociais aplicadas.

“De 15 em 15 anos, o Brasil esquece do que aconteceu nos últimos 15 anos”.

Ivan Lessa

RESUMO

A indústria de defesa estava em declínio nos anos 1990, os impactos do neoliberalismo no Brasil afetaram no modelo de desenvolvimento econômico, colocando a indústria nacional a desindustrialização e deixando de lado projetos nacionais, resultando em setor bélico estagnado e marginalizado. Retoma a sua importância pós 2003, durante o governo Lula (2003-2010), com ciclos de debates promovendo o setor, que busca por meio do Estado Logístico, alavancar o desenvolvimento interno em conjunto com uma política externa de cooperação com países sul-sul, dando atenção para a periferia do sistema internacional em resistência do neoliberalismo. Possibilitando novos meios estratégicos para o desenvolvimento nacional, tolerando a globalização, contexto que a indústria de defesa pode se beneficiar com novos parceiros comerciais e de projetos futuros, como a estratégia continuada por Celso Amorim no governo Dilma (2011-2016).

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Desenvolvimento nacional; indústria de defesa

ABSTRACT

The defense industry was in decline during the 90's. The impacts of neoliberalism in Brazil have affected the economical model for development, dismantling the national industry and putting aside any nationalistic projects; it stagnated and marginalized that sector. Its importance shows up again after 2003, during Lula's government (2003-2010), with debate cycles promoting the sector in a government that seeks, through a Logistical State, to promote internal development together with an external inclination towards south-south cooperation, giving out more attention to the peripheral margins of the international system. It made possible new strategical means for the development of the nation, by which the defense industry could benefit from with new commercial partners and projects and strategies that were kept on by Celso Amorim during Dilma's government (2011-2016)

Keywords: Neoliberalism; national development; defense industry

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da América do Sul no ramo industrial	82
Figura 2 – Exportações de produtos de defesa (US\$ milhões)	88
Figura 3 – Volume das Exportações entre 2003 a 2014 (US\$ milhões)	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II PND –	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
ABDI –	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ALCA –	Área de Livre Comércio das Américas
BID –	Base Industrial de Defesa
BNDE –	Banco Nacional de Desenvolvimento
BLD –	Base Logística de Defesa
CDS –	Conselho de Segurança Sul-Americano
C&T –	Ciência e Tecnologia
CTEX –	Centro Tecnológico do Exército
DCTA –	Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica
END –	Estratégia Nacional de Defesa
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FHC –	Fernando Henrique Cardoso
INPE –	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITA –	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
MERCOSUL –	Mercado Comum do Sul
MD –	Ministério da Defesa
NAFTA –	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
ONU –	Organização das Nações Unidas
OPEP –	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
P&D –	Pesquisa e Desenvolvimento
PSI –	Processo de Substituição de Importações
PNID –	Política Nacional da Indústria de Defesa
PDP –	Política de Desenvolvimento Produtivo
PND –	Política Nacional de Defesa
SEPROD –	Secretária de Produtos de Defesa
SIPRI –	Stockholm International Peace Research Institute
UNASUL –	União de Nações Sul-Americanas
UE –	União Europeia

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EMBASAMENTO TEÓRICO.....	16
2.1 Poder e a Política Internacional.....	16
2.2 Estratégia, Política e Poder nacional.....	18
2.3 Desenvolvimento Nacional.....	22
2.4 Neoliberalismo.....	27
2.4.1 Sobre o contexto da indústria brasileira de defesa.....	36
3 RETOMANDO O BRASIL DOS ANOS 1980 E AS DINÂMICAS DA INDÚSTRIA DE DEFESA.....	40
3.1 Desenvolvimento nacional nos anos 1980: crises e mudanças.....	42
3.2 A indústria de defesa e seu momento de declínio.....	47
3.3 Queda do Projeto Nacional.....	54
4 A INSERÇÃO BRASILEIRA E A DERROCADA DA INDÚSTRIA DE DEFESA NOS ANOS 1990.....	59
4.1 O Mercosul e a necessidade regional no novo contexto global.....	60
4.2 Terceira Revolução Industrial e a obsolência da indústria brasileira.....	62
4.3 Desindustrialização brasileira.....	66
4.3.1 Precarização e o reaparelhamento das Forças Armadas nos anos 1990.....	69
5 OS DESAFIOS DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA NO INICIO DO SÉCULO XXI.....	75
5.1 Multilateralidade e a cooperação sul-sul.....	79
5.1.2 Políticas públicas para o setor de defesa (2003-2010).....	83
5.1.3 Projetos das Forças Armadas.....	84
5.1.4 Exportações Brasileira.....	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICE.....	102
APÊNDICE A - Empresas atuantes na indústria de defesa.....	102

1 INTRODUÇÃO

Por meio do método hipotético-dedutivo, o trabalho buscará investigar as medidas, realizadas durante o governo Lula (2003-2010), de contraste com interesses neoliberais e das políticas dos governos: Collor (1990 a 1992), Itamar Franco (1992 a 1994), Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), no setor bélico brasileiro, utilizando a política externa e políticas públicas como meio de promoção. Para realizar esta investigação, caberá o entendimento inicial, do neoliberalismo e sua incursão na América Latina e o porquê de estar vinculado a crise da indústria de defesa e o projeto nacional, afetando significativamente no modelo de desenvolvimento econômico. O debate se faz necessário, por entendimento, das referências do assunto, os prejuízos que o neoliberalismo provocou mas sem aprofundar no tema. Desse modo, por meio da revisão bibliográfica, de autores envolvidos no assunto de: defesa, neoliberalismo, política externa e economia, verificará a assertiva a respeito dos impactos do neoliberalismo no desenvolvimento e defesa do Brasil neste setor da indústria bélica.

Mediante as considerações acima, o problema de pesquisa, apresentado ao trabalho é como o governo Lula (2003-2010) buscou retomar a necessidade do desenvolvimento nacional na indústria de defesa, tendo como objetivo geral do trabalho a cooperação sul-sul, que foi marcante em seu governo e ajudou a promover a indústria de defesa. A hipótese parte após os anos 2000, observa-se a tomada do Estado Logístico, sinalizando intenções de fomentar a indústria nacional e promoção de interesses do país nas relações sul-sul. Significou em progressos de desenvolvimento que buscaram diminuir algumas dependências e inserindo o país no sistema internacional de forma mais ativa. Utilizando a política externa, buscou cooperações com países não hegemônicos, tendo um alinhamento mais aos países do hemisfério sul, abrindo possibilidades de maior inserção do setor bélico via exportações e cooperações.

Diferenciando dos governos anteriores, estas estratégias resultaram em desenvolvimento de parcerias com outros Estados e promoção da indústria de defesa. Além de um modelo de inserção internacional, buscando promover as empresas brasileiras. Estas ações políticas e econômicas, resultaram em uma direção oposta aos governos anteriores, mostrando que mesmo em um contexto de globalização é possível promover desenvolvimento nacional, em setores estratégicos, com países não hegemônicos. A fixação da racionalidade do Estado

resultou: Estratégia Nacional de Defesa, Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, são marcos de políticas de Estado realizadas durante os governos que esclarecem melhor a visão e objetivos do Brasil nestas temáticas.

O setor bélico brasileiro, sofreu crises em sua base industrial, ocasionando a estagnação da produção e desenvolvimento, nos anos 1980 a 1990. A investigação de políticas neoliberais e a política externa brasileira, se dão na análise de impactos no desenvolvimento nacional que conseqüentemente atingem a indústria de defesa. Observa-se a retomada do desenvolvimento de 2003 a 2010, com a tomada do Estado Logístico, recuperando ideias de desenvolvimento nacional com intervenção do Estado, política externa diferenciada dos anteriores e se alinhando as políticas do governo vigente, que busca um modelo desenvolvimentista baseando-se no empresariado nacional e inserção comercial no sistema internacional.

O estudo dessa estratégia é importante para o Brasil, que visa suprir suas necessidades de capacidades defensivas, partindo de recursos e empresas do próprio Estado. Buscando reduzir as dependências externas de países hegemônicos, apoiando-se nas cooperações sul-sul, criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), como instrumentos de fomento integrativos estratégicos, iniciativas na região da América do Sul e o fórum Índia Brasil e África do Sul (IBAS).

Assim, o trabalho buscará responder o problema de pesquisa partindo do estudo dos objetivos específicos sobre: investigar a crise do setor bélico brasileiro entre 1980 e 1990; verificar os impactos do neoliberalismo sobre a indústria de defesa, nos anos de 1990; mostrar a importância do papel do Estado Logístico; interpretar as políticas de cooperação sul-sul, que viabilizaram caminhos para o desenvolvimento da indústria de defesa. Satisfazendo a necessidade de compreender a assertiva de autores, quando dizem a respeito do neoliberalismo sobre a indústria bélica e a relação sul-sul que permitiu criar um campo de cooperação entre os países que sofreram influências do neoliberalismo e tiveram suas indústrias e projeto nacionais, atrasados.

Inicia-se, no segundo capítulo, o embasamento teórico. Proporcionando um aporte teórico para o leitor, possivelmente compreender, as relações e definições dos principais termos utilizados durante o trabalho e fornecendo condições de refletir ao longo do trabalho os impactos do neoliberalismo e as motivações de se buscar cooperação com outros países não hegemônicos e políticas públicas, para dar condições de reverter os prejuízos. No terceiro

capítulo, compõe a indústria de defesa dos anos 1980 e o seu desenrolar até os anos 1990, vivenciando momento de crises. Quarto capítulo, o aprofundamento do neoliberalismo e a política internacional da região latina sobre o Consenso de Washington e a situação brasileira, entendendo a estagnação da indústria de defesa nos anos 1990. Chega-se ao quinto capítulo, verificará que após os anos 2000, o Brasil retoma a atenção para o setor com estratégias regionais para a sua promoção no embate das propostas neoliberais, reduzindo os prejuízos.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Tratando-se de um tema que aborda desenvolvimento nacional no setor bélico durante os períodos de 1990 a 2010. Cabe destacar abaixo, os conceitos sobre: poder e sua relação com o cenário internacional, estratégia e desenvolvimento nacional como elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e político dentro de um Estado, neoliberalismo como desestabilizador dos elementos supracitados. Para se chegar ao entendimento do porquê é importante o Estado nacional não abrir mão de setores estratégicos e investir em sua indústria nacional, como no caso estudado o setor bélico.

Tendo a definição destes conceitos, será possível realizar um entendimento do Estado Logístico do governo Lula (2003-2010), que busca minimizar os efeitos do neoliberalismo e estimular caminhos para a indústria de defesa que estava defasada, aliando com um modelo de política externa buscando diversificar as relações, principalmente sul-sul.

2.1 Poder e a Política Internacional

O aspecto poder se faz necessário devido a sua influência na política internacional, o trabalho analisará aspectos econômicos, políticos e militares. Deste modo, a contemplação do elemento poder é relevante, para o estudo de relações internacionais, no qual a compreensão do poder dos Estados torna-se elemento chave para sua análise de influência no sistema internacional. Será conceituado pela definição realista de Edward Carr.

Para Carr (2001), a política é quando há um conflito de poder que precisa ser solucionado, após sua solução, torna-se atividade administrativa e não política, a aplicação torna-se aplicável as relações entre Estados. Ele observa na relação não política, ações de origem técnica que viabilizem interesses privados e recíproco entre os Estados envolvidos. A política seria o momento em que os Estados envolvidos podem conflitar em interesses que tem potencial de influenciar nas ações do outro.

Carr (2001) reforça e rebate a ideia do liberalismo, quando observa a criação da Liga das Nações, as decisões partiam de grande influência das grandes potencias que negociavam os acordos. Outros atores envolvidos citados pelo autor, demonstraram que o papel dos Estados sem grande relevância, não eram impactantes nas negociações. Em exemplo de demonstração, é citado o caso de sanções que a Grã-Bretanha e França impuseram a Itália em

1935 As potências menores, seguiram e receberam benefícios destas duas, já que possuíam poderio militar e econômico, fatores importantes para uma potência.

Com o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Estados europeus que possuíam um fluxo comercial com ela, tiveram que aderir ao abandono para continuarem mantendo as relações econômicas, demonstrando a interdependência destas perante ela no caráter econômico. Na esfera militar, o autor cita o exemplo da França na década XX, por ter sido o Estado com maior poderio bélico, houveram nações que ficaram ao seu lado, no momento que a Alemanha ultrapassou a França, estas mesmas, mudaram suas posições a favor ou neutras a Alemanha.

Pode-se dividir o poder político, na esfera internacional, em três categorias, para fins de discussão: a) poder militar, b) poder econômico, c) poder sobre a opinião. Descobriremos, entretanto, que estas três categorias são bastante interdependentes; e embora sejam separáveis teoricamente, é difícil, na prática, imaginar um país que, por algum período de tempo, possua algum tipo de poder isolado dos outros. Em sua essência, o poder é um todo indivisível. "As leis da dinâmica social", disse recentemente um crítico, "são leis que só podem ser estabelecidas em termos de poder, e não em termos desta ou daquela forma de poder". (CARR, 2001, p.143)

Em poder militar, Carr (2001) define como o último recurso político do Estado, não que o Estado esteja interessado na guerra em si, mas para uma arma que esteja em condições caso a necessidade surgir. O autor diz em comparação a política interna, do mesmo modo pode ter potencial de revolução, pode ter de guerra na política internacional. O poderio bélico foi elemento presente na história das grandes potências mundiais.

O papel da política externa, possui um vínculo de grande importância para a estratégia do Estado, promovendo seus interesses e moral na comunidade internacional, sendo assim Carr (2001) afirma que é essencial para a sobrevivência do Estado, observando que deve ser visto como um fim e não como apenas um instrumento.

Na esfera do poder econômico, observa-se a relação deste trabalho para as relações internacionais, para Carr (2001) este assunto deve ser considerado, de modo que o estudo das civilizações pode ser observado a relação de desenvolvimento econômico com poderio militar. Mesmo algumas civilizações que tiveram apenas poder econômico, possuíam dinheiro suficiente para contratar os melhores exércitos mercenários para proteger seus interesses econômicos e de Estado. Os próximos pontos, elucidarão esta questão, mostrando como é importante o Estado se preocupar com a manutenção de seu poder.

2.2 Estratégia, Política e Poder nacional

Feito o entendimento da parte internacional, cabe a necessidade do Estado formular estratégias para avançar e ter progressos em suas indústrias, alcançar seus objetivos e satisfazer o bem-estar social. Além da necessidade de ter seu poder garantido.

Definindo por estratégia, Costa (2009) fundamenta na necessidade do homem em precisar do espaço em que se localiza para sobreviver, juntamente em cooptação com outros homens. A forma de mediação dessas necessidades de sobrevivência, é o meio que se insere a estratégia.

O homem, como um ser dotado de vontade e de razão para cooptar, pratica ações volitivas e racionais; quando uma destas é de cooptação de outros seres humanos, ela é chamada de ação estratégica. Quanto à forma, as ações estratégicas podem ser classificadas como: diretas, indiretas e de dissuasão; e, quanto à atitude: em ofensivas e defensivas. (COSTA, 2009, p.405)

O autor ainda considera como elementos sempre presentes o espaço e tempo, em ambos a ação racional empregada nestes dois, chega-se ao trabalho que resultará na supressão da necessidade em questão, sendo compostos na estratégia. Mas essa relação pode implicar em momentos de: competição, conflito e cooperação.

Não cabe neste trabalho a discussão histórica sobre o conceito de estratégia, mas utiliza-se da noção moderna que correlaciona com política e poder, o autor observa que a estratégia é fundamental para o poder e política. Dentro da política compreende-se a interpretação dos interesses dos grupos em formular o objetivo, de forma que consiga ser preservado. O poder, seria a capacidade de ação para conquistar e manter os objetivos que se pretendem (COSTA, 2009, p.407).

É importante a noção deste conceito em razão de se revelar que dentro de um Estado, sua política deve estar orientada visando atender as necessidades de seus residentes, devido a isso, deve ter poder e estratégia para a obtenção, sem isso ficará a mercê da estratégia e poder dos outros.

O autor considera como um triângulo indissolúvel, deve haver um planejamento do Estado Nacional para o fortalecimento e manutenção destes elementos, para se contrapor as forças externas.

O triângulo indissolúvel também sempre se posiciona no plano nacional, articulando a política nacional, a estratégia nacional e o poder nacional. Neste plano, a política prende-se, sobretudo, nos fins a alcançar para o Estado Nacional; sempre tem de ir além, organizando o poder nacional, criando meios e desenvolvendo-os, sempre, em benefício da comunidade nacional. A política nacional, ao interpretar as aspirações e interesses e ao transformá-los em objetivos nacionais para a consecução ou manutenção, em determinado prazo, o faz mediante uma concepção política, que dita os rumos de uma concepção estratégica. (COSTA,2009, p.430)

Costa (2009) considera que não é algo espontâneo, estes processos, por sua vez, requerem uma intervenção do Estado Nacional, que demanda um momento favorável dentro do espaço/tempo para a sua realização. Para isso, um planejamento deve ocorrer para que esta racionalidade de entendimento sobre os três elementos, seja possível. A ação de intervenção, portanto, deve possuir planejamento para atuar que deve vir, segundo o autor, de vontade e conhecimento, dessa forma “decorre a assertiva que planejar é uma atividade exclusivamente humana” (COSTA,2009, p.430).

Compreende que a estratégia nacional está intimamente ligada a política nacional, essa, por sua vez, se faz necessária com seus objetivos e atuações perante a operacionalidade da estratégia nacional. Os objetivos são decisivos à vista disso eles podem significar de forma clara como potencial nacional ou passar a ser potencial.

Costa (2009) entende do ponto de vista de Bismarck, a preocupação seria com o fins objetivos. De forma que estabeleçam formulas para a obtenção de concluir, para isso o Estado Nacional deve garantir a sobrevivência e bem-estar da sociedade no geral. Desse modo a política traduziria os interesses dessa gama e traçar os objetivos, para que se possa ter uma estratégia a nível nacional. Os meios serão exatamente voltados para a satisfação desses objetivos traduzidos.

Carr (2001) e Costa (2009) se assemelham quanto a temática de poder, de modo que o poder para ambos não se traduz apenas como força militar e é relativo, quando se parte para a análise internacional outros componentes devem ser levados em consideração (como trabalhado anteriormente em Carr (2001), poder militar, econômico e político).

A manifestação de poder será vista quando ocorrer uma influência de um Estado Nacional sobre outro, deve haver um objeto e um fim específico para sua materialização, desse modo, Costa (2009) justifica para que o poder faça sentido. Para isso que se deve entender estratégia e política nacional, logo os objetivos e planos traçados com as duas, o poder viria de forma intervencionista para alcançá-los.

Justifica-se a escolha da indústria de defesa brasileira, sua análise implicará em

momentos políticos e econômicos do Estado Nacional, que revelam o comportamento da política externa e indústrias ligada ao setor. Além do poder do Brasil frente a política internacional.

Em 2008, foram lançados três documentos de forma permanente que estavam sendo discutidos desde o início do governo Lula (2003-2010): Estratégia Nacional de Defesa (END), Política Nacional de Defesa (PND), documentos revisados em 2012 no governo de Dilma.

Cabe destacar que até o ano de 2008, havia apenas a Política Nacional de Defesa, que foi lançada em 1996 e revisada em 2005. A fixação dos documentos veio por meio da Lei Complementar Nº 136, de 25 de Agosto de 2010, que atribui ao Ministro da Defesa, a implementação destes documentos de forma pública que explicita as atividades das Forças Armadas e suas visões, objetivos e estratégias a respeito de temáticas que envolvam a Defesa do país. Suas revisões deveriam ser feitas a cada 4 anos pelo Congresso Nacional. A lei antiga, não formalizava.

Como o presente trabalho visa a pesquisa sobre o desenvolvimento nacional atrelado a indústria de defesa, focará nas definições a respeito da Estratégia Nacional de Defesa e Desenvolvimento presentes no primeiro capítulo da END, conceitos que foram mantidos nos documentos de 2008 e 2012.

Em ambos documentos, definem como modelos interdependentes, a estratégia nacional de defesa está intimamente ligada a estratégia nacional de desenvolvimento, que deve buscar o próprio modelo de desenvolvimento nacional brasileiro. Em ambas versões, identificam que mesmo o Brasil não participando de guerras, é importante o preparo da defesa para proteger a construção do modelo. Declaram que o objetivo é tornar independente em relação a tecnologias sensíveis e participação da sociedade nos processos decisórios na política e economia.

No segundo capítulo, tratam a respeito das ações para a estratégia, com enfoque sobre a indústria de defesa neste trabalho, no âmbito da Estabilidade Regional, definem como meio de cooperação, o desenvolvimento e pesquisa de produtos de defesa com as nações amigas e do entorno estratégico brasileiro. No documento de 2012, há uma definição melhor do grupo que se destina como nações amigas e entorno estratégico “na intensificação e cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)” (BRASIL, 2012b, p.71)

Saint-Pierre (2010) comenta que a END fez com que o assunto de defesa no contexto brasileiro, fosse reforçado. O documento, segundo o autor, abrange e define de maneira mais clara do que a PND lançada em 1996, assim como ele descreve que

a END se estende a aspectos que excedem esse âmbito, como a educação, ciência e tecnologia, economia, infra-estrutura e mobilização nacional, entre outros. Avança decididamente sobre temas nunca antes tratados em documentos públicos, como a organização das FA, sua composição organizacional e suas práticas operacionais, assim como sobre as capacidades e os meios necessários para assegurar sua eficácia. Não foi ignorada tampouco a exigência da independência tecnológica para suprir esses meios, que se assentaria na articulação com uma indústria nacional reforçada com proteção e auxílio econômico para a produção de materiais de defesa de maneira autônoma. Explicitamente menciona o desenvolvimento em áreas que considera essenciais para articular a defesa, como o desenvolvimento científico-tecnológico nas áreas cibernética, aeroespacial e, especialmente, nuclear. (SAINT-PIERRE, 2010, p.10)

É importante mencionar que há uma declaração de busca pela independência tecnológica atrelada ao desenvolvimento econômico nas indústrias envolvidas, Dagnino (2010) também concorda que além de uma questão de ameaça externa, a indústria de defesa promove desenvolvimento econômico e social, por conseguinte o desenvolvimento deste setor pode beneficiar toda a sociedade, envolvida no processo, não apenas aqueles que tomam decisões e ligados diretamente ao setor. Sendo assim, o autor compreende que o Estado deve partir de uma racionalidade além da geopolítica, como vivem países em conflito, mas sim de caráter econômico e social.

Nos termos da América do sul, Saint-Pierre (2010) explica que a END contribui com um importante papel de demonstrar cooperação na região diminuindo possíveis beligerâncias, além de uma cooperação em desenvolvimento de defesa, entre os países, que pudessem fomentar o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), para isso seria necessário esforços militares e diplomáticos, para que tenham efeitos na política externa.

É um momento que carrega uma coerência tanto teórica por autores civis e militares, como também da atuação do governo brasileiro (2003-2010) que busca um tipo de inserção do Brasil como globalismo industrialista, por ter um foco no multilateralismo e internacionalização econômica, buscando relações de reciprocidade com outros Estados (CERVO; BUENO, 2012, p.530). A política externa de Lula, marcada por mudança de direcionamento do país, em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), mostra

que esse rumo demonstrava uma preocupação com a falta de projeto nacional, a crítica já era realizada desde o governo de FHC (VELASCO; CRUZ, 2010).

É nestes moldes que este trabalho não foca especificamente na economia ou formação da indústria de defesa, busca mostrar que além da questão militar, um espectro social e econômico se mostram presentes neste tipo de setor que faz parte de um projeto nacional por envolver desde os militares até a questão de pesquisa e desenvolvimento de centro universitários e geração de empregos. Conseqüentemente, elevando o poder e barganha na política internacional, como menciona Carr (2001) economia, política externa e militarismo, são elementos importantes para o ator poder influenciar no sistema internacional.

2.3 Desenvolvimento Nacional

Recorre-se a necessidade de conceituar o termo desenvolvimento nacional. De forma que o trabalho busca investigar impactos do neoliberalismo sobre a indústria bélica, de forma comparativa dos governos supracitados. A relevância para o estudo da compreensão do termo, visa como parâmetro de comparação de desenvolvimento do setor entre governos e compreender os momentos de ganhos e perdas nesta área. Para Bresser-Pereira(2006)

O desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade por que passa a economia de um país levando ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida da população dos países. O quadro econômico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista, dessa transformação tectônica por que passaram os países europeus, algumas ex-colônias inglesas e o Japão, entre o século quatorze e o século dezenove; o quadro político é o da formação dos modernos estados-nação; o quadro cultural, o da transição para a modernidade. Terminada a Revolução Capitalista, o desenvolvimento continua a ocorrer nesses países, e se estende para novas levas de estados-nação, porque o capitalismo é intrinsecamente dinâmico. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.203)

O autor compreende que para o Estado alcançar a fase de Revolução Capitalista, é necessário a transição da Revolução Agrícola por ser a fase que ocorre a acumulação de excedentes agrícolas para a utilização no comércio e indústria. Exemplifica estas fases com a Europa no século XI. Excedentes convertidos em bens materiais como artigos de luxo e construções para a nobreza e o clero.

Este padrão de conversão de excedentes agrícolas em artigos de luxo e construção, fora observado em sequência no norte da África e Oriente Médio, chegando ao nível mundial e criando uma Revolução Comercial. Período em que a aristocracia e a burguesia

consolidaram estas relações dentro da formação dos Estados Nacionais, observado nos Estados da Inglaterra e França como precursores. (BRESSER-PEREIRA, 2006)

O autor ainda destaca este momento como Revolução Nacional, por sua vez não basta ter uma organização de cidades-estados burguesas realizando comércio, deve haver uma consolidação que garanta esta autossuficiência, criando mercados nacionais.

A demarcação de fronteiras e a segurança garantida pelo Estado-nação, garante um espaço para que os empresários nacionais, continuassem os progressos e nesta fase já indo para investimentos na criação das indústrias, que exigiam custos elevados, dependendo do Estado para a promoção. (BRESSER-PEREIRA, 2006)

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico relacionado, de um lado, com a formação dos estados nacionais ou estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital realizada no âmbito de mercados relativamente competitivos. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.206)

O autor observa a relevância da força do Estado, para ele, deve haver força para impor leis e recolher impostos, cita o exemplo dos EUA que possui uma força de imposição de leis e força mas a carga tributária não é tão elevada em comparação ao Brasil, que seria de força média. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.207)

A importância da presença do Estado no fomento da indústria nacional, como promotora do progresso técnico e melhorias no padrão de vida das pessoas, devido a geração de empregos destas empresas e investimentos pesados fornecidos pelo Estado. Porém, o processo pode acabar sendo influenciado por crises e falta de interesse político econômico.

Sampaio Júnior (1999) ilustra como exemplo a crise da industrialização que já aparecia em meados dos anos 1970 e se aprofundando nos anos 1980 com o colapso do mercado de crédito internacional. A indústria brasileira, passava pelo processo de substituição de importações, processo este não terminado nos moldes de Estado Desenvolvimentista. A estagnação da indústria levou a obsolescência, tornando as empresas nacionais fracas em suas estrutura de capital.

Furtado (2009) complementa o conceito definindo o desenvolvimento nacional como resultado do aumento da quantidade de bens e serviços, que seria o crescimento do fluxo de renda real. Mas por trás desse aumento, há a questão da distribuição de renda, uma vez que por mais o modo cultural que também condiciona a formação de preços e procura de bens e serviços, tem de se atentar por quais grupos se concentram e a forma que se distribui a renda.

Desse modo, pode-se chegar ao entendimento da necessidade do Estado intervir na organização da economia, visando estratégias para diluir a concentração de renda dos meios de produção de grupos minoritários. O desenvolvimento nacional afetado com interesses externos (neoliberalismo) que visam ao lucro por mão-de-obra barata e recursos internos, impactam na distribuição de renda e do processo tecno-científico.

Ciência & Tecnologia (C&T) são aliadas fundamentais para o desenvolvimento nacional. Longo (2009) trata a respeito deste tema como vital para todos os setores, inclusive de defesa. O autor observa quatro estágios que os países em desenvolvimento realizaram para alcançar a um nível de desenvolvimento.

Dentro do primeiro estágio, por sua vez, é a ausência de políticas e estratégias para C&T é identificada, não há uma organização sistêmica que visa atender as principais demandas do Estado, para Longo (2009, p.35) seriam: saúde, agricultura, saneamento e defesa. As iniciativas são normalmente por conta do privado. O estágio seguinte, considerado pelo autor como “nucleação programada” o Estado passa de forma atuante criando um meio fomentador para incentivos de C&T, como criação de instrumentos para investimentos em pesquisa, qualificação em recursos humanos e organização, tanto na área privada e estatal. No terceiro e último, ocorre a interação de todos estes agentes e instrumentos, promovendo uma dinâmica capaz de materializar crescimento e desenvolvimento.

É importante a recapitulação histórica da C&T que o autor faz em referência ao Brasil, com efeito coincidem com os objetivos apresentados na introdução deste trabalho. Na década de 1980, mostra que a C&T chega no seu nível de interação, porém, com a crise do petróleo que impactou fortemente na economia mundial, tornando escassos os recursos para atender programas. Mas em 1985, ocorreu a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), mostrando uma fixação da racionalidade do Estado para esta seção. Apenas no final de 1990 que a C&T no país ganha uma recuperação e passa a ganhar incentivos, para o autor

Essa mudança começa com a destinação de um percentual dos royalties sobre a produção de petróleo para o MCT, através da Lei 9478 de 16 de agosto de 1997. Em novembro de 1998, os referidos royalties devidos ao MCT foram destinados ao FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico) Com tal decisão, abriram-se novas perspectivas de revitalização do Fundo, através de recursos não dependentes do orçamento da União e alocados sem barreiras e com regularidade. (LONGO,2009, p.36)

É compreensível quando no início do governo Lula em 2003, setores ligado ao setor bélico (privado e estatal) retomam o debate da revitalização da indústria de defesa e o governo

apoia, desse modo ainda não havia uma formulação política e estratégica de caráter estatal que fixasse uma racionalidade do Estado para o setor. A guinada da C&T revelada por Longo (2009) no final dos anos 1990, mostra que apenas no início dos anos 2000 que começa ocorrer o amadurecimento, conseqüentemente, fomentando a dinâmica dos setores e exigindo uma maior garantia destes processos tanto pelo lado estatal como privado.

Dagnino (2010) identifica que os anos 1990 para a indústria de defesa, foram difíceis para entrar em uma lógica competitiva e de desenvolvimento, contudo o país apresentava queda na produção industrial, desemprego crescendo e economia recessiva, atendendo as mudanças estruturais “preconizado pelo pacote neoliberal que conduziria o país à ansiada “ inserção competitiva”, era pouco provável que os militares, agora aliados do poder, pudessem providenciar um socorro a IDB (indústria de defesa brasileira) ”. (DAGNINO, 2010, p.196)

A exemplo da importância do tema, os EUA no período da guerra fria, tomaram um modelo de desenvolvimento que abrange um complexo-militar-industrial-acadêmico (FIORI; MEDEIROS, 2004, p.225), de modo que buscava para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para a disputa tecnológica para com a União Soviética (URSS). Fiori e Medeiros (2004) citam que este tipo de impulsão visava também a liderança no mundo de novas tecnologias. A importância deste processo, segundo os autores, estimulou oferta e demanda.

As universidades estariam como fomento de pesquisas, exemplificando em dados, Leslie (1993) citado por Fiori e Medeiros (2004, p.233), mostram que o MIT (Massachusetts Institute of Technology) e o Instituto de Tecnologia da Califórnia, receberam respectivamente US\$117 milhões e US\$83 milhões para pesquisa e desenvolvimento por meios de contratos entre as instituições e o governo. Resultado esse que demonstra o desenvolvimento da primeira bomba nuclear, feita pela Universidade da Califórnia em contrato com o exército e laboratório de radiação feito pelo MIT

Indústrias fornecedoras de armas como a Lockheed, General Electric, Boeing, General Dynamics, AT&T destacaram-se entre as maiores, do mesmo modo o MIT, a Universidade da Califórnia, Stanford, Harvard e Columbia foram os principais institutos que depois da guerra fizeram a tecnologia americana. A vitória da estratégia da arma superior como um legado da II Guerra Mundial, transformou-se, a partir da demonstração da capacitação militar da União Soviética, numa vigorosa política tecnológica e expansão de novos conhecimentos[...]O Advanced Research Projects Agency (DARPA) subordinado ao DOD (Department of Defense), teve especial liderança na criação de novas tecnologias. Para este esforço, o fator limitante não era a disponibilidade de recursos financeiros. Depois da guerra, os militares obtiveram amplo apoio financeiro e as políticas de compra do DOD

criaram uma vigorosa demanda protegida para as principais indústrias fornecedoras de armamentos [...]. (FIORI; MEDEIROS, 2004, p.233)

Desse modo, pode-se observar o papel fundamental do Estado na organização e fomento de sua indústria bélica, promovendo desenvolvimento e crescimento de C&T aplicando recursos em universidades e indústrias, articulando uma rede de forma organizada e sistemática. Dagnino (2010), observa o Brasil como principal protagonista neste cenário para a América Latina, é interessante destacar entre 2002 e 2005 (Grimmett, 2006, p.71), o Brasil apareceu em décimo lugar entre os fornecedores de sistemas de armas, tendo exportado US\$700 milhões.

O desenvolvimento do setor, Dagnino (2010, p.145) nota que o Brasil, Peru e Argentina e Venezuela, tiveram produções dos produtos em consonância com empresas sem ser dos EUA, buscando reduzir a interdependência e fomentar vantagens com demais países buscando oportunidades, além dessas empresas de fora do EUA, que transferiam relativamente tecnologia e produção local. O autor comenta estes posicionamentos dos governos no passado, que mostram claramente a importância de trazer a discussão política a estes assuntos. Importante nota que o autor comenta é a circunstância que era favorável à Europa no momento, que possuíam baixa influência militar perante aos EUA, significando assim, uma oportunidade de melhorar esta posição ampliando relações com a América do Sul. A título de comparação, as quatro principais empresas europeias (BAE systems, Thales, EADS e Finmeccanica) venderam US\$40 bilhões e as quatro dos EUA, US\$93 bilhões. (DAGNINO,2010, p.146)

A diminuição dos orçamentos de defesa europeus, que vem ocorrendo desde o final da Guerra Fria, aliada ao acirramento do nível de concorrência vigente no setor, tem tornando o ambiente empresarial mais incerto. Entre os sintomas de mudanças identificados podem ser destacados: custo crescente dos programas, cortes nas despesas militares, crescimento dos competidores e dos mercados asiáticos, redução do apoio governamental, pressão pela obtenção de retornos imediatos do investimento na área aeroespacial, maior exigência dos clientes para o atendimento a requisitos específicos (DAGNINO,2010, p.148)

Com esse impacto, o desenvolvimento destas empresas é afetado, principalmente quando o Estado, maior demandador, diminui investimento, fazendo com que estas busquem no exterior parceiros para a evolução de seus produtos e atingir compradores. O relacionamento com as empresas dos EUA é dificultoso por causa da transferência de tecnologias sensíveis para a Europa, a qual comercializa com atores que os EUA é contra. (DAGNINO,2010)

Diante esse quadro, tornou-se interessante a aproximação das empresas europeias em conjunto com os países da América do Sul, abrindo oportunidades para o desenvolvimento nacional dos países. As vantagens de investir nestes setores é da possibilidade de spin-off que seria aplicar tecnologias militares em produtos civis, melhorando produtos e serviços que podem ser consumidos internamente e negociados externamente.

2.4 Neoliberalismo

O período estudado, compreendido entre 1990 a 2010, inicia-se em um momento em que as estratégias e o desenvolvimento nacional entram em choque com interesses globalizantes. Deste modo, questionam-se os possíveis impactos que estes elementos do neoliberalismo e globalização, afetam na supracitada, Estratégia Nacional e Desenvolvimento Nacional.

Por causa disto, é necessário compreender o movimento da ideologia neoliberal e sua definição, diferenciando do liberalismo clássico. Presencia-se nos Estados Nacionais, durante os anos 1970 e 1980, aprofundando nos anos de 1990 com os meios globalizantes, Harvey (2008) ilustra como promotores desta ideologia os EUA e a Inglaterra, a China que é socialista também estava passando por um processo de liberalização.

Harvey (2008) traz a discussão pertinente de seu início, visto que não houve um único agente que promoveu a inclusão da ideologia no sistema internacional, o autor observa a expansão pelos atores estatais de forma unilateral. Neoliberalismo, segundo o autor, busca o livre mercado e as liberdades individuais, palavras que chamam a atenção das pessoas e que trazem um sentimento de dignidade. As pessoas observavam sistemas autoritários em algumas regiões do mundo que privavam a liberdade. Deste modo, era chamativo a ideia de um mundo em que as liberdades individuais e o mercado, fossem livres. (HARVEY, 2008).

Discurso utilizado por chefes de Estado, como é o exemplo de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e George W. Bush, para promover os interesses capitalistas de seus Estados, Harvey (2008) mostra como primeira experiência neoliberal o Chile, que teve o governo de Pinochet, apoiado pelos EUA, encabeçaram um golpe de Estado e este governo com economistas formados nos EUA, desde 1950, aplicariam medidas liberais na economia e aprofundando este processo adquirindo créditos ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

É interessante observar esta ação externa por parte dos EUA, porque o incremento de políticas liberais foram por meio da força, apoiaram a repressão de movimentos e grupos sociais que eram contra tais medidas. Indo contra a ideia do liberalismo clássico que pregava a não intervenção e o respeito aos outros Estados.

O autor identifica a necessidade desses elementos ideológicos que afetavam o imaginário coletivo. No pós Segunda Guerra Mundial, pois haviam receios de conflitos geopolíticos que pudessem gerar perturbações no sistema internacional. Desse modo, visando uma maior segurança entre os Estados, se creditava na possibilidade de paz com acordos entre trabalhadores e capitalistas. Observa a falha do comunismo e do capitalismo, tendo a necessidade de um molde que dialogasse entre Estado, mercado e instituições democráticas, sendo assim, a necessidade de uma abertura do Estado para estas questões.

A criação de Bretton-Woods, FMI, ONU, Banco Mundial e Banco Internacional de Compensações, permitiram uma introdução do sistema neoliberal no sistema internacional. Este sistema permitiu que a livre circulação de bens, fosse permitida por um câmbio fixo amparado sobre a conversibilidade do dólar americano em ouro a preço fixo (HARVEY, 2008), objetivando a expansão do dólar para se tornar moeda reserva global.

Correlacionar com Globalização, é trabalhar a conjuntura dos impactos da globalização sobre o território brasileiro, estes impactos mostram transformações econômicas, sociais e políticas, de modo que abarcam atores externos influenciando dentro dos Estados, causando mais desordem do que ordem social e econômica (SANTOS, 2002). Santos (2002) mostra o Brasil com a incapacidade integrativa quando regiões periféricas divergem com os centros, do mesmo Estado.

No cenário da globalização, como desenvolvimento nacional está atrelado a elementos integrativos dos Estados que criam a coesão social e promovem a industrialização, dentro das limitações territoriais, quando estes elementos são dissociados ou sofrem ações externas (globalizantes), acabam se ressignificando a noção de sociedade civil e a noção se torna abstrata, tornando-se vago a identidade com o território, neste caso ao invés de promover um aumento da coesão social e fortalecimento da ideia nacional, favorece o desmantelamento.

É compreensível que o desmantelamento seja importante para a globalização, para que o mercado global faça cumprir com sua proposta liberalizante da economia, é necessário que noções e valores do Estado Nacional entrem em declínio. Harvey (2008) entende que o neoliberalismo aparece como uma forma agressiva de consolidação de monopólios que

influenciam em processos decisórios nos países e controlam meios da economia dos Estados, além de estarem presentes atores em organizações internacionais que lidam sobre as finanças e créditos no mundo.

O governo Reagan, que pensara seriamente em retirar o apoio ao FMI no primeiro ano de mandato, descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca reformas liberais. Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de “expurgo” de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o “ajuste estrutural”. (HARVEY, 2008, p.38)

O autor, considera o neoliberalismo como um movimento, no qual se aprofunda na financeirização, a especulação financeira e o crédito são mais importantes do que a produção, percebe no aumento de serviços ligados ao mercado financeiro em todos os setores à medida que as restrições existentes, eram derrubadas. Para ele, isso tornou o sistema volátil em todo o mundo, por sua vez, os Estados mais ricos, buscavam integrar seus sistemas financeiros. A ascensão dessas classes de influência econômica com o passar do tempo tendeu a acumular um grande grau de riqueza que passa a influenciar diretamente na política buscando o lucro. (HARVEY, 2008, p.46)

Malaguri et al (2000), buscaram refutar o argumento de que o livre mercado proporciona de fato o bem-estar social e a ingerência do Estado é ineficiente. Resgatam a afirmação do teórico liberal, Milton Friedman, durante o século XIX sobre as utilizações de políticas liberais gerou desenvolvimento no bem-estar social, por sua vez, ignorou os impactos negativos que chegou a ter “1,5 milhões de irlandeses, que morreram de fome com a implementação do livre comércio naquele país” (MALAGUTI ET AL, 2000, p.19)

Apesar das práticas de Reagan mostradas acima, por Harvey (2008), Malaguti et al (2000, p.22) mostram que os EUA tomam posturas protecionistas desde 1988, em exemplo, citam a CFIUS (Committee on Foreign Investment in the U.S), uma agência interministerial que investiga as transações de qualquer empresa americana com uma estrangeira.

Explicam e afirmam, os anos 1980 foram voltados para estas implementações de políticas neoliberais principalmente propagadas pelo FMI. O diagnóstico que o FMI concedia para os países endividados era da alta demanda interna e desequilíbrios externos, dessa forma, deveria haver um controle no fornecimento de crédito para diminuir a demanda interna,

incentivando a elevação da taxa de juros para ter atratividade do capital externo.

Alegam que a inserção brasileira durante o governo de FHC, buscou o modelo neoliberal como de inserção, tendo em nota, o posicionamento do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (Gustavo Franco), em 1996, era de que o país se adaptasse para a globalização que vinha se intensificando, porque os fluxos de bens e serviços estavam crescendo no globo e o Brasil deveria participar deste momento para se beneficiar. A crítica de Franco é de que as políticas industriais e comerciais contrastavam com os interesses globalizantes, não atraíam investimentos diretos externos e o modelo de substituição de importações se encontrava esgotado.

Para elucidar melhor o que é o neoliberalismo e seu propósito para atingir os objetivos deste trabalho, enquadra-se as definições de Gérard Duménil e Dominique Lévy (2007), em conjunto com o neo-imperialismo. Os autores, definem o neoliberalismo dentro de um momento em que a renda dos capitalistas foram reduzidas, após os episódios da crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Precisavam recuperar o poder, devido as práticas intervencionistas do Estado de modelo keynesiano, praticado nos EUA, diminuíram o poder dos capitalistas.

Nos anos 1970, os autores compreendem como momento importante para o entendimento do termo, com os Choques do Petróleo que geraram crises de modo que influenciaram na inflação, fez com que diminuísse ainda mais a renda dos capitalistas, a rentabilidade dos lucros e dividendos, que por sua vez, mostravam-se um momento desfavorável para o mercado da bolsa de valores, não estava aquecido e declinava. “Entre a Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 1970, o 1% mais rico das famílias dos EUA tinha mais de 30% da riqueza total do país; durante a primeira metade dos anos 1970, essa percentagem tinha caído para 22%.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p.3).

Relacionando ao imperialismo, os autores entendem que com o fim da Guerra Fria, os EUA se fixam de forma hegemônica no sistema internacional, o imperialismo que eles tratam não diz em respeito à colonização de povos, mas sim de maneira que possam influir na política e economia dos Estados, visando obtenção de lucros. Deste modo, buscando acumulação e recuperação de poder das classes capitalistas que foram afetadas nos anos 1970, via exportação, influenciando em mercados nacionais.

A verificação de dependência dos países com menor protagonismo internacional econômico e político, se nota com a dívida somada as elevações das taxas de juros nos anos 1980. As maneiras de imposição, é observada além da economia, e para os autores o imperialismo se configura em suas formas de atuação na política e cultura, não é possível realizar uma análise isolando tais elementos (DUMÉNIL; LEVY, 2007, p.3)

Paulani (1999), também observa que após a maior parte do século XX, o sistema internacional vivenciou momentos o qual liberalismo foi se marginalizando conforme as crises e guerras emergiam, o intervencionismo do Estado ganhava cena com influência de Keynes, após 1936 que publicou a “Teoria geral do emprego do juro e da moda”. Sobre o conceito neoliberalismo, a autora mostra Hayek, Milton Friedman e Karl Popper, teóricos que vão contra as ideias de Keynes, defendiam a ideia do livre mercado, sem regras impostas pelo Estado que mais prejudica do que ajuda, a preocupação central dos teóricos não está no campo social, mas busca enfatizar a liberdade econômica como meio de atingir uma liberdade do indivíduo. A autora menciona que após a primeira crise dos anos 1970, o Estado passou a ser visto como prejudicial ao mercado, assim ganhando espaço para o neoliberalismo.

Bresser-Pereira (2009) identifica sinais do esgotamento do neoliberalismo e sua promoção, no final dos anos 1990 e chegando em seu colapso em 2008, ambos com crises financeiras que necessitaram de intervenção estatal para recuperar os agentes econômicos envolvidos. A definição de neoliberalismo, para o autor, complementa a mencionada inicialmente nesta seção, ele difere do liberalismo clássico que era proveniente de uma classe média de burgueses, eram revolucionários devido ao Estado autocrático gerenciado por oligarquias (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.10). No neoliberalismo, para o autor, não se trata de uma classe média burguesa e muito menos de caráter revolucionário, mas sim de uma classe rica que atacava as conquistas de um Estado democrático social.

Uma crítica interessante que o autor menciona é em respeito da proposta ser mais ideológica do que promotora de um desenvolvimento econômico, as orientações eram dadas com enfoque de liberalizar as economias, não possuíam viés de preparar políticas macroeconômicas e de desenvolvimento de acordo com a realidade dos Estados. A exemplo da crise de 2008, a desregulamentação dos mercados financeiros, resultou na crise de 2008, mostrando que o mercado não se autorregulou. Sobre as crises dos anos 1990, Prado (2011), comenta a respeito dos efeitos nos países em desenvolvimento.

Ao final de 1994, quebra o México. Em 1997, ocorre a quebra dos “tigres asiáticos”; em 1998, a crise russa; em 1999, a brasileira; e em 2001, a argentina; A percepção de risco dos investidores internacionais, ao não diferenciar os países emergentes, e a maior exposição das contas de capitais destes países a fluxos especulativos geravam um efeito em cadeia nas transações cambiais. Uma crise em Hong Kong (região administrativa especial da China) afetava o risco-país na América Latina e Caribe, bem como gerava fuga de dólares, quebras bursáteis e bancárias, surtos inflacionários, e elevação das taxas de juros e da dívida pública, com efeitos negativos sobre rendimentos reais, empregos e níveis de pobreza. (PRADO,2011, p. 14)

A respeito da crise de 2008, Herbst e Duarte (2013) mostram que uma das políticas neoliberais de Reagan possibilitou a crise, revogou a Lei Glass-Steagall que visava evitar monopólios de bancos e separação do banco comercial e investimento, afim de evitar colapso no sistema financeiro, como ocorreu em 1929. Denunciam as fraudes sobre as agências financeiras: Lehman Brothers, Goldman Sachs e Jp Morgan, praticavam com as agências de rating e seguradoras, que davam notas falsas de confiabilidade para estes agentes financeiros, que honrariam com os compromissos que na verdade eram de alto risco.

Com o fornecimento de crédito nos EUA, houve aquecimento no setor imobiliário, as hipotecas eram vendidas aos bancos de investimentos que não se preocupavam se as pessoas que adquiriram crédito para a compra dos imóveis iriam cumprir com pagamentos. Repassavam em forma de títulos para investidores do mundo, como as agências de rating e seguradoras estavam no esquema de fraudes mencionado acima, passavam confiabilidade falsa para o mercado. Com a quebra destes agentes financeiros, ocasionou o colapso do sistema financeiro em todo o mundo, desse modo não haviam leis ou instrumentos que pudessem intervir ou regular, durante o momento, por terem retirado anteriormente. (HERBST; DUARTE, 2013)

Justifica-se a posição de Bresser-Pereira (2009) e demais autores, quando observam que o neoliberalismo teve seu esgotamento já anunciado nos anos 1990 e chegando ao seu esgotamento em 2008, mostrando que a desregulamentação do sistema financeiro pode ocasionar crises internacionais provenientes de agentes irresponsáveis e corruptos.

Após a apresentação realizada anteriormente sobre o neoliberalismo, cabe neste momento, analisar como surgiu na América Latina, região que também vivia crise financeira provinda dos anos 1980 e iniciava os anos 1990 com governos democráticos que herdaram estes problemas.

Bandeira (2002) relata que o termo “década perdida” em relação ao desenvolvimento econômico, não compromete apenas ao Brasil mas sim diante toda a América Latina e os

desafios para esta superação seria demasiadamente complexa. A crise era marcada por fuga de capitais nacionais/internacionais e processos inflacionários, levando a estagnação das economias. Segundo o autor, era do interesse dos EUA a preocupação sobre a região, pois com a crise instalada na América Latina, a capacidade dos países em importar e pagar as dívidas, eram reduzidas, significando queda de exportação por parte dos EUA.

Neste momento, o autor mostra os EUA organizando os países em conferência para debater a respeito da situação que enfrentavam e realizar recomendações de políticas neoliberais para superação da crise e ajustar o balanço de pagamentos. O documento apresentado pelo economista inglês John Williamson, traçava um plano econômico, que fora aprovado em Washington com consenso da maioria dos setores tomadores de decisões.

As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade (BANDEIRA, 2002, p.12)

Com a implementação destas medidas, seria possível a renegociação da dívida externa e a captação de recursos das instituições financeiras. Os recursos que eram utilizados, eram supervisionados e para gastos militares haviam limites para a utilização. Desse modo, criaria um campo favorável para os exportadores dos EUA. (BANDEIRA, 2002)

Houve a proposta por parte dos EUA da criação do bloco econômico ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) neste período, que buscava uma maior abertura de mercados na América sem que os exportadores dos EUA necessitassem de negociar com os governos dos países. O autor mostra que isso permitiria livre mobilidade de fatores de produção, bens e serviços dos EUA na região, o problema é de que a mobilidade de mão-de-obra era limitada e as mercadorias dos países para entrar no mercado dos EUA, sofreriam dificuldades por barreiras não-tarifárias. Era de necessidade dos EUA pois a Europa estava configurando seu mercado comum. (BANDEIRA,2002)

Ibarra (2011) ao tratar do neoliberalismo na América Latina, diz que no âmbito político diante a estas reformas postuladas no Consenso de Washington, há um choque no nacionalismo porque

o nacionalismo é substituído por uma espécie de cosmopolitismo mal interpretado; se dissolvem as soberanias dos Estados e as entidades nacionais; o presidencialismo autoritário e o corporativismo são substituídos por um regime de divisão de poderes, jogo de partidos e sistemas eleitorais mais transparentes. Como consequência, muito mudaram os valores, os interesses, as instituições, a composição das elites e sem dúvida a distribuição de ingressos. (IBIRRA, 2011, p.4)

O autor menciona que a abertura do Estado e desregramento da entrada de capitais, alterou a liberdade interna dos Estados, visto que com o equilíbrio das contas externas, se dedicavam com a elevação do emprego e aplicavam políticas protecionistas para incentivar a produção interna. Nesta ocasião, passava para um momento que visava atender interesse de investimentos externos, mesmo se fosse preciso sacrificar o crescimento e emprego para corrigir algum desajuste nas contas.

Com a globalização de mercados e o rompimento das fronteiras que beneficiam a mobilidade de fatores de produção, Ibarra (2011) diz que se intensificam direcionamentos das indústrias de países desenvolvidos e de desenvolvimento para Estados detentores de mão de obra de menor custo, Frieden (2008, p.442) sinala os últimos 25 anos do século XX de modo que a terceirização entrou em cena nas linhas de produção, os produtos já não eram necessariamente produzidos nas indústrias nacionais, a demanda por mão de obra barata e especializada fez com que as empresas dividissem setores de produção e terceirizava nos países de Terceiro Mundo.

No tocante a democracia, Ibarra (2011) observa uma fragilidade, o discurso democrático de igualdade não era de interesse da população nacional, mas sim atrelado as elites que possuíam vínculos com agentes externos, gerando desse modo, conflitos políticos e econômicos. Com pressão da população, os governos passaram a se atentar as demandas da sociedade, intervindo nas políticas neoliberais, visando reduzir esta influência e retomar uma relativa autonomia frente aos interesses das elites nacionais ligadas as internacionais.

O autor observa os Estados em desenvolvimento que buscam sucesso neste ambiente globalizante, fomentam políticas industriais e organizam recursos para alavancar setores de demanda social e industrial, partindo de estratégias próprias. Desse modo, entrando em declínio as políticas neoliberais antes propagadas, principalmente após a crise de 2008.

Conforme Batista (2009) mostra, Consenso de Washington representou em um entendimento já existente dos atores econômicos, de grande influência sistêmica, e estabelecimento de uma promoção de políticas voltadas a estes interesses, a possibilidade torna viável com a expansão política, econômica e militar dos EUA. No Brasil, o autor cita

um fato curioso, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) recomendou o modelo de reprimarização da economia para a inserção internacional do país. É interessante o posicionamento da FIESP nos anos 1990 sobre as políticas neoliberais, momento o qual as indústrias brasileiras estavam passando por processo de desindustrialização e obsolescência que vinha de um processo nos anos 1980. Também compreende que a mídia exerceu posicionamento chave para o entendimento, quando passa a responsabilizar o Estado pelos atrasos econômicos, negligenciando os choques externos e interesses de agências financeiras.

Santos (2016) revela os impactos, nos anos 1990, em que a América Latina não obteve bons resultados com políticas neoliberais. O autor mostra que com a valorização do yen (moeda japonesa) em 1980, os EUA aumentaram a taxa de juros visando reduzir o déficit comercial e atrair capitais até a primeira metade dos anos 1990. Neste período e movimentação de capitais especulativos, houveram desvalorizações de moedas internacionais, no contexto latino americano, a crise do México veio em 1994. O Brasil, na busca pela estabilidade da inflação, teve prejuízos relevante, apesar de estabilizar a moeda, teve que lidar com o aumento da dívida pública que foi de R\$63 bilhões para R\$330 bilhões (1994 a 1998). (SANTOS, 2016, p.23)

Para atrair capitais, aumentou a taxa de juros em 50% ao ano, aumentou as reservas internacionais em US\$ 36 bilhões para US\$ 70 bilhões. Após a redução da taxa de juros, houve saída de dólares, para compensar, aprofundou o processo de privatização, vendendo empresas a preços subvalorizados. Para compensar a saída de capitais de curto prazo, aumentaram as vendas de patrimônio público a qualquer preço. A Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas de minérios do mundo, foi vendida por apenas 3,3 bilhões de reais (que equivalem, no referido ano de 1997, ao mesmo valor em dólares). Todo o processo foi envolto em pertinentes suspeitas: a Merrill Lynch, contratada para fazer a avaliação do valor da empresa e, estranhamente ligada à Anglo American, que participou do leilão, avaliou a mineradora em apenas R\$10 bilhões. Para isso, ela subavaliou as jazidas e o conjunto do complexo industrial, que seria na época superior a R\$100 bilhões. Só no ano em que foi leiloada, ela deu um lucro líquido de R\$12,5 bilhões! Em 1998, esperava-se vender a Telebrás, uma das mais promissoras empresas de telecomunicações, por R\$36 bilhões. Acabou sendo vendida por R\$22 bilhões. Tratava-se de atrair dólares para compensar os déficits comerciais e cambiais crescentes. A moeda sobrevalorizada aumentou os gastos de turismo dos brasileiros. O pagamento de juros da dívida externa foi retomado e as saídas de capital aumentaram. (SANTOS, 2016, p.24)

Ao observar a citação acima, questiona-se a estabilidade da inflação como a única preocupação que um governo deve ter em sua política macroeconômica. A venda das empresas por preços abaixo do valor real, revela a submissão política e econômica aos atores econômicos externos. Este insucesso, não foi suficiente para pagar a dívida pública, Santos

(2016, p.24) mostra que a dívida de R\$30 bilhões, em 1994, chegou em 2002 atingindo R\$ 140 bilhões, tendo que recorrer a empréstimos ao FMI.

Fonseca; Cunha e Bichara (2014), destacam que a transição para o governo Lula (2003-2010), chegou ao acúmulo da dívida externa e interna, com receios do mercado financeiro internacional, Lula teve que sinalizar confiança para o mercado e deu continuidade a estabilidade no seu primeiro mandato (2003-2006), houve superávit na balança comercial, que aos passar dos anos a dívida acumulada iria se reduzindo, indicadores do mercado financeiro sinalizavam positivamente ao Brasil, melhorando deste modo a situação financeira do país que foi possível realizar investimentos em políticas públicas voltadas a redução de desigualdade social e para o fomento de melhorar a situação das indústrias, tendo caráter de crescimento e desenvolvimento econômico.

2.4.1 Sobre o contexto da indústria brasileira de defesa

Diante a explanação do neoliberalismo e seu contexto imperativo na América latina e no Brasil, se compreende quando Dagnino (2010, p.193); ABDI (2011, p.9); Martins e Nunes (2017, p.193); Carvalho (2013, p.26); Lins (2015, p.2); PINTO, J.R; ROCHA, A.J (2004, p.137), afirmam que o neoliberalismo impactou na indústria de defesa brasileira nos anos 1990, o protagonismo do Estado fora reduzido como indutor de desenvolvimento industrial, aplicando lógica de abertura de mercados e financeirização da economia.

Em Pinto;Rocha (2004, p.137), Rex Nazaré Alves (Professor do Instituto Militar de Engenharia á época de 2004, assessor especial do gabinete de segurança institucional) reconheceu que o neoliberalismo não trouxe avanços sociais, econômicos e políticos, mas sim um cenário internacional onde as potências industriais consolidaram cada vez mais seus espaços e mantendo a proteção tecnológica de suas produções controlando mercados no lugar em que os países emergentes ficam na posição de consumidores. O Professor/Assessor revelou que

Observa-se uma concentração de renda entre três países (EUA, Japão e Alemanha). Com apenas 8% da população, são responsáveis por mais de 50% do PIB mundial. Suas exportações aproximam-se de 30% do total mundial. Esse fenômeno de concentração de renda não é diferente entre as empresas nesses três países, que faturam mais do que o total das maiores 500 empresas do mundo. Constata-se,

também, que a exportação ocorre preferencialmente intrablocos econômicos. Essa desigualdade, com redução de expectativas, leva ao surgimento de grupos antagônicos, que tendem a buscar espaços, mesmo que recorrendo a ilícitos e a ações armadas. Vive-se sob o impacto das grandes transformações, com interrogações que surgem, por exemplo, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 e, mais recentemente, a partir da intervenção militar e da ocupação do Iraque. PINTO, J.R.; ROCHA, A.J (2004, p.138)

Continuando em Pinto;Rocha (2004), José Albano do Amarante, General de divisão e Presidente da IMBEL à época, também possuiu uma posição crítica sobre os anos 1990, considera que a globalização limitou a soberania do Brasil com a queda de mecanismos de proteção da atividade industrial e a queda da URSS que proporcionou seu arsenal a venda no sistema internacional. Os prejuízos para a indústria de defesa também foram notados nos investimentos em P&D que foram reduzidos.

É importante ressaltar, que estas considerações foram citadas no início do governo Lula, em ciclos de debates que começaram em 2003 e foram até 2004, a respeito da defesa e segurança do Brasil, como promotores do desenvolvimento científico e tecnológico. José Albano do Amarante, ressalta a importância de buscar apoio de países vizinhos mostrando possibilidades, com o forte protagonismo brasileiro na América do Sul e boa relação com as nações amigas, fruto que fora demonstrado com o intercâmbio de oficiais militares: Paraguai, Peru, Venezuela, Argentina, Suriname, Equador, Colômbia, Bolívia, Angola, e outros, no Instituto Militar de Engenharia do exército brasileiro. Buscando projetos de desenvolvimento em comum que cada país tem seu domínio.

Dagnino (2010, p.193-195) mostra que nos anos 1990 o Estado se alterava em virtude do neoliberalismo, os Estados industrialmente avançados já haviam notado que para continuar o desenvolvimento das empresas multinacionais, era necessário que se expandissem para outros países, gerando uma nova divisão internacional do trabalho. Debilidade econômica que vinha desde 1980 com as crises externas, dificultando também uma revitalização da indústria de defesa nos anos 1990. A falta de demanda externa de produtos brasileiros neste setor, também contribuiu para agravar as empresas brasileiras.

Martins e Nunes (2017, p.193) percebem que a crise dos anos 1980 e a chegada dos anos 1990 com o modelo neoliberal, os investimentos em defesa foram reduzidos, desse modo os governos estavam mais interessados em controlar a inflação e desregular a economia, não houveram incentivos para os projetos nacionais, mas a preferência de compras no exterior. O Brasil passou a dar mais atenção após 2003 com a tomada do Estado Logístico, tendo amparo a END e o Livro Branco de Defesa Nacional, buscou-se parceiros sul-norte, sul-sul e sul-leste.

Carvalho (2013, p.26) critica o neoliberalismo, de modo que a chegada dele por meio do Consenso de Washington, iria trazer facilidades no comércio mundial na aquisição de produtos com alto valor agregado, o problema, segundo o autor, é de que o Brasil possuía em sua pauta exportadora, um grande peso nas commodities agrícolas e importava muito produto industrializado. Este quadro das exportações, fora agravado com os produtos de defesa após o fim da URSS, no mercado mundial, e importação de equipamentos de defesa. Também concorda com os autores supracitados, que a situação melhorou quando o país deixou políticas neoliberais e passou a ter um posicionamento mais industrialista nos anos 2000. Lins (2015) mostra que com as reformas do neoliberalismo, o sucateamento das Forças Armadas foram de grande peso quando houve redução no investimento.

Diante aos expostos acima, observa-se que o neoliberalismo trouxe mais efeitos negativos do que positivos na indústria de defesa e para o país, a crítica percorre tanto pelos militares como acadêmicos, que pesquisam e atuam diretamente no cenário das forças armadas. As bibliografias consultadas para a realização deste trabalho, de fato mostram um forte protagonismo do Estado brasileiro até os anos 1980 e uma estagnação nos anos 1990, não só do setor bélico como das indústrias, de modo geral.

Com a compreensão deste capítulo, o leitor terá uma noção mais clara e compreender quando encontra nas bibliografias sobre o tema, referências ao neoliberalismo como antagonista ao desenvolvimento nacional e ao setor bélico. Não menos importante, a globalização e seus efeitos, não foram discutidos neste trabalho, devido a ser um campo demasiado longo com dinâmicas políticas/econômicas, mais complexas entre atores estatais e não-estatais.

Este trabalho buscou uma abordagem mais realista das relações internacionais, como inicialmente mencionando Carr (2001), enquadrando a teoria no campo da correlação economia, política externa e militarismo como elementos chaves para o poder do Estado no sistema internacional impactando na política internacional.

O neoliberalismo, teve sua formulação e implementação voltada para atender os interesses dos EUA, como feito o Consenso de Washington, colocando em “xeque” os projetos nacionais de desenvolvimento econômico dos países da América Latina, inclusive o Brasil. A indústria de defesa não ganhou atenção por estar em crise que vinha tendo desde os anos 1980 e os interesses do país estavam concentrados nos anos 1990, na financeirização e abertura da economia, trazendo as multinacionais como promotoras de desenvolvimento.

Impossibilitando planejamento nacional que reorganizasse setores industriais e promovesse a P&D na indústria bélica, que viria acontecer mais tarde com o Estado Logístico apoiado na PND, END.

Buscando reverter os efeitos do neoliberalismo, o governo Lula (2003-2010) terá protagonismo em diversificar as relações com outros países, antes de atender este outro objetivo do trabalho, caberá a investigação da crise bélica nos anos 1980, objetivo de muita importância, o leitor poderá entender o porquê deste setor ter sofrido declínio que fora aprofundado nos 1990 com os impactos do neoliberalismo e tendo sua atenção retomada a partir de 2003.

3 RETOMANDO O BRASIL DOS ANOS 1980 E AS DINÂMICAS DA INDÚSTRIA DE DEFESA

Antes de entender os desdobramentos e a aquisição dos equipamentos bélicos entre os anos 1990 até 2010, no exterior, devem-se verificar as origens da crise do setor e o momento do país em seu contexto interno e externo. Para ter condições de compreender os acontecimentos do setor nos períodos supracitados, que demonstraram dificuldades de reverter a dependência externa do país na indústria de defesa até, os dias atuais.

É pertinente a compreensão da sua formação e crise que teve nos anos 1980, durante governos militares e civis, devido fatores externos como países desenvolvidos com poder de barganha maior influenciando na economia global e crises econômicas.

Observa-se com a maioria das referências, deste trabalho, a grande ênfase da indústria de defesa nos anos 1970 a 1980 com os governos militares, a atuação das principais empresas, tais como: Engesa, Avibras, Embraer, Imbel e Bernardini S/A. Não cabe neste trabalho a história do setor, por se tratar de um demasiado longo campo investigativo, que não compete aos objetivos principais, que buscam analisar as causas das crises e dos desdobramentos desta área pós anos 1990. Mas cabe a noção das regiões envolvidas no desenvolvimento e uma contextualização das empresas no espaço/tempo.

As empresas que sobreviveram à crise econômica dos anos 1980, foram: Embraer, Imbel, Avibras e Forja Taurus S.A. Presentes até os dias atuais e com forte participação no mercado internacional e nacional. Bernardini S/A e Engesa foram empresas que levaram à falência por motivos políticos e administrativos que serão discutidos posteriormente.

Avibras, Embraer e Engesa, localizadas no interior do estado de São Paulo na cidade de São José dos Campos, criadas nos anos 1960, materializando o setor aeroespacial e terrestre. Com incentivos do governo, que vinham ocorrendo desde as políticas de Getúlio Vargas no campo da industrialização do país e nos anos 1950 com o incentivo de capital de bens duráveis no plano de metas de JK (SOUZA, 2008).

O complexo-industrial-militar formado na região de São José dos campos ainda possui uma grande importância ao país, saltando de 40 indústrias nos anos 1940 para 1.171 indústrias em 2003 (SOUZA, 2008), mostrando o impacto econômico e social gerado por este ramo.

Um dos grandes incentivos a especialização desta região foi a implementação do Ministério da Aeronáutica à época, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

(DCTA) e o Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA), nos anos 1950, para desenvolvimento e pesquisa. Atualmente, existem 115 empresas na região ligadas ao aglomerado Aeroespacial e de Defesa. Sobre as principais e outras empresas atuantes no Brasil, pode-se consultar o APÊNDICE A.

Essa materialização, veio desde a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941 com Getúlio Vargas por meio do Decreto-Lei N° 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Governo e militares da época já observavam nos países da Europa, polos de desenvolvimento tecnológico que promoviam desenvolvimento com a organização feita por um órgão estatal (SOUZA, 2008).

A ABDI (2011) lançou um relatório sobre a base de industrial de defesa, com ela é possível observar as aquisições e desenvolvimento dos projetos com seus respectivos períodos. Relevante a observância de aquisições de produtos importados com alto valor agregado em suas produções, mostrando a dependência externa do setor bélico:

- Fragatas da classe Niterói: aquisição e posterior produção local no AMRJ 6 sob licença do estaleiro britânico Vosper Thornycroft (1970)
- Programa nuclear da Marinha visando à propulsão naval (1979);
- Corvetas da classe Inhaúma: desenvolvimento e produção local pelo AMRJ com suporte técnico do estaleiro alemão Marine Technik (1981);
- Submarinos da classe Tupi: aquisição e posterior produção local no AMRJ sob licenciado estaleiro alemão HDW (1985);
- Aviões de caça supersônicos Mirage III e F-5 Tiger II: adquiridos da empresa francesa Dassault (1970) e da norte-americana Northrop (1973), respectivamente;
- Aviões de treinamento avançado a jato Xavante: produzidos pela Embraer sob licença da empresa italiana Aermacchi (1971);
- Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – SISDACTA: implantação do CINDACTA I (1972) e CINDACTA II (1982), com tecnologia da empresa francesa Thompson-CSF e participação da empresa brasileira Esca Engenharia;
- Aviões de treinamento básico turboélice Tucano: desenvolvidos e produzidos pela Embraer (1978);
- Aviões de caça subsônicos AMX: desenvolvimento e produção realizados pela Embraer, em conjunto com as empresas italianas Aeritalia e Aermacchi (1981);
- Mísseis ar-ar Piranha: início do desenvolvimento (1976);
- Veículos blindados de reconhecimento (EE-9 Cascavel) e transporte (EE-11 Urutu): desenvolvidos e produzidos pela Engesa (1970);
- Sistema de artilharia por foguetes de saturação (Astros II): desenvolvidos e produzidos pela Avibras (1983).ABDI(2011, p.9)

Desse modo, será debatida esta vulnerabilidade que veio a ser questionada no governo Lula, buscando condicionar política para o setor ter sua retomada, que teve seu momento de declínio entre os anos 1980 a 1990, em conjunto com a economia brasileira com influências neoliberais.

3.1 Desenvolvimento nacional nos anos 1980: crises e mudanças

O contexto brasileiro nos anos 1980, revela momento marcado pelo alcançado limite do modelo de industrialização por substituição de importações (PSI). Modelo que durou o período entre os anos 1930-1989, buscou reduzir a dependência externa, produzindo bens que eram importados e protegendo a indústria nacional com taxaço de produtos importados e a participação de investimentos e créditos públicos (GIAMBIAGI et al, 2011).

Para Cervo e Bueno (2012), consideram este momento também de crise para a política externa brasileira, uma vez que o modelo de desenvolvimento nacional era atrelado a política externa. Esgotamento considerado pelos autores, chegando ao governo militar de Figueiredo (1979-1985) e civil de Sarney (1985-1989). Neste âmbito, mantiveram ainda como propulsor de desenvolvimento via multilateralidade buscando cooperações com países.

Diante este quadro de crise econômica e política externa, é possível compreender quando Cervo e Bueno (2012) observam que o Brasil, neste momento, passou a ser um ator de pouca relevância para o sistema internacional. Com a economia sendo tratada de forma despolarizada, obedecendo às imposições de credores e com a política interna fragilizada, a credibilidade do país foi bastante reduzida e não havia ações entre Chancelaria e Congresso, minando expectativas sociais e do governo (CERVO; BUENO, 2012, p.457).

Diante o exposto acima, retrata a formação do cenário brasileiro que iria se configurando, pode-se notar a estratégia brasileira, com conceitos desenvolvidos por Costa (2009) no embasamento deste trabalho, sofreu mudanças em seu modelo de inserção internacional que afetou o seu poder. Para Costa (2009) a estratégia visa o emprego da racionalidade na supressão de necessidades, diante um quadro de crise econômica e externa, resta para o Brasil buscar em sua estratégia, cooperação com os demais países por meio da multilateralidade para reduzir estes impactos de crise.

A cooperação por vias multilaterais, Cervo e Bueno (2012) consideram também um molde de crise, devido a crise econômica no sistema internacional, ocasionados pelos choques do petróleo (1973-1979). É compreensível, países que passaram por PSI e possuíam necessidades de petróleo, afetaram seus desenvolvimentos nacionais que utilizavam da política externa para a sua promoção. O Brasil ampliou relações com: Itália, África, Sudeste Asiático, China, Índia, Paquistão e “preservou a cooperação e avançou no diálogo político

com os países socialistas da Europa. Eram “os vetores do universalismo, boa convivência internacional e da soberania e dignidade nacionais” a conduzir a política externa brasileira” (CERVO; BUENO, 2012, p.459).

A efetividade desta política externa nos anos 1980 obteve um ganho significativo para a indústria bélica brasileira, uma vez que Brasil e Itália desenvolveram em conjunto dois programas de caças militar, batizados AMX e MB-326, para atender as necessidades do Ministério da Aeronáutica. Cavagnari Filho (1993), trata a respeito desta necessidade. No início dos anos 1980, houveram contatos entre a Embraer e as empresas italianas Aeritalia e Aermacchi, buscando integração do conhecimento científico no campo militar para suprir necessidades operacionais que o Brasil necessitava para ter presença na América do Sul. O desenvolvimento do caça para a Aeronáutica era avançado para os padrões da época e até os anos 1990 cumpria com as necessidades.

Os avanços técnicos para a Embraer foram demasiadamente significativos devido:

A Embraer teve que duplicar o seu parque de usinagem, além de realizar um intenso treinamento de pessoal para operá-lo, já que é totalmente em controle numérico, controlado por um computador central. Assim, teve que se capacitar para o desenvolvimento da "inteligência" do avião, do software, do qual é responsável por 30%, necessitando então conhecer basicamente a totalidade do processo. Outro setor onde houve incorporação de tecnologia nova foi no desenvolvimento de material composto, utilizado em várias partes do AMX. Devido a essa capacitação, a Embraer passou a receber importantes encomendas da McDonnell Douglas para fabricar flaps do MD-11, avião de passageiros de grande porte. Outras empresas de componentes foram também incorporando novas tecnologias no processo de desenvolvimento do AMX, como a Elebra, a ABC Sistemas Eletrônicos e a Companhia Eletromecânica (Celma), que se capacitou para produzir 350 peças do motor do AMX, sob licença da Rolls Royce, além da própria montagem e revisão dos motores. (CAVAGNARI FILHO, 1993, p.16)

Detalhe importante que Cavagnari Filho (1993) menciona é sobre a eletrônica do caça, o sistema de autodefesa era o mais moderno, o fomento de empresas ligadas ao setor, era grande, para suprir necessidades de fabricação, teste e manutenção. Dando um salto no desenvolvimento nacional porque “existem 101 equipamentos produzidos sob licença, dos quais 51 são inteiramente eletrônicos. Eles garantem à empresa nacional três condições em que a Aeronáutica considera principais: engenharia de produto, de processo e de qualidade” (CAVAGNARI FILHO, 1993, p.16). Mas apenas nos anos 1990 o caça seria introduzido na Força Aérea Brasileira.

Este momento marca não somente uma fragilidade na estratégia do Brasil no sistema internacional, mas também nas ideias de desenvolvimento nacional, passando a demonstrar

limitações interna e externa, com um grau de dependência externa em momentos de crises no sistema internacional, revelaram a falta de autossuficiência. Para Magnoli (2004), valores do desenvolvimento nacional baseada no nacionalismo, foram implementadas por países do terceiro-mundo que pautavam políticas nacionalistas e possuíam como preocupação o não-alinhamento à ideologia socialista ou subordinação as potências industriais.

O cortejo ideológico do terceiro-mundismo sofreu os primeiros golpes com a aproximação entre China e os Estados Unidos, a partir de 1972, e com a crise do pan-arabismo, alguns anos depois. Na década de 1980, as crises econômicas e financeiras que abalaram a América Latina esvaziaram as políticas de desenvolvimento nacional autônomo, contribuindo para enfraquecer ainda mais o Movimento dos Países Não-Alinhados (MAGNOLI, 2004, p.164)

Lonhauer (2005) considera os anos 1980, para a América Latina, como colapso econômico por ser um período em que o crescimento e endividamentos dos países foram marcantes. Momento benéfico para os EUA, por sua vez, passaram apoiar os movimentos democráticos dos países autoritários. Sua intervenção por meio de agendas em comum referente ao combate ao narcotráfico, se mostrou presente em países como: Bolívia, Peru, Colômbia, Panamá, Jamaica, e o próprio México (LONHBAUER, 2005, p.202).

Desse modo, pode-se observar um momento propício para as iniciações de políticas neoliberais na América Latina, com as implementações políticas de imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), abordadas pelos autores, da seção Neoliberalismo, deste trabalho. A presença dos EUA neste momento para a América Latina, reforça a sua influência de poder na região que fortalece ainda mais sua posição na Guerra Fria e passa a quebrar a lógica dos países não-alinhados.

A crise gerada por choques externos, como os aumentos no preço do petróleo - em dois períodos (1973 e 1979) - e da dívida que possuía com os EUA - contraída no governo Geisel com seus programas de investimento em infraestrutura no Brasil que propagava a denominação do período “Milagre Econômico” para um “Brasil Potência” - foram elementos essenciais para aumentar a dependência financeira externa brasileira.

O aumento dos juros da dívida por parte dos EUA, devido a causa da dificuldade de suprir a demanda interna do petróleo, tanto os EUA como o Brasil, precisavam deste recurso energético para as suas indústrias. O caso brasileiro é agravado, haviam boicotes para Estados que tomassem políticas de desenvolvimento, EUA e Grã-Bretanha eram contra tais políticas e estavam interessados em abrir as economias e influir com capital (SINGER, 1998) .

Para Singer (1998), os anos 1970-1980 marcaram a crise do desenvolvimentismo e início de abertura do mercado interno para os capitais estrangeiros que no final dos anos 1980 daria pela relação incondicional de entrada dos capitais. No contexto latino americano o autor mostra o México no início dos anos 1980 realizando medidas neoliberais e entrando para o NAFTA. No final do respectivo período as eleições na Argentina, Brasil e Peru marcaram a entrada de presidentes que colocariam os Estados em posição de dependência *desejada*, a qual mostra a aceitação das economias em depender de capital externo e atender interesses de atrair investimentos externos como meio de melhorar a situação econômica.

Em 1975, houve uma melhora nas condições de créditos e sem aumento significativo do preço do petróleo, com essa elevação de preços dos países exportadores de petróleo no Primeiro Choque, foi possível o retorno para os países via comércio. Assim esses dólares provindo dos países exportadores, foram chamados de “petrodólares”, tendendo a equilibrar o deficit comerciais dos países. No Brasil, com a entrada destes “petrodólares”, foi possível o fortalecimento da realização do II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Plano este que visava o investimento de setores: siderurgia, energético, química, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos (GIAMBIAGI et al, 2011).

O papel do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) era financiar iniciativas no campo privado e público da economia, que visavam participar do desenvolvimento e pesquisa destes setores supracitados. A realização dos investimentos públicos eram feitos pela arrecadação de impostos que eram direcionados a estes investimentos. Na parte privada eram por créditos disponibilizados com juros subsidiado (GIAMBIAGI et al, 2011).

Desse modo, pode-se observar a dependência externa do país para com os programas de desenvolvimento nacional, a realização do II PND teve viabilidade devido a estabilização temporária de preços em 1974 até 1978, melhorando a condição de exportação para países importadores que sofriam da dependência externa comercial e/ou do petróleo.

Carvalho (2013) em seu trabalho sobre Base Industrial de Defesa, considera os anos 1980 em relação ao contexto econômico e político como a “década perdida”, porque com o endividamento do país e os choques externos, levou o país a um desestímulo da produção industrial e diminuindo despesas públicas.

Giambiagi et al (2011) define como período de estagflação, ocorre a estagnação da produção e ao mesmo tempo o crescimento da inflação, resultando na recessão do país que no primeiro triênio alcanço uma queda do PIB em 2,2% ao ano. O endividamento externo

acarretou, mesmo a balança comercial superavitária no início, diminuição das reservas internacionais. O país detinha uma dívida de US\$7,0 bilhões em 1980, com o aumento no ano seguinte, foi para US\$10,3 bilhões e em 1983, US\$13,5 bilhões. As reservas chegaram a US\$4 bilhões.

Neste cenário, o governo recorreu a empréstimos pelo FMI, forçando ainda mais as políticas econômicas restritivas, diminuindo os meios de pagamentos e desvalorização da moeda. O FMI já aconselhava políticas econômicas de abertura. Harvey (2008) demonstra, desde 1970, que o movimento do neoliberalismo pairava sobre o sistema internacional em conjunto com outros atores promotores, como foi explicado no embasamento teórico deste trabalho.

Assim sendo, pode-se observar os anos 1980 como momento chave para o desenvolvimento nacional, que irá sofrer ressignificação para um modelo de matriz neoliberal de forma gradual, além de toda a estrutura de Estado, poderá dizer o início da destruição criativa citada por Harvey (2008)

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita "destruição criativa", não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado). Mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY, 2008, p.5)

A crise econômica dos anos 1980, a ABDI (2011) também considera como momento de declive para a indústria de defesa, por causa das políticas do FMI apoiadas sobre o Consenso de Washington pós anos 1990 e outros instrumentos neoliberais, o papel do Estado passa a ser reduzido e os efeitos são vistos até na política externa que passa a ser menos expressiva e com realização de acordos assimétricos.

Carvalho (2013) também se preocupa com a questão da vulnerabilidade externa do setor bélico, frente aos desafios do neoliberalismo, por considerar que o ideal de livre mercado para os países detentores de uma industrialização avançada e com diversificação de produtos é muita vantagem para eles do que para países como o Brasil, que possuem uma baixa oferta de produtos com alto valor agregado e o grande porte para as exportações são as commodities agrícolas.

Fazendo com que o país tenha baixa competitividade no mercado internacional, outro fator importante, mencionado por Carvalho (2013) é o fim da Guerra Fria, que fará com que

os produtos de defesa da antiga URSS, sejam vendidos no mercado mundial, fazendo com que estes virem concorrentes dos produtos brasileiros, dificultando ainda mais a participação deste mercado na redução das exportações.

Em matéria de poder e política internacional, à luz de Carr (2001), pode-se notar que estes desdobramentos econômicos e de política externa influenciaram diretamente no posicionamento do Brasil nestes anos 1980. A fragilidade de buscar desenvolvimento nacional via política externa, significou um perigoso meio que o poder brasileiro frente à política internacional já demonstrava fraca quando as dívidas agravaram com os choques do petróleo.

Persistiam os vícios do sistema internacional, que aliás evoluía para modificações ainda mais prejudiciais aos interesses brasileiros: rebipolarização, crise do multilateralismo, velha ordem econômica, novas divergências com os Estados Unidos e a Europa. A nova divisão internacional do trabalho, pela qual os países ricos pretendiam reservar-se o controle da informação e da tecnologia de ponta, iria gerar, na avaliação brasileira, a pior das formas de dependência histórica, colocando lado a lado sociedades pós-industriais e sociedades atrasadas caudatárias. (CERVO; BUENO, 2012. p.459)

Estas observações, tornam-se pertinentes, Cervo e Bueno (2012) sinalizam que na metade dos anos 1980 o Brasil já sofrera dificuldades de resistência de relutar o sistema internacional. Marcando, deste modo, um momento de difícil transição para os anos 1990, representando defasagem nos setores econômicos e sociais.

3.2 A indústria de defesa e seu momento de declínio

Conforme trabalhado na seção anterior, foi possível ter uma dimensão de como a crise econômica que o país enfrentava prejudicou o desenvolvimento nacional. Tendo uma noção geografia, política e econômica, é possível observar e compreender as estratégias para o desenvolvimento nacional na região de São José dos Campos-SP, fomentando novas capacidades bélicas e tecnológicas, realizadas com apoio do Estado. Importante ressaltar que são anos de Guerra Fria, corrida armamentista e espacial, que colocam os países em necessidade de se modernizarem industrialmente.

Carvalho (2013) leva em consideração que o desestímulo das empresas até os anos 1977, era forte devido ao acordo Brasil-EUA (1952) que importava dos EUA, materiais de defesa que não passavam de sobra e excedentes, negligenciando, por sua vez, as indústrias brasileiras existentes e atrasando o desenvolvimento das mesmas. O acordo foi denunciado no

governo Geisel, em 1977.

Porto (2015) trabalha a respeito das principais empresas já mencionadas, neste capítulo, busca-se mostrar a atuação das mesmas e seus desdobramentos. Engesa, entrou no ramo como produtora de veículos bélicos, antes era uma empresa voltada para manutenção de caminhões para a Petrobras e com apoio de projeto por membros do exército, desenvolveram dois veículos militares (Cascavel e Urutu). Obtenção desse sucesso foi a inserção internacional do país neste ramo, exportando para Iraque, Líbia e Angola (PORTO, 2015, p.15).

Esses desenvolvimentos e aproximação com os militares, impulsionou a empresa na criação do projeto EE-T1 Osório, que foi um tanque de guerra com intenções de entrar na Arábia Saudita, Porto (2015) cita uma notícia da revista Veja em 1988, mostra a vontade dos árabes em adquirir 800 unidades do tanque e outros veículos. Contudo, com influência externa na negociação, os EUA fizeram com que desistissem da opção brasileira, optando pela opção norte-americana o M1 A2 Abrams (PORTO 2015 apud LOPES, 1994, p.322).

A Embraer, teve sucessos no mercado internacional e nacional devido ao investimento de uma área em que as concorrentes não exploravam tanto, que foram aviões de treinamento EMB-110 Bandeirante e de treinamento militar EMB-312 Tucano. Além dos projetos dos caças AMX e MB-326, mencionados anteriormente.

Avibras, desenvolve aparatos de foguetes, bombas, nos anos 1970 eram apenas antenas para cobrir o território com telecomunicação. Nos anos 1980, desenvolveu o sistema de artilharia com saturação em área por foguetes, chamado ASTROS II (Artillery Saturation Rocket System) que foi exportado para a Arábia Saudita, Iraque, Qatar e Malásia (PORTO, 2015, p.25). Inserindo a empresa internacionalmente e sinalizando potencial de desenvolvimento. Nos finais dos anos 1980, devido a situação de crise no país e do Segundo Choque do Petróleo, houve queda de 75% das exportações (PORTO, 2015)

Lopes (1993, p.331) mostra a intervenção dos EUA, também em relação ao Astros II na negociação com a Arábia Saudita, forneceram documentos falsos alegando que o Astros II é um veículo problemático e a situação econômica do Brasil era grave, portanto, deveriam comprar o lançador de foguetes MLRS norte-americano. Porém, o autor revela que os testes do MLRS demonstraram falhos com alvos a 30km de distância com diferença de 800m. A admiração dos sauditas pelo Astros II já era confirmada pelo general Mohammed Shehri, antes da intromissão dos EUA.

Bernardini S/A, em parceria com o CTEX (Centro Tecnológico do Exército), desenvolveram o tanque de guerra Tamoyo (I, II, III) com grande ausência de componentes importados, revelando um produto promissor para futuros investimentos. Projeto abandonado nos anos 1990 por falta de interesse político, junto com a falência da Engesa em 1993 (BASTOS, 2006). Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil), criada em 1975 e ainda presente, é uma empresa estatal que atua na fabricação de: pistolas, explosivos, fuzis, carabinas, facas, munições, abrigos, aparelhos de comunicação e treinamento. Forja Taurus S.A, empresa privada nacional, criada em 1939, produzindo armamentos convencionais (pistola e fuzil). Ainda atuante no mercado nacional e internacional de armas, possuindo números expressivos de exportação para os EUA. Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), empresa estatal que cuida da construção e manutenção de embarcações da Marinha do Brasil, desde 1763 com o antigo nome Arsenal Real da Marinha.

Compreende-se desse modo, que o Brasil já possuía empresas ligadas a indústria bélica e tinha condições de se desenvolver, desse modo uma estratégia do país que visava ter empresas nacionais para suprir o abastecimento das Forças Armadas, entre os anos 1970 e 1980, buscavam consolidar suas atuações no setor realizando inserção internacional. Devido à forte crise econômica enfrentada pelo Brasil nestes anos, dificultou uma estratégia dos governos em fazer manutenção destas empresas e garantir a sobrevivência de novos projetos.

Nestes anos, observava uma atuação na política internacional dos Estados do Primeiro Mundo para com a área bélica. Dagnino (2010) mostra que ao longo dos anos 1980 com a União Soviética (URSS) entrando em declínio e a superioridade dos EUA ampliando, foi observado um controle no comércio mundial de armamentos, a corrida armamentista já não era tão significativa como outros tempos.

Trazendo concepção econômica, Dagnino (2010) assemelha como a oferta e demanda de mercados civis, os ofertantes seriam os produtores de armamentos e os demandadores os Estados, quando há alterações de ambos os lados o mercado é afetado. A participação dos países avançados, interfere sobre este mercado.

A situação da política internacional com a superioridade dos EUA, passou a comportar na comunidade internacional, sobre o desarmamento para o Terceiro Mundo, desaquecendo e desestimulando a produção de armamentos pelo mundo. As potências da época buscavam rearranjos, em blocos regionais, para garantir suas economias, as transferências de tecnologia para os países periféricos era demasiadamente sufocada, evitando que pudessem aumentar o

poderio bélico e ganhar cena no cenário internacional (DAGNINO, 2010).

Esta dificuldade enfrentada pelos Estados periféricos era e ainda é existente, a realidade da periferia no sistema internacional é dependente do exterior quando precisa se desenvolver, como a entrada de fluxo de capitais para realizar investimentos em suas produções e exportação destas produções. Quando há limitação de repasse tecnológico, desaquecimento do mercado global e estagnação econômica enfrentada por crise econômica, inviabiliza qualquer programa industrial e militar, impactando significativamente o poder do Estado no sistema internacional.

Até que ponto os países avançados estavam dispostos verdadeiramente a transferir tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos periféricos, e até que ponto sua intenção era usar como desculpa a sua aplicação militar para impor sanções econômicas adicionais, é difícil dizer. Mas não havia como negar que tecnologias, como guiagem de satélites, a tecnologia nuclear e os supercomputadores, que eram necessárias para desenvolver os programas militares brasileiros, não só tendiam a ter sua transferência obstaculizada como poderiam servir de pretexto para medidas de retaliação em outras áreas. É forçoso admitir, entretanto, que essa conclusão não era a única que poderia ser extraída dos fatos observados. Os militares pareciam pensar de forma bastante distinta. (DAGNINO, 2010. p.207)

Dagnino (2010) problematizando a respeito dos supercomputadores que eram necessários para os programas militares brasileiros, Cervo e Bueno (2012), confirmam. O Brasil, desde 1970, estava apresentando um bom desenvolvimento na área da informática, realizando exportações, a mobilização para este setor foi nacional, com participação do Estado e do setor privado, e era de interesse para as Forças Armadas. Os autores mencionam, que após o sucesso, os EUA criaram meios para pressionar a área, como a criação de uma Lei de Comércio, que permitia aplicação de retaliação a países que dificultassem a inserção de produtos estadunidenses. Em posicionamento de contestação, o Brasil lançou uma política nacional de informativa, em 1984.

Quando se retoma o neoliberalismo, pode-se confirmar os impactos sobre a indústria de defesa, quando aponta a necessidade de quebrar ideologias que poderiam conflitar com os interesses das potências e gerar novos conflitos geopolíticos. O Brasil, demonstrava uma debilidade frente aos empréstimos do FMI que impunha a necessidade de políticas econômicas restritivas e de abertura comercial, fragilizando assim o poder do Estado sobre a intervenção na economia. Assim sendo, o país amplia a sua interdependência com a globalização, flertando com interesses que causam mais desordem social e econômica (SANTOS, 2002), Santos (2002) observa que não houve integração dos interiores do Brasil e

os centros continuaram se fortalecendo, negligenciando a periferia.

Os militares já observavam, à época, que para o Brasil ter presença ativa no sistema internacional, deveria ter realização em seus projetos e programas. Dagnino (2010) menciona tanto eles quanto a elite civil, estavam interessados com que o país tivesse atuação como Primeiro Mundo. “E sabiam que, para isso, algum poder de barganha que pudesse substituir os trunfos geopolíticos e ideológicos, que já então percebiam como pouco relevantes para os seus tradicionais aliados, era necessário” (DAGNINO, 2010, p.208). Não cabe neste trabalho, apresentar dados econômicos sobre o setor na época dos militares, devido à falta de verificação das informações fornecidas. Porto (2015), mostra que a imprensa e o governo forneciam dados a organismos internacionais como a SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute), essa organização não investigava a veracidade das informações recebidas, até porque as exportações de armamentos eram ocultadas.

A falta de bibliografias a respeito, também comprometeria a qualidade de um estudo feito com dados econômicos, neste setor, a respeito dos anos 1980. O estudo historiográfico das empresas e das regiões envolvidas, se mostram como resultados de políticas aplicadas e de desenvolvimento nacional que já vinham sendo pensadas desde o governo de Getúlio Vargas. Tendo a região do Vale do Paraíba (interior de São Paulo) como região estratégica para a industrialização do país, fora a instalação do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), na cidade de São José dos Campos, que impulsionou estes processos.

Importante estratégia nacional criada pelo Brasil, para o desenvolvimento nacional e do setor bélico, fora a formação do complexo-industrial-militar instalado em São José dos Campos-SP. Idealizada no governo de Getúlio Vargas, impactou positivamente para a economia e sociedade. Criando um polo tecnológico na região de São José dos Campos-SP, Barbieri (1994) conceitua a relação de empresas, governos e instituições de pesquisa e ensino, que visam empreendimentos para alta tecnologia, resultando em geração de empregos e empresas de diversos portes. O autor, diferencia esse conceito do termo polo industrial, devido a este tipo de segmento não ter como foco desenvolvimento tecnológico, mas sim um modelo mais tradicional que se preocupa com projetos de infraestrutura e utilização de terrenos em obras.

O mercado, criado dentro do polo industrial, visa a sua manutenção, tendo como facilitações de transportes, acesso a fornecedores e energia, em exemplo, São Paulo e a região metropolitana em volta denominada ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São

Caetano). O crescimento se deu devido às condições locais para a industrialização. Zona Franca de Manaus, também é um exemplo de polo industrial, para tornar a região atrativa, o governo fornece incentivos para a instalação de empresas. Este incentivo se dá exatamente pela falta de condições locais de atratividade, o oposto do caso de São Paulo e o ABC.

Nos polos tecnológicos, visam empreendimentos para inovações tecnológicas que sejam novidades para os mercados, Barbieri (1994) destaca no Brasil dois polos: o de São José dos Campos e de Campinas. Para o primeiro, se deu pela criação do DCTA e INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que acabou atraindo empresas como: Embraer, Engesa, Amplimatic, ABC Sistemas Eletrônicos. O segundo polo, a criação das universidades Unicamp e Pucamp, como centros de pesquisa para atender demandas da telecomunicação e informática, com projetos e equipamentos feitos na própria região (BARBIERI,1994).

Compreendendo-se a composição do complexo-industrial-bélico e o momento de crise econômica que o país enfrentava durante os anos 1970 e 1980, é possível entender os desdobramentos dessas empresas e como o setor é atingido. A dependência de recursos energéticos e de comércios com outros países, tornam vulneráveis os programas de políticas públicas e industriais, de modo que acabam necessitando de recursos externos.

Esta contextualização se faz entender o desenvolvimento da região de São José dos Campos, onde se instalou o complexo-industrial-militar, e vinha desde os anos 1960 crescendo e fortalecendo. Capacitando o país tecnologicamente e promovendo progressos tecnológicos, impactando as empresas bélicas, viabilizando redes de escoamento estando localizada entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Souza (2008) em sua tese de doutorado argumenta que “A especialização do lugar: São José dos Campos como centro da tecnologia aeroespacial no País”, revela o sucesso da estratégia brasileira neste projeto que visava o fomento da indústria aeronáutica.

O início desse processo data de meados da década de 1940, quando, em meio à Segunda Guerra mundial, no ano de 1941, é criado o Ministério da Aeronáutica. Porém, de acordo com Lavenère-Wanderley 26 (1975), desde o final da década de 1920, um grupo de oficiais da Aviação Militar e da Aviação Naval nacional confabulava sobre a organização do “Ministério do Ar”, já instituído em países como França, Inglaterra, Estados Unidos, Itália e Alemanha, por meio de um movimento conhecido como “campanha pelo Ministério do Ar”, que incluía publicações de artigos em jornais da época e reuniões com autoridades do governo. A campanha alertava sobre a importância de criar no País um órgão central que orientasse o desenvolvimento técnico e industrial da aviação nacional e que promovesse, mediante a criação de infra-estrutura aeronáutica, economicamente mais vantajosa em relação à rodoviária e à ferroviária, a integração inter-regional no País e do Brasil com nações vizinhas. (SOUZA, 2008, p.59)

Este momento se verifica com o momento vivido pelo Brasil no governo de Getúlio Vargas, sua política externa e interna que tinham como característica o pragmatismo da política externa como chave para melhorar a industrialização do país. Cervo e Bueno (2012) mostram o momento de neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial, angariou vantagens jogando comercialmente com a Alemanha e EUA, para os EUA era fundamental que o Brasil estivesse ao lado na guerra, possuía contingente, posições estratégicas para a aviação norte-americana e minérios fundamentais para a manutenção da guerra.

Neste momento, o poder econômico e político brasileiro era bastante favorável para estes anos do Estado Novo entre 1930-1945, conseguindo influir na política internacional. Como retoma os conceitos de Carr (2001), a política seria o exercício da solução dos conflitos de poder entre Estados que necessitam de uma resposta, estas atuações de Getúlio Vargas trouxeram fortalecimento das indústrias de base e já preparando meios para um setor aeroespacial que em 1990 mostrará pico de crescimento e desenvolvimento como é apontado por Souza (2008).

Projetos e iniciações científicas são iniciados no DCTA em 1954. Souza (2008) revela dados interessantes a respeito deste centro, em 1960 estabeleceram contato com um projeto que chegaram a desenvolver um protótipo de helicóptero o “beija-flor” em parceria com profissionais estrangeiros, o projeto não seguiu adiante devido a acidente sobre o protótipo. O avião Bandeirante foi iniciado em 1966 e concluído em 1969 com inauguração na Embraer, fazendo com que elevasse o nível de indústria no Brasil, Souza (2008) destaca como notoriedade nacional e internacional.

Na mesma década, o governo demandou programa de lançadores de foguetes para fins meteorológicos, o DCTA cria o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) com a missão de desenvolver satélites para sensoriamento remoto e retransmissão de dados ambientais. O Instituto de Aeronáutica (IAE) ficaria responsável pela criação do foguete Veículo Lançador de Satélites (VLS) como toda sua estrutura de lançamento (SOUZA, 2008). O satélite foi lançados nos EUA, obtendo sucesso e seu desenvolvimento foi totalmente realizado em solo brasileiro.

Na década de 1970, o DCTA desenvolve o motor de combustão movido a álcool, batizado de programa pró-álcool, para incluir em carros, buscando assim diminuir a dependência energética do petróleo que acometera crises em 1973 e 1979. O governo deu incentivos ao programa que as indústrias nacionais fabricariam carros movidos a álcool,

chegando em sua maior adesão pela indústria automobilística em 1980 (SOUZA, 2008).

Este sucesso acabou atravessando de setor, indo até a aviação, em 2005 a empresa de aeronáutica Neiva, criou um avião agrícola com combustão a álcool denominado Ipanema.

3.4 Queda do Projeto Nacional

Por se tratar de um trabalho que envolve impactos do neoliberalismo no desenvolvimento nacional dentro do setor bélico, necessita-se, neste momento, reforçar a atenção para o Projeto Nacional e mostrar posteriormente influência do neoliberalismo nos anos 1990. Impactos que irão modificar toda a estrutura do Estado e deixará de lado o pensamento de projeto nacional, deixando a mercê de ideologias externas reforçadas por políticas do neoliberalismo.

A importância de tratar da crise econômica e composição do setor nos anos 1980, serve para se chegar exatamente neste momento de ruptura de projeto nacional, não seria possível iniciar um estudo sobre os anos 1990, sem passar por esses elementos que foram demonstrados de grande relevância para o tema e também para o país. Costa (2009) em seu livro “Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional”, dedica um tópico exclusivamente para esta questão, chamando de “Política Interna: Perdendo o Projeto” (COSTA, 2009, p.377).

O autor, observa para os anos 1980 e 1990, como sendo os períodos onde o Brasil perdeu o pensamento de projeto nacional. Os anos 1980 é também considerado por ele como “década totalmente perdida”, indo além das considerações econômicas de tratamento “década perdida”. de modo que prevaleceu o ideal econômico do liberalismo, que estava sustentado com as implantações de políticas neoliberais propostas pelo FMI, diluindo os investimentos nas empresas estatais e estrangulando os serviços públicos. (COSTA, 2009)

No campo político, Costa (2009) realiza uma crítica a Constituição de 1988, devido a ela não veio atribuir características e ações que buscassem reconstruir um projeto nacional aos moldes democráticos, porque a forma que foi elaborada não houve participação massiva da sociedade.

Sendo assim, nasceu uma Constituição com interesses duvidosos e não esclarecendo de forma clara um projeto nacional, na economia, o autor observa a coletividade no meio democrático, agindo de acordo com os interesses da lógica de mercado, o conceito de cooperação é cedido ao pensamento competitivo. É compreensível sua visão, sobre este

período e preocupação no tema, como haveria desenvolvimento nacional pautado em estratégias organizadas pelo Estado em sentido de cooperação, visando desenvolvimento econômico e social, com o neoliberalismo em expansão desde os anos 1970 e os instrumentos de globalização interligando os Estados de forma cada vez mais céleres?

A redemocratização do país que afastou os militares do poder do Estado, não afastou a influência dos atores que promoveram o neoliberalismo, dentro e fora do país. A falta da participação popular envolvida diretamente em sua elaboração, já demonstrava a sua confecção feita em acordo com setores desinteressados em um projeto nacional.

Costa (2009) reforça a ideia, este fato é observado em outros Estados que tiveram seus processos de Estado Nacional interrompidos com estas formas de democratização atreladas ao sistema financeiro internacional e outras instituições, subordinando suas economias ao capital global. As estratégias para esse reforço de diminuição de atuação do Estado são apontadas:

Os monumentais fracassos dessas políticas são sempre imputados aos elos mais fracos. Dentro de cada sociedade, o indivíduo é culpado pela sua própria exclusão, como se não vivesse imerso em relações sociais que são decisivas para definir as oportunidades que terá. No sistema internacional, os efeitos da desordem financeira são jogados nas costas dos países periféricos, pois as crises recorrentes teriam origem em ambientes domésticos insuficientemente adaptados ao receituário universal da modernidade. O modelo de economia e de sociedade proposto não pode ser julgado, pois nunca está completamente implantado. A conclusão se repete monotonamente: dobrar a aposta, seguir em frente, produzir mais do mesmo, pois sempre falta fazer novas supostas reformas (COSTA, 2009, p.379)

Com a ajuda dos meios de comunicação, realizando propagandas neste método e normalmente são grupos apoiados no exterior, rompem o pensamento nacional. Para o autor, isso provoca uma negligência das pessoas em discutir os temas de Estado e passam a adotar questões importadas e temas artificiais, deixando de lado a discussão de projeto que reconhece problemas emergentes.

Realiza um diagnóstico de atrofiamento no desenvolvimento nacional, por observar que as empresas brasileiras possuíam um relacionamento íntimo com as multinacionais, que fomentavam interesses apenas para o capital rentável, deixando de lado a ampliação de produtos de grande valor agregado para as exportações, fora a deterioração dos serviços públicos.

O autor reconhece que houveram setores beneficiados pela modernização em sua produção e disponibilidade de produtos e serviços, mas estes não ocorreram com preocupação interna, mas sim de atender as necessidades externas. Neste ponto é importante frisar mais um

dos impactos da globalização, por sua vez, necessitam de meios de comunicação avançados e sistemas que possam possibilitar uma conexão que viabilize a interdependência dos Estados.

Essa modernização acabou ampliando ainda mais a dependência do Estado brasileiro, frente aos atores estatais e não-estatais do sistema internacional. Costa (2009) não discorre a respeito do nacionalismo apenas como ideologia ou apenas de discurso político. Observa a aplicação do nacionalismo econômico, em exemplo, da industrialização dos EUA, em que consistia um modelo que as indústrias ligadas à Segurança Nacional, promoviam esta organização de atender a demanda do Estado.

Os EUA foram interventores no planejamento da economia pós independência em seu modelo de Estado Nacional. Costa (2009) analisa escritos de Alexander Hamilton, na época Secretário da Fazenda do Governo de George Washington, os informes sobre: o Crédito Público, o Banco Nacional e os Assuntos das Manufaturas. Hamilton observava que para os EUA se inserir internacionalmente e ter poder de competição, deveria ter força militar e econômica, para a primeira e segunda, um modelo de indústria que abastecesse as necessidades internamente visando reduzir dependências externas e garantindo a proteção (principalmente para com a Grã-Bretanha).

Costa (2009) observa no primeiro governo Lula, a presença de uma retomada desta preocupação, mas com resistência, vinda dos interesses rentáveis que são presentes das velhas oligarquias. Essa preocupação do governo Lula será trabalhada melhor quando tratar de sua política externa que caracteriza este momento. Por fim, o autor sinaliza os principais princípios para a reconstrução do projeto nacional, que sem eles, dificilmente o Estado terá sua autonomia:

O princípio da democracia. Ele aponta para o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro em bases amplamente participativas, com o resgate da dignidade da função pública em todos os níveis;

O princípio da soberania. Ele representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, buscando recuperar, para o Brasil, um grau suficiente de autonomia decisória;

O princípio da solidariedade. Ele nos diz que aquela continuidade deve se dar em novas bases, voltadas para a edificação de uma nação de cidadãos, eliminando-se as desigualdades na distribuição da riqueza, da renda e da cultura;

O princípio do desenvolvimento. Ele expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica e afirmando que mobilizaremos todos os nossos recursos produtivos e não aceitaremos mais a imposição, interna ou externa, de políticas que frustrem esse nosso potencial; e

O princípio da ação do Estado. Ele estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade de buscarmos um novo estilo de desenvolvimento

articulado pela cidadania no Estado Nacional, que seja socialmente justo e ecologicamente viável. (COSTA,2009, p. 380)

Desse modo, para o Brasil condicionar programas de defesa, que são custosos e demandam tempo, necessitam de políticas constantes e coerentes, em sua realidade para desenvolvimento. A queda de um projeto nacional, dificulta ainda mais estes processos industriais e políticos, que precisam de uma força organizacional tanto do governo quanto da sociedade. É nestes moldes que a END, PND. Preparam e reforçam para os programas das Forças Armadas e tornam políticas de Estado, fixando-as na racionalidade do Estado brasileiro.

Diante os princípios norteadores de Costa (2009) supracitados, a END leva em consideração estas preocupações e reconhece que os interesses dos atores do sistema internacional influenciam diretamente o Estado brasileiro no cenário de interdependências. O documento estabelece como objetivos nacionais da defesa

I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais; IV. contribuir para a estabilidade regional; V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; VII. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; VIII. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; IX. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; X. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e XI. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional. (BRASIL, 2012b, p.29-30)

Os objetivos VIII e IX, que maior atendem os interesses deste trabalho, mostram que deve haver conscientização da sociedade em torno da defesa nacional, não sendo um campo estritamente de militares, mas da sociedade como um todo. A indústria nacional de defesa, com seu desenvolvimento buscando autonomia em tecnologias, com orientação para a América do Sul, gerando benefícios mútuos, como aponta o documento (BRASIL, 2012b, p.32). Elementos que chamam atenção e são relevantes, abarcam temáticas econômicas, sociais e de defesa do país, sendo assim, de interesse para a população e Estados do entorno estratégico que podem se interessar e são contemplados pelo documento.

Citar a END de 2012 (primeira revisão), mostra o resultado da lançada em 2008, mantendo o foco e detalhando melhor as preocupações do Estado perante o tema, deixando

como legado um importante documento para a sociedade conscientizar e ter uma materialidade objetiva desse assunto.

4 A INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA E A DERROCADA DA INDÚSTRIA DE DEFESA NOS ANOS 1990

O Brasil, em sua política externa para Cervo (2003), encontra o paradigma de Estado Desenvolvimentista, Normal e Estado Logístico, os três podem coexistir. Para o desenvolvimentista, período entre 1930 a 1989, significou uma preocupação do Estado em buscar uma maior autonomia na periferia do sistema internacional e diminuir a dependência dos Estados do centro, utilizando a política externa para alcançar o desenvolvimento, buscando cooperações para suprir necessidades de bens de capital e também melhorar a condição social das pessoas. Nos anos 1990, para o autor, corresponde ao paradigma de Estado Normal, de orientação neoliberal os governos na América Latina se instalavam com este princípio operativo, por tratarem com normalidade a recepção de políticas neoliberais para alcançarem melhorias dentro do Estado. Estado Logístico, de modo incipiente no governo FHC se aprofunda no governo Lula(2003-2010), por significar um modelo que busca recuperar uma maior relativa autonomia do Estado como organizador para promover capacidades socioeconômicas e projetar no cenário internacional melhores condições para a política internacional.

No governo de FHC, os três elementos estão presentes, considera-se Estado Normal por abarcar uma maior operacionalidade de interesses neoliberais em suas políticas, para Cervo (2003), encontra-se o Desenvolvimentismo na preocupação em melhorar a condição econômica e de maneira tímida também o Logístico, que não projeta e não planeja as capacidades nacionais para a concorrência no sistema internacional. Outro destaque relevante é a criação do Ministério da Defesa, por meio da lei complementar N°97 de 1997, que subordina as Forças Armadas ao Ministério da Defesa, ministro indicado pelo presidente de república.

4.1 O Mercosul e a necessidade regional no novo contexto global

Nos anos 1980, havia sinalização de um modelo industrial esgotado, passando por crises em seu desenvolvimento e crescimento, poucas exportações e investimentos constringidos. O neoliberalismo estava presente e se instalando na política brasileira, seja na economia ou política externa, a noção de desenvolvimento do país foi alterada. Chegando nos anos 1990 com o governo Collor (1990 – 1992) dando início a liberalização da economia e atendendo os interesses neoliberais. Também é observado a criação do Mercosul, em 1991, dando um passo a frente na América do Sul, para melhorar as relações entre os países, colocando a região em destaque com um modelo de inserção.

A importância do Mercosul é a possibilidades de fomentar parcerias estratégicas no desenvolvimento econômico e aproximar os interesses dos Estados da região, fornecendo condições futuras, para a criação da UNASUL, em 2008, indo além da questão do livre comércio na região frente aos novos blocos regionais nos anos 1990.

O triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético em 1989 deu impulso à globalização em sua dimensão horizontal e vertical. Três fatores influenciaram sobre o reordenamento das relações internacionais: a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos. A globalização engendrou nova realidade econômica, caracterizada pelo aumento do volume e da velocidade dos fluxos financeiros internacionais, pelo nivelamento comercial em termos de oferta e demanda, pela convergência de regulações nos Estados. Essa tendência histórica deparou-se, entretanto, com duas outras, uma que a continha e outra que a embalava: a formação de blocos econômicos e a nova assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia. (CERVO; BUENO, 2012, p.487)

Silva (2009) a respeito do Mercosul, mostra que as intenções já estavam presentes entre Brasil e Argentina, desde 1985. Buscando a cooperação entre os dois países em integrar seus mercados, foram signatários do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1991. Formalizando a criação do bloco por meio do Tratado de Assunção, composto por: Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. As políticas neoliberais do período prejudicou o avanço na integração social e econômica por identificar um crescimento de desemprego e desindustrialização.

Ponto importante ressaltado pelo autor, o contexto favorável para o Brasil, os países asiáticos estavam com alto desempenho em suas economias, devido ao sucesso de suas políticas industriais no passado, que serão comentadas posteriormente. União Europeia, também estava sendo consolidada, tornando um bloco de grande relevância para o sistema

internacional, desse modo, a América do Sul possuía riscos se não tomasse uma medida para contrabalancear o peso destes blocos e economias.

Ainda para Silva (2009), os EUA possuíam preocupações a respeito destas dinâmicas acontecendo no cenário internacional, lançou a proposta do NAFTA que ampliaria a liberalização das economias da América do Norte, abolindo o protecionismo e ampliando o livre fluxo entre as economias. O bloco estava contando com a participação dos Estados Unidos, Canadá e México, em 1994. A região sul, demonstrava resistência as propostas dos EUA em relação à Alca (Área de Livre-Comércio entre as Américas) que mesclaria o Mercosul e Nafta, principalmente do lado brasileiro, não havia confrontos diretos mas divergiam em alguns interesses em relação a formação de um bloco nestes moldes, principalmente os países de pouca relevância comercial, que já identificavam o peso da economia brasileira e argentina, era quem realizavam as barganhas do bloco, os mercados não tinham condições de competir em livre concorrência com os EUA.

Os processos de acordos dentro do Mercosul estavam avançando, realizando acordos com outros países e blocos, a UE observando as propostas da ALCA por parte dos EUA, resolveu se aproximar do Mercosul para não prevalecer os interesses dos EUA na região, o protagonismo brasileiro era interessante, por demonstrar interesse em pleitear uma vaga no assento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas a posição da Argentina era contrária e flertava com interesses dos EUA, na época, que segundo Silva (2009) “O que o Governo argentino buscava era ampliar seu poder de barganha e evitar uma posição subalterna ao Brasil junto ao Mercosul” (SILVA,2009, p.152).

A crise econômica internacional de 1999, fez com que o câmbio brasileiro se alterasse prejudicando comércio com a Argentina, neste momento houve enfraquecimento do bloco com conflitos econômicos entre os dois países. No ano seguinte, teve reunião com os 12 chefes de Estados da América do Sul, em caráter de reforçar o bloco e não deixar seguir as tendências pessimistas, reforçando as necessidades de cooperação técnica na área de C&T e segurança das fronteiras, devido a crimes que eram recorrentes (SILVA, 2009, p.156).

4.2 Terceira Revolução Industrial e a obsolência da indústria brasileira

Os processos industriais interferem diretamente no desenvolvimento e crescimento econômico de um país, por estar relacionado com os avanços de C&T e investimentos em pesquisa e desenvolvimento, não dá para analisar a estagnação da indústria de defesa sem levar em consideração a situação do país e mundo, que condicionou a continuidade de sua derrocada com interesses neoliberais.

Lacerda (2010) percebe o atraso tecnológico que a indústria brasileira possuía frente aos concorrentes externos. Nos anos 1990, a abertura favoreceu a entrada de novos bens e serviços que ampliaram a disponibilidade para os consumidores. Desse modo, já se configurava uma reestruturação das indústrias do país e um novo comportamento de consumo com a entrada destas novidades. Para o autor, esse momento significou em prejuízo com os produtores nacionais, sofreram estrangulamento devido à alta carga tributária e sem modernização em suas infraestruturas, impossibilitando uma concorrência com as empresas internacionais e produtos que estavam entrando por meio das multinacionais com capital externo.

Os períodos entre 1970 e 1980 são marcados por mudanças no padrão de industrialização que se diferenciariam também nos anos 1990, Lacerda (2010) nota no primeiro período o modelo de industrialização baseado na metalurgia e o setor químico, no segundo já há presença do fomento na indústria da eletrônica. Chang (2004) observa a participação dos Estados nos processos de P&D, via investimento público na infraestrutura e recorrendo a meios legais e ilegais de aquisição tecnológica, deste modo, amadurecendo o meio produtivo de incorporação tecnológica nas maquinarias e necessidades de qualificação profissional na indústria

Importante ressaltar a Terceira Revolução Industrial, momento este em que o desenvolvimento e pesquisa na área da eletrônica e seus derivados, proporcionando melhorias tecnológicas no campo: das armas, informática, telecomunicação e processos de automação. Coreia do Sul e os Tigres Asiáticos, são exemplos deste momento que superou o processo de substituição de importações, com seu modelo de produção e desenvolvimento voltados para a exportação, para investimentos na eletrônica, ao contrário do Brasil e América Latina que no

final dos anos 1980, o modelo de substituição de importações estava em seu limite e não conseguia passar desta fase, nos anos 1990 já entrava a lógica neoliberal com outro modelo.

Frieden (2008) mostra o período pós 1950, de modo que o mundo passa a ter contato com produtos eletrônicos com capacidades antes não praticáveis e o acesso ao público era limitado, a evolução tecnológica passou a percorrer até fim dos anos 1990, oferecendo aos consumidores a experiência de utilizarem aparelhos eletrônicos que variam desde brinquedos até computadores, progressos na automação da produção e velocidade das telecomunicações que afetaram todos os setores da sociedade e economia.

As impressionantes mudanças técnicas do fim do século XX fortaleceram os que apoiavam a integração econômica mundial. Inovações nos transportes e nas telecomunicações diminuíramos custos das trocas internacionais. Superpetroleiros e contêineres baratearam o despacho de cargas por via marítima, e bens, cujos custos de travessia do Pacífico ou do Atlântico eram proibitivos, tornaram-se cargas comuns. (FRIEDEN,2008, p.419)

Oliveira (1993) descreve esse momento em que o governo sul coreano realiza os investimentos, lança o Plano Básico de Promoção da Indústria Eletrônica, empresas como ATT&T, ITT e Northern Telecom, ligadas ao setor das telecomunicações dos EUA. Que repassavam tecnologia para os coreanos, após esse processo de melhorias no setor das telecomunicações, também possuía vínculo com setor governamental as empresas: Samsung, Goldstar e Hyundai, foram incentivadas a entrar para o setor dos semi-condutores e investiram até US\$2 bilhões para alavancar o setor (OLIVEIRA,1993, p.88) ficando atrás apenas para os EUA e Japão neste mercado.

A situação sobre a condição da Coreia do Sul perante o segundo choque do petróleo em 1979, não foi de tanto peso, afetou diversos países que estavam em processo de industrialização que demandavam muito petróleo e estavam sobre endividamento do FMI, Frieden (2008) mostra que os impactos perante a Coreia do Sul e Taiwan, foram menos afetados, suas economias estavam com seus parques industriais e produção voltada para o comércio exterior atendendo as demandas, conseguiram pagar as dívidas.

Desse modo, os anos 1990 e a indústria global, estavam em um momento de ampliação tecnológica e consolidando os novos meios de produção e bens, que significaram a Terceira Revolução Industrial, promovida pela Coreia do Sul, China e Tigres Asiáticos, com apoio dos EUA. É compreensível que neste quadro, países como o Brasil e a América Latina no todo, tenham suas indústrias atingidas e não receberem incentivos e transferências

tecnológicas do centro capitalista. Ainda mais que sofreram com as consequências do Choques do Petróleo, inflação e problemas políticos de influência externa que materializavam a desnacionalização das empresas estatais e diminuição do poder estatal, buscando instalar um mercado voltado para consumo de bens e serviços que passaria a estimular a desindustrialização do país que encontrava indústrias nacionais em estado de obsolência.

Nos EUA, devido a limitação de orçamentos, passaram a entender a necessidade do modelo *Dual Use* para a continuação do desenvolvimento de novos produtos. O modelo, consiste em produção que atende o mercado civil e parte de seu desenvolvimento também iria para produtos militares (UNITED STATES, 1994). Este tipo de relação não é novo, Dagnino (2010) mostra o processo de *spin-off*, que após a Segunda Guerra Mundial, as tecnologias desenvolvidas para armamentos seriam aproveitadas na aplicação de produtos civis

Esse tipo de transferência de tecnologia de tipo intrafirma, cuja ocorrência era relativamente fácil e rápida, levou a inúmeras aplicações dos resultados de P&D militar que engatilharam a exploração das economias de escala que proporcionava um mercado em rápida expansão, ansioso por substituir seus bens de consumo e de capital pelos que incorporavam essas novas tecnologias. Turbinas e cabinas pressurizadas de aviões a jato, dispositivo de comunicação e detecção, semicondutores, computadores, entre outros, tiveram, assim, quase imediata aplicação comercial. (DAGNINO,2010, p.154)

É neste contexto de especialização da economia asiática na eletrônica e tecnologias da área militar indo para a civil, que durante a Guerra Fria, a inserção de tecnologias em produtos civis foi relevante para as economias asiáticas, tiveram grande desempenho com suas exportações de semicondutores e eletrônica. Os produtos estavam ganhando novo valor agregado e aqueles que dominam a tecnologia e produção, tendiam a continuar crescendo e desenvolvendo, era o caso dos EUA e alguns países da Europa.

O Departamento de Defesa dos EUA, em 1994, entende que é importante a continuação de desenvolvimento e pesquisa por colaborar nas indústrias civis e militares. Com a queda do orçamento no setor, para evitar prejuízos para as empresas que produzem e desenvolvem tecnologia militar, deveriam se inserir também no mercado civil, para não depender dos orçamentos do governo americano.

Buscando assim, melhorar a competitividade comercial do país. Consideram como prioridade, nos anos 1990, tecnologias ligadas a informática no âmbito de incorporar tecnologia em sistema de armas e criação dos mesmos, simuladores de treinamento, por reduzir custos na capacitação do militar e fornecer preparo de simulação superior ao ensaio de

treinamento convencional e sensores para a identificação de objetos e alvos no auxílio de missões. (UNITED STATES,1994, p.10-12)

Interessante a observação dos anos 1990 que há declínio da demanda mundial de armamentos, mas não significa que as pesquisas e desenvolvimento estão em momento de pouca importância. Como mostrado no embasamento teórico, os EUA já possuía uma íntima relação de desenvolvimento econômico com suas indústrias de defesa e universidades, para atender a demanda do país. Nos anos 1990, apesar do fim da Guerra Fria, já consideravam a necessidade de novas tecnologias para atender demandas futuras e garantir a defesa, além de mostrar um outro caminho para as empresas envolvidas na parte de uso *Dual Use*.

É compreensível que os EUA incentivem a não-proliferação de armas nucleares e controle de exportações de mísseis, no sistema internacional, a posição após a Guerra Fria pode ser de grande protagonismo na economia e militarismo mas não é negligente por saber que neste momento, outras potências podem se desenvolver e devido a liberação das economias podem adquirir meios de fomentar P&D, por exemplo a tese de Marshall (1997) da escola de pós-graduação naval dos EUA, que busca correlacionar diplomacia na não-proliferação e a respeito da China e Brasil, sobre O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, conhecido na sigla em inglês MTCR (*Missile Technology Control Regime*) e de Tollefson (1990). Mesma instituição, porém, analisando as pressões dos EUA sobre o Brasil no desenvolvimento nuclear, por observar fortes exportações de armas e enriquecimento de urânio.

As preocupações de poder do Estado frente a possíveis atores que podem crescer, é real. Estes dois estudos citados, são exemplo de inúmeros trabalhos acadêmicos e documentos que estão disponíveis nos EUA e desenvolvidos por seus institutos de ensino, ligados aos órgãos de segurança do governo.

Torna-se necessário, neste ponto, dissipar a atual ilusão de que a política dos estados que estão, em termos gerais, satisfeitos com o status quo e cuja palavra de ordem é "segurança", seja, de alguma forma, menos preocupada com a força do que a política dos estados insatisfeitos, e que a expressão popular "política de poder" se aplique aos atos desses últimos, mas não aos dos primeiros. Esta ilusão, que exerce uma atração quase irresistível sobre os publicistas das potências saciadas, é responsável por muitas ideias confusas sobre política internacional. A busca da "segurança", pelas potências saciadas, tem sido frequentemente motivo de flagrantes exemplos de política de poder. (CARR,2001, p 138-139)

Vale a consideração de Carr (2001), a respeito dos Estados no sistema internacional que aparentam satisfação do status quo. Nota-se que o desenvolvimento e interesse da

indústria de defesa é continuado nos EUA, buscando atingir maior complexidade do setor para manter sua potência econômica e militar no sistema internacional. Dificultando a concorrência e desenvolvimento dos países periféricos.

4.3 Desindustrialização brasileira

Diante as mudanças tecnológicas que o mundo passava em todos os setores da economia e militar, e de visão futura a respeito das mesmas principalmente na indústria de defesa, como foi demonstrado na subseção anterior a respeito dos EUA. Cabe neste momento entender a desindustrialização brasileira, que sufocou ainda mais as possibilidades de reversão da obsolescência da indústria nacional.

Collor assume o país por meio do voto direto em 1990, com a situação caótica da economia herdada dos anos 1980 e tomando empréstimos do FMI, vulnerabilizando ainda mais a economia, que passaria a ter exigências liberalizantes da instituição financeira. Gambiagi et al (2011) trata a respeito da candidatura de Collor como algo interessante, devido ao seu lançamento em um partido que inexistia (PRN – Partido da Reconstrução Nacional) e enfrentava líderes que já estavam atuantes no cenário político com viés de participação forte do Estado na economia (Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola). Representava um modelo econômico que quebrava os modelos de Estado interventor na economia, sua política visava essa reforma que reduzia a proteção tarifária e participação do Estado, dando assim início aos processos liberalizantes da economia, que irão aprofundar no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Gambiagi et al (2011) menciona que houve negligência para com o setor industrial, o combate à inflação era prioridade, mesmo lançando dois programas econômicos para conter, fracassou e foi descoberto esquemas de corrupção e escândalos, chegando a sua destituição da presidência em 1992 entrando em cena o vice Itamar Franco que continuaria com as reformas até o fim do seu governo em 1994. Cervo e Bueno (2012) mostram que os danos do processo de privatização no país foi grande, para ressaltar o aspecto do neoliberalismo, com a globalização de mercados que agora passava a contar com fluxos de capitais especulativos, a pressão para os países em desenvolvimento era de permitir a livre circulação de capitais, sistema financeiro e privatização de empresas. Os autores mostram que com a saída de fluxos de capitais de grande volume, nas crises que afetava negativamente as finanças do país, FHC

aprofundou a liberalização, mesmo com estes problemas que mostravam em curso.

Durante o governo de Cardoso, entre 1995 e 2000, a dívida pública interna passou de 33% para 53% do PIB. Entre 1994 e 1999, a dívida externa elevou-se de 148 para 237 bilhões de dólares. Juros e amortizações da dívida externa consumiram 50 bilhões de dólares em 2000, ou seja, toda a exportação brasileira. O Brasil ostentava, então, nesse ponto, um dos piores indicadores externos do mundo. Esse desequilíbrio induzia medidas maleáveis na taxa de juros para atrair constantes fluxos de capitais e provocou uma inflexão da política de comércio exterior, que evoluiu de sua função de estabilizar os preços para a nova função de prover recursos para os compromissos da dívida. (CERVO; BUENO, 2012, p.510)

Diante destes ocorridos, Costa (2009) observa o projeto nacional entrou em queda com interesses externos, que é observado durante os anos 1980 com a década perdida que vai se reforçar na virada pros anos 1990. A desindustrialização já passaria a entrar em maior vigor, estrangulando as indústrias nacionais que ficaram sem poder ter condições de concorrer com o mercado internacional.

Oreiro e Feijó (2010), classificam a desindustrialização não só como momento em que a indústria deixa de ter sua importância, mas sim no seu desestímulo, que leva a queda da empregabilidade e valor agregado. É de relevância o entendimento do termo por não cair em problemas conceituais que muitas pessoas confundem, os autores justificam que analisar observando apenas a produção industrial, não responde a desindustrialização. Por mais que um país de matriz agroexportadora como o Brasil, é possível haver industrialização mesmo sendo a agro exportação o principal modelo, outro detalhe importante a respeito é de quando há deslocamento de indústrias para o exterior, assim estaria retirando empregos, valor agregado e produção do país.

As influências para este processo, segundo os autores, podem ser de origem externas/internas. Dentro da interna, nota-se o desenvolvimento econômico com aumento de renda que demanda serviços, o aumento do setor de serviço, gerado por meio do aumento da renda, acaba aumentando valor agregado e empregabilidade neste segmento. Deste modo, diminuindo a participação industrial no PIB. Na externa, a globalização de mercados, por sua vez, os países com suas especialidades, comercializarão seus produtos e buscando outros produzidos externamente. Na matriz agroexportadora, ocorre o perigo da desindustrialização por meio da “doença holandesa” termo utilizado quando ocorre valorização do câmbio de um país devido ao fluxo de exportação de commodities, o aumento do câmbio cria preços não competitivos, diminuindo as exportações do país e entrada de divisas internacionais que podem ser utilizadas para industrializar o país, além do déficit comercial gerado. (OREIRO;

FEIJÓ, 2010, p.223)

Apesar da inflação estar controlada após o Plano real, tornando os preços estáveis e as aberturas comerciais, Feijó; Carvalho e Almeida (2005) mostram que nas contas externas houveram prejuízos, devido a fuga de capitais especulativos nas crises internacionais de: 1995,1997,1998, revelando a vulnerabilidade do país frente a estes capitais. Para evitar a deterioração da economia, foi elevado a taxa de juros para tornar atraente o investimento no país e venda de reservas internacionais, dessa forma, teria dinheiro para pagamento de juros e déficit da balança comercial.

Assim, ao invés do esperado círculo virtuoso de crescimento que resultaria das aberturas comercial e financeira e da estabilidade de preços, a economia se viu em uma armadilha: seu crescimento era limitado para não debilitar ainda mais as contas externas. Note-se que mesmo após a mudança do regime cambial no ano de 1999, a estabilidade cambial não foi assegurada devido aos efeitos negativos acumulados da deterioração nas contas externas e da liberalização financeira. O setor externo brasileiro passou de um déficit de 2,8% do PIB em 1995 para uma média acima de 4% do PIB de 1997 a 2001 e somente a partir de 2003 passaria a registrar saldos positivos, beneficiando-se de inusitada evolução do comércio internacional (FEIJÓ; CARVALHO; ALMEIDA, 2005, p.6)

É neste momento que a indústria de defesa brasileira se encontra desestimulada e compreensível quando o setor se entende por ter sido inserido no processo de desindustrialização e dificilmente ser retomado no período. Não era foco do país, no momento, de dar atenção. Resultando em uma obsolência significativa, países como Coreia do Sul e os Tigres Asiáticos, estavam em processo de suas indústrias em estágio avançado na eletrônica e exportando para o mundo, valorizando ainda mais as indústrias desenvolvedoras de tecnologias que se beneficiaram destes avanços tecnocientíficos.

Apesar da demanda internacional ter diminuído, os EUA estavam empenhado no incentivo das nações na política de não-proliferação de armas, apesar de não existir mais tensões bipolares, poderiam haver conflitos no leste europeu da antiga URSS. Observavam um cenário de incertezas e de necessidades de se defender, para isso, era necessário modernizar o complexo industrial militar e ter novas tecnologias para ter condições de criar sistemas e programas de defesa modernos principalmente para tornar a arma nuclear obsoleta. (POOLEY,1993)

Pooley (1993) mostra uma preocupação dos EUA em relação ao futuro por questões econômicas que poderão moldar estratégias militares e chama a atenção do governo para garantir recursos que estão limitados, para este novo momento pós guerra fria em criar nova

estratégia militar do país para garantir a sobrevivência dos EUA.

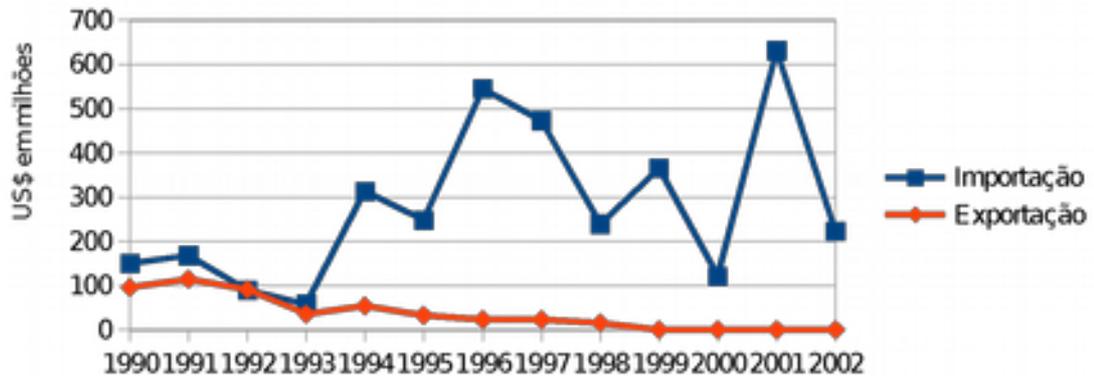
4.3.1 Precarização e o reaparelhamento das Forças Armadas nos anos 1990

A década de 1990, começou turbulenta para o setor bélico e das Forças Armadas, devido: a crise econômica, obsolência das indústrias, fim da Guerra Fria em 1991 que altera a lógica do sistema internacional e do comércio mundial, Consenso de Washington operando na América Latina com a política externa dos governos em consonância aos interesses neoliberais. Chegando a um processo de desindustrialização que minará tentativas de desenvolvimento no país, principalmente no setor bélico, objeto dessa pesquisa, aliado a queda do mercado internacional de armas.

A precariedade das Forças Armadas já era reconhecida, desde 1990, em 1996 o governo de Fernando Henrique Cardoso, destinou aos militares um plano plurianual de 1996 até 1999, na ordem de R\$5,6 bilhões para o reaparelhamento, em 1997, lançou decreto que permitia a compra de equipamentos sem licitação. (MARTINS FILHO; ZIRKER, 2000, p.7-8)

Conforme o gráfico na página seguinte, pode-se ter uma noção mais clara a respeito dos valores de importação e exportação de 1990 até 2002.

GRÁFICO 1 – Importação/Exportação brasileira de produtos bélicos entre 1990-2002



Elaboração Própria.
Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2018)

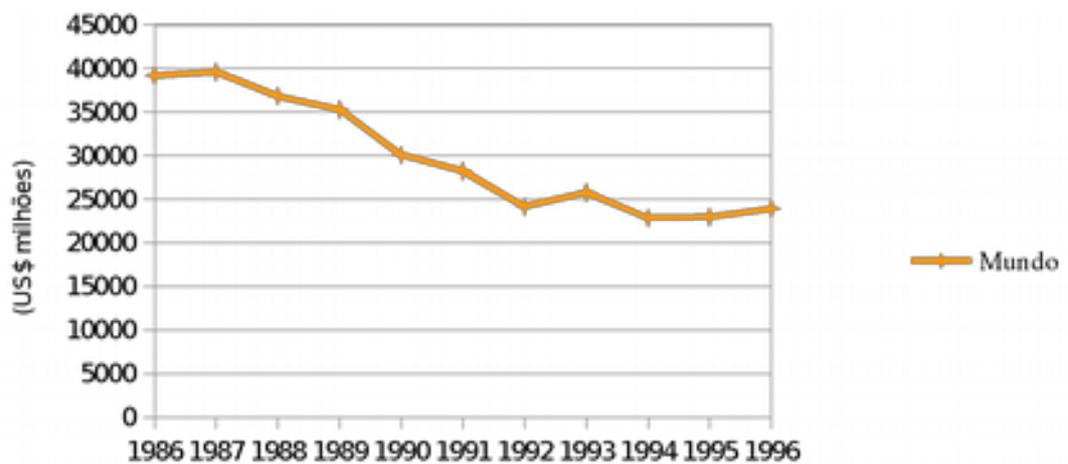
A enorme discrepância entre importação e exportação após 1993, revela uma forte dependência continuada das Forças Armadas, em adquirir produtos no mercado internacional, com a indústria bélica em crise que vinha passando desde o final da década de 1980, o baixo desempenho das exportações, revela a sua debilidade frente a um mercado que passava a ter produtos com mais investimentos e valor agregado. Dagnino (2010) comenta a respeito destes períodos, que a necessidade das Forças Armadas em produtos intensivos em tecnologias, continuava e a crise da indústria não conseguia atender a demanda, resultando nestas massivas importações de produtos já de segunda mão.

O documento, *Global Arms Trade: Commerce in Advanced Military Technology and Weapons* (UNITED STATES, 1991), observa a produção brasileira como exportadora, possuindo seu auge e declínio, nos anos 1980, relata que as dinâmicas internacionais no comércio de armas impacta diretamente as indústrias, sendo que o país não adquire produtos internos mas preparou meios para o setor, como a criação do DCTA, CTEX e CpqM.

Cenário preocupante para o setor ter condições de se desenvolver nos anos 1990, Strachman e Degl'lesposti (2010, p.38) argumentam que a queda da URSS foi significativa para o comércio mundial de armas, os orçamentos em defesa diminuiram, em face do fim da

tensão entre a Europa ocidental/oriental, levam em consideração os estoques de armamentos que estavam elevados, diminuindo assim a demanda global de armas, mas para os EUA foi diferente, devido a vendas destinadas a Guerra do Golfo, que gerou para a sua indústria de defesa, aproximadamente US\$24 bilhões (UNITED STATES,1991, p.35). No gráfico 2 abaixo, pode-se notar a queda mundial das exportações mundiais de armas, pós 1989 as tensões da guerra fria, estavam minimizando.

GRÁFICO 2 - Total de Exportações no mundo



Elaboração Própria.

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2018)

Era observado nos EUA, que haveria uma demanda de capital para a realização de novos programas de armamentos, que exigiram das principais empresas, *joint ventures* e/ou aquisições de outras ligadas ao setor (UNITED STATES,1991), compreendendo-se a inserção da globalização de mercados e a necessidade de avanços neoliberais para a sobrevivência destas empresas que precisaram de mais capitais para desenvolver.

Importante, neste momento, levar em consideração o que Cervo e Bueno (2010) tratam a respeito dos anos 1990, como surgimento de um sistema internacional multipolar que oferece condições de multilateralidade, mas carregando assimetrias entre os Estados que para o Brasil não foi algo simples de atuar. Porque o país estava inserido em uma nova lógica de mundo, a globalização pressionava os países por mudanças com políticas neoliberais, o instrumento de política externa, necessitava de uma racionalidade que para os autores havia perdido. O Itamaraty encontrava-se instável com troca de chanceleres de forma célere,

dificultando firmar uma coerência da política externa, que perdurou os quatro primeiros anos, em 1995 buscou fixar com o chanceler Luiz Felipe Lampreia fazendo a gestão até 2000.

Em termos de desenvolvimento, o Estado brasileiro se configura como Estado Normal, que seria o termo criado por Domingo Cavallo e citado por Cervo; Bueno (2010, p.489). Seria o Estado na função de subserviência para com Estados hegemônicos, de forma que a renda nacional passa a ser de interesses externos, ampliando interdependência e aplicando as políticas do Consenso de Washington. Reduzindo, por sua vez, o poder nacional e seus patrimônios. No campo das privatizações, mencionam que

Os mecanismos das privatizações para transferir ativos nacionais a empresas estrangeiras, abrindo desse modo nova via de transferência de renda ao exterior por meio dos lucros e aprofundando a dependência estrutural da nação [...]Mais de oitenta bilhões de dólares arrecadados pelas privatizações brasileiras foram gastos em despesas de custeio, sem benefício algum para o reforço de setores estratégicos da economia nacional. Como as empresas traziam de fora equipamentos sofisticados e não se voltavam para as exportações, apenas para o vasto mercado brasileiro, o país tornava inócua sua política de comércio exterior. A ação destrutiva do Estado normal priva, ademais, o governo de meios de poder sobre a arena internacional. (CERVO; BUENO, 2012, p. 492)

Desse modo, comprometendo com o desenvolvimento econômico, que as empresas estrangeiras aqui se instalavam, possuíam um foco no mercado de consumo, as exportações não eram de interesse, já traziam tecnologias, desestimulando assim a P&D no país. O outro paradigma brasileiro era uma posição de Estado Logístico, apesar das privatizações e modelo de Estado Normal, realizou incentivos e protagonismo, para a projeção da América do Sul com o fomento do MERCOSUL para com o mundo. No campo da política exterior, buscou pacifismo e incentivar o desarmamento via multilateral, visando zona de paz e cooperação, neste momento em 1996 veio a criação da PND (CERVO; BUENO, 2010).

Interessante esta posição brasileira, apesar de ser um momento em que na Europa os gastos com os programa militares diminuía, e empresas consolidadas, nos EUA, os programas necessitavam de mais recursos de capitais para o progresso que percorrem até a virada do século XX. A indústria brasileira precisava se aquecer; a inserção via multilateralismo poderia beneficiar e garantir via protecionismo os países de centro (MARTINS; NUNES, 2017).

Dagnino (2010) observa que os EUA, após os conflitos no Oriente Médio e a nova ordem internacional que se configurava e detinham uma posição hegemônica, tomou posição de revisar as transferências de armas para países periféricos, evitando que pudessem chegar a

um desenvolvimento de armamento nuclear. Vizontini (2004) comenta a respeito do poder dos EUA no pós-guerra, possuía 20% da produção global e um forte poderio militar. Na economia, tinha poder de influir na política dos organismos internacionais financeiros, querendo manter o status quo buscando evitar ascensão de outras potências.

Nestes moldes, fica perceptível de que o projeto neoliberal nos anos 1990, ganha mais força e tem um respaldo econômico e militar de forma a persuadir outros Estados, sendo um projeto de poder que atrapalha o desenvolvimento nacional de países que podem significar concorrência econômica e militar, por mais que a indústria de defesa esteja em desvantagem, o processo de P&D pode transbordar para a área bélica, como fora mostrado por Longo (2009) que busca mostrar a importância do Estado nesta participação de fomento em C&T.

A entrada de empresas multinacionais que já carregam suas tecnologias e utilizam para a produção e consumo interno, desestimulam a possibilidade de tecnologias nacionais de serem desenvolvidas, por não conseguirem competir com as já existentes e avançadas. A vulnerabilidade é existente, por se tratar de empresas que podem sair do país e piorar a situação da desindustrialização.

Porto (2015) levanta a indagação que há no senso comum em dizer que os governos civis tiveram negligência para com o setor bélico, o que é contestado, devido a presença de todos os governos pós redemocratização ter dado atenção a este segmento industrial, evitando que piore a sua situação.

O autor compreende que em governos civis, é normal o não investimento massivo em programas militares devido a outras prioridades civis, ainda mais em tempo de paz. É o caso do exemplo citado o programa FX, de aquisição de caças para a FAB, no início do governo Lula (2003-2010) que foi cancelado devido a dar prioridades ao Programa Fome Zero, que tinha como objetivo a erradicação da fome no país.

Ainda revela que no governo Sarney (1985-1990), em seu governo, tentou salvar a Engesa via BNDES com empréstimo de US\$40 milhões mesmo estando próxima de decretar falência, no governo Collor (1990-1992) o próprio visitou a Arábia Saudita, tentando fortalecer a venda dos EE-T, Osório que os EUA acabaram conseguindo vetar a compra por vias diplomáticas.

Devido a situação caótica da economia nos anos 1980, não fora muito diferente para as indústrias da BLD nos anos 1990, a Avibras estava com a conta bloqueada devido ao não pagamento dos juros de empréstimos internacionais, quase levou a falência (PORTO, 2015,

p.46), Engesa decretou falência com sua dívida de US\$600 milhões (PORTO, 2015, p.45), Bernardini S/A não era mais do interesse político e a Embraer teve que ser privatizada para não falir.

A privatização da Embraer ocorreu durante os anos 1990, teve seu valor de venda registrado em R\$154,1 milhões (CANZIAN, 1994) e possuía dívida de US\$400 milhões que foi quitada pelo governo para poder privatizar no dia 7 de dezembro de 1994 (CANZIAN,1994). Momento de fragilidade para o desenvolvimento nacional brasileiro, os interesses externos de influir na economia prevaleceram, buscavam novos mercados para inundar a economia brasileira com estratégia para vender bens de consumo e serviços e adquirir empresas de grande importância. As fugas de capitais e a dívida externa, foram demonstrações do poder do neoliberalismo sobre as economias, que não importa o bem-estar social, os fluxos iriam em direção a maior rentabilidade, obrigando o país a elevar as taxas de juros para ser atraente e ficar refém dos mesmos. O Brasil, por aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear e Regime de Controle de Tecnologia e Mísseis, minou ainda mais o setor bélico e a estratégia do país, orientando a interesses do hemisfério norte que não desejavam o avanço dos países emergentes sobre tecnologias de guerra.

A modernização de fato foi alcançada por meio de abertura, mas é uma modernização com tecnologia de fora e com fluxos de capitais desregulados, dando uma falsa impressão de desenvolvimento nacional, se este modelo representasse sucesso, atualmente a indústria de defesa e demais setores demandadores de tecnologia, não estariam na necessidade de recorrer a cooperação com outros países para reduzir suas necessidades tecnológicas e serem menos dependentes. Como mostrado na desindustrialização, o Brasil teve um aumento de bens de consumo e serviços, a empregabilidade do país e investimentos foram direcionadas para estes segmentos, tornando o desenvolvimento tecnocientífico e industrial marginalizados.

5 OS DESAFIOS DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Com o final da Guerra Fria e a virada dos anos 1990, para os anos 2000, marcados pelo fim do bipolarismo, anunciando um momento de transição e um sistema internacional multipolar, este trabalho não debaterá conceitos da nova ordem internacional e não se limitará a terminologia específica deste novo polarismo, compartilhando da visão de Oliveira e Lessa (2006, p.4). Compreendem este novo século marcado por relações complexas entre as dinâmicas de Estado e sociedade, limitar a visão utilizando terminologia de algum autor, levaria a negligência de outras considerações importantes sobre a dinâmica internacional nas temáticas de: economia, direito, sociologia, geografia e história. Após a queda das torres gêmeas no 11 de setembro, nos EUA, a indústria de armamentos pelo mundo teve aquecimento com a política antiterror propagada pelos EUA.

A consideração de outras temáticas, enriquecem o debate que não se restringem a uma só vertente, ampliando a visão e estimulando novos campos de pesquisa, para os temas nas relações internacionais. Dentro da economia, notam que os atores internacionais são os que detêm poder econômico para ditar as relações e o desenvolvimento do capitalismo dentro do sistema internacional, por observar na história, as relações comerciais sempre estiveram presente entre os Estados e influenciaram nas políticas e desenvolvimentos dos mesmos. O direito internacional, manifesta os interesses dos atores que percebem a importância de ter organismos internacionais e negociações diplomáticas como principais mecanismos de evitar a guerra e fomentar as vias pacíficas de resolução de conflitos.

No campo da geografia, a noção de território com a globalização alterou de forma predominante a noção dos locais. Identifica-se locais com alto dinamismo econômico que se interligam além do território nacional criando complexas redes de interdependência, exemplo as multinacionais e o advento da internet na incorporação das empresas e sociedade, promotoras deste processo. As considerações dos historiadores também são relevantes quando questionam as mudanças e permanências na dita nova ordem mundial, mostrando a importância de filtrar o que mudou e não mudou, podendo assim ampliar e selecionar debates acerca destes pontos, fomentando um debate estrutural (OLIVEIRA; LESSA, 2006).

Discutir sobre a base industrial de defesa, deve-se levar em consideração todos estes pontos que influenciam no processo de sua promoção. Os atores civis, militares e o Estado

materializando a necessidade de promover a indústria de defesa, pensando em buscar mecanismos de promoção e cooperação com outros países, esta busca significa este momento em que o mundo vive, as economias cada vez mais interdependentes e os fluxos comerciais e de informações de forma célere, necessitando dos Estados, cooperações em diversos temas que promovam interesses comuns buscando acelerar o desenvolvimento econômico e social.

Como mostrado ao longo do trabalho, a indústria bélica tem elevado custo para seu processo de pesquisa e desenvolvimento, que não dependem apenas do setor privado mas do Estado, principal demandador e investidor, deste setor. Os anos 1990 já indicavam para o mundo um amadurecimento de incorporação de novas tecnologias nos sistemas de armas, promovendo uma nova geração de equipamentos militares. O Brasil passou por “turbulência” política e econômica, agravando toda a base industrial de defesa e as indústrias brasileiras. Houve negligência com o setor e sem planejamento ou debate sobre o tema. Os ciclos de debates após 2003, revelam a necessidade de tratar com importância para o Estado, indo além de questões meramente geopolíticas e beligerantes, mas sim de alavancar o desenvolvimento econômico e social.

Cervo e Bueno (2012) consideram o neoliberalismo neste período voltado para a Europa e EUA, ampliando o grau de globalização econômica, política e geopolítica. Segundo os autores, os reflexos da crise internacional econômica de 2008, foram significativos. Abrindo espaço para os países emergentes se relacionarem e ampliar a participação na inserção internacional, promovendo um dinamismo econômico e político na periferia do sistema internacional. É neste momento que participa o governo Lula (2003-2010) que opta por um modelo de inserção tolerante a globalização e reduz o neoliberalismo buscando cooperações dentro da periferia promovendo os interesses nacionais. A política externa contempla o Estado Logístico.

No Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2003, como mensagem inicial de seu primeiro mandato, Lula deixa clara sua discordância diante do modelo neoliberal, que vê como uma ode ao *deus-mercado*. Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a *fé cega* na abertura dos mercados e na *retração* do Estado é incapaz de induzir o desenvolvimento e a igualdade entre as nações. Os novos dirigentes tomam, pois, consciência do papel do Estado, ao requisitar a ação política com o fim de fazer o país penetrar os processos globais como agente ativo do sistema, sem submeter-se ao jogo das forças tradicionais. (CERVO; BUENO, 2012, p.529)

Modelo viável, devido a organização social e econômica, o país se lança em uma estratégia contrária do neoliberal, a diferenciação está na gerência da sociedade e da economia

em prol de se lançar em um globalismo de forma industrialista, fomentando o desenvolvimento econômico social, por sua vez, incentiva as iniciativas de elo entre grupos sociais e agentes econômicos. É interessante, por se tratar de um modelo em que a economia do período vai se comportar com uma certa estabilidade econômica e política, que permite os atores internos terem essa dinâmica, sem atender demasiadamente os interesses externos. Na política externa, o Brasil promove os interesses de representar os interesses nacionais, lançando assim “a vocação industrial e a harmonização do nexos entre Estado e sociedade” (CERVO; BUENO, 2012, p.528).

Santos (2014), confirma que a política externa brasileira deu importante preferência para a América do Sul, o discurso e ação política com o governo anterior é notável pela intensidade dos textos presidenciais, o diplomata também leva em consideração a citação do Chanceler Celso Amorim, que diz sobre a presença dos sete presidentes da América do Sul visitando o Brasil “em apenas cinco meses de governo [...], algo que nunca ocorreu antes” (SANTOS,2014 apud AMORIM, 2003).

É nestes moldes que se entende a criação da END, contemplando um modelo de estratégia nacional na área de defesa que busca atender as necessidades do Estado no aparato de produtos militares, mas também buscando contemplar a participação da sociedade civil e criando meios de atingir cooperação com outros países, algo que não existia, desde então.

Ambros (2017) concordando com Franko (2013), classificam o Brasil neste período do século XXI, como país intermediário na hierarquia internacional sobre a indústria de defesa. É considerado por ter condições de desenvolvimento industrial e tecnológico, porém, não possui autossuficiência tecnológica, importa muito para promover desenvolvimento e o problema fora agravado nos anos 1990. Identifica um trilema para modernizar as Forças Armadas. Consiste na “sustentabilidade econômica, a autonomia estratégica para segurança e a inserção na cadeia global de valor” (AMBROS,2017, p.65). O autor trabalha este conceito que é estudado por Franko (2013).

Franko (2013), considera ilusório um país exercer plena autonomia sobre produtos de defesa, o setor não opera em produção de larga escala e os clientes não são vastos, o investimento tecnológico é demasiadamente custoso. O autor cita o exemplo da produção de um caminhão e um tanque de guerra, para o primeiro o número de clientes é maior e o retorno de investimento produtivo é mais vantajoso do que para o segundo, porque consegue pulverizar os custos de pesquisa e desenvolvimento, em número maior, o segundo é o inverso

e a tecnologia embarcada é mais custosa.

Apesar dos EUA, entrar no século XXI com grande poder econômico e militar, o autor mostra que até para os EUA que possui uma indústria de defesa bem desenvolvida, a sua autonomia é limitada, em um mundo globalizado. Os fornecedores de insumos para a produção de produtos de defesa, estão em uma cadeia global. Quando visam aumentar a produção, buscam cooperação com os países fornecedores para aumentar a escala produtiva visando baixos custos. Franko (2013) mostra que a crise econômica de 2008, reforçou aproximação com a Europa, para manter o desenvolvimento de baixo custo.

Desse modo, o trilema é apresentado, se o país opta por uma autonomia com fins de melhorar sua soberania, deve optar por acessar a cadeia global de valor com fins de reduzir custos de desenvolvimento tecnológico (possuindo uma relativa dependência desta cadeia) ou elevar os gastos em programas militares que são custosos (podendo prejudicar a estabilidade econômica).

No caso brasileiro, Franko (2013) e Ambros (2017), analisam que o comportamento tem demonstrado em conseguir atender os 3 pontos do trilema após 2003. Dos anos 1990 a 2002, os autores observam que a postura brasileira frente ao cenário internacional era mais participativa por meio de fóruns multilaterais e não de contrabalanceamento como fora após 2003, marcando forte presença na parte política e econômica internacional. É compreensível a concepção dos autores, justificada a necessidade da seção anterior, que mostrou os problemas econômicos e políticos que ampliaram a dependência externa brasileira e necessitando de um momento de repensar esta dependência e adotar estratégias que busquem reduzir os impactos do neoliberalismo dos anos 1990. Observam que as cooperações sul-sul trouxeram para o Brasil ampliação de participação, no poder de defesa de forma dissuasiva, que fora até o governo Dilma (2011-2016), visando um aumento participativo econômico e político com: América do Sul, China, Índia, Rússia, África do Sul (AMBROS, 2017, p.67; FRANKO, 2013, p.129).

Dado o contexto internacional e os desafios da base industrial de defesa nacional no início do século XXI, cabe nas próximas discussões a respeito da: política externa brasileira, economia do setor e a dinâmica da formulação de políticas para incentivar o setor, lançando bases para o fomento e atendendo ao objetivo final de verificar a importância do Estado Logístico que trabalhou em consonância com as relações sul-sul, resultando em aberturas de oportunidades para a indústria de defesa brasileira.

5.1 Multilateralidade e a cooperação sul-sul

Antes de entrar na correlação entre política externa e defesa, merece atenção a parte sobre a multilateralidade brasileira e o aspecto marcante da cooperação sul-sul, a END contempla que uma das vias de desenvolvimento seja por meio da cooperação com as nações amigas. Buscando mostrar a importância destes esforços, se de fato, abriram campos para viabilizar este modelo. Se confirmado, revelará que o modelo de inserção internacional de Estado Logístico, durante o período (2003-2010) condicionou ao Brasil melhores condições de conseguir promover os interesses nacionais e ampliar parceiros políticos e econômicos no cenário internacional e da defesa nacional, contrariando o neoliberalismo.

Cervo e Bueno (2012), tratam o Brasil como um ator que buscou relacionamento de reciprocidade com os atores no sistema internacional, dentro da OMC, apoiando-se com os Estados do hemisfério sul, considerados emergentes, visando ampliar força dentro da ONU e na economia global. O Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), representou para o Brasil, um meio de melhorar as relações com a Índia e a África do Sul, visando fomentar as relações democráticas, no sistema internacional. Declaram interesses em cooperação tecnocientífica em diversos ramos do conhecimento e apoio ao multilateralismo. O campo da defesa é de interesse destes países envolvidos, posteriormente será mostrado o resultado de produto bélico (míssil ar-ar A-Darter), fruto destas relações.

Moura (2009), demonstra que apesar dos Estados mencionados anteriormente possuem política externa distinta, buscam esforços em trazer a multilateralidade como meio de atingir os objetivos comuns, criação de comissões e cúpulas para debater assuntos relacionados a comércio, cultura e assuntos de caráter social. O fomento dado segundo o autor pode se observar como: “portais eletrônicos, revistas científicas, coproduções cinematográficas, pacotes turísticos, eventos esportivos, intercâmbio de professores e alunos contribuirão para estimular a divulgação do potencial que o mecanismo possui” (MOURA, 2009, p.19).

O autor aponta que entre 2002 a 2007, o Brasil somou com os dois países, US\$5,4 bilhões de dólares (MOURA, 2009, p.23), após 2004, as exportações brasileiras no território africano fora sido a África do Sul e a Índia, como entre as principais parceiras comerciais na Ásia, revelando potencial significativo entre os Estados que buscam diminuir a dependência

dos Estados do hemisfério norte e aumentando a interdependência sul-sul. Interessante nota que Moura (2009) mostra é a respeito de empresas estratégicas brasileiras no relacionamento com estes países

A Companhia Vale do Rio Doce participa de empreendimentos na África do Sul, na área de mineração. A montadora Marcopolo tem ali importante investimento, no setor de carrocerias de ônibus, e estabeleceu igualmente “*joint venture*” com grupo indiano para montar a maior fábrica de coletivos do mundo. A EMBRAER está presente no mercado indiano e estuda estabelecer um consórcio com empresas aeronáuticas sul-africanas. A Petrobrás mantém entendimentos com a empresa petrolífera estatal indiana para compartilharem projetos de exploração em águas profundas. As maiores empresas indianas estão ampliando suas operações no mercado brasileiro e vice-versa, e as possibilidades de intercâmbio em áreas tecnológicas sofisticadas são relevantes. Ainda em relação ao Brasil, diversas empresas indianas atuam nos setores farmacêuticos, químico e petroquímico, de engenharia, de tecnologia da informação, de petróleo e gás (MOURA, 2009, p.24)

Por este tipo de inserção que o Brasil realiza, já se nota uma estratégia eficiente que contemplou os interesses nacionais em participar com outros países em temáticas estratégicas, a Defesa também é área trabalhada dentro do IBAS e possui um Grupo de Trabalho específico para isso. Visentini e Pereira (2009), comentam um ponto relevante da diferença entre o tratamento de FHC e Lula para com o Ministério de Relações Exteriores. Em FHC foi retirado o poder de realizar estratégias econômicas do Ministério de Relações Exteriores, para o Ministério da Economia, as atenções eram priorizar as relações na América, o estabelecimento do MERCOSUL e focar na multilateralidade via OMC. Além do favorecimento as privatizações, aderiu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis que segundo os autores, não houveram impactos positivos significativos para o Brasil.

Como o setor de C&T é importante para o desenvolvimento nacional na área de indústria de defesa, possuir relacionamentos em setores de alta tecnologia, condicionam em uma melhor possibilidade de projetos civis e militares entre os países, Visentini; Cepik e Pereira (2010), mostram a exemplo o desenvolvimento do projeto do míssil ar-ar A-Darter, realizado entre África do Sul e Brasil, citam a nota que o Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa que observaram o aumento das cooperações trilaterais e que seria interessante a promoção de eventos para aproximar ainda mais os três países em matérias de C&T de defesa e na parte operacional entre as Forças Armadas. Visentini; Cepik e Pereira (2010), nas considerações finais, sinaliza que há três níveis de cooperação relevantes, para o primeiro é importante os países focarem em sistemas de armas que sejam desenvolvidos entre si,

buscando uma melhor autonomia, deveriam preferir embarcar tecnologias que não sejam de origem norte-americana, sendo possível ter parcerias com países europeus que possuem tecnologias para transferir, para o segundo nível corresponderia ao papel diplomático, que de forma combinada, poderiam incentivar o uso *dual* destas tecnologias, no terceiro nível a substituições de materiais de defesa entre os países, fortalecendo a economia de ambos países e modernizando as Forças Armadas.

Com um aprofundado grau de envolvimento entre os Estados e seus respectivos chefes, o MERCOSUL, ganha um forte protagonismo e destaque para a política externa brasileira que intensifica o processo iniciado no governo de FHC, neste momento, é importante considerar a relevância de fomentar as parcerias economicamente e politicamente. No início do trabalho, autores falam a importância estratégica, da região, para o desenvolvimento no campo da indústria de defesa. É compreensível quando observa a história da América do Sul que sofreu grandes influências dos EUA e teve suas indústrias e projetos nacionais atrasados.

Costa (2009), considera que a América do Sul é o primeiro passo para uma inserção internacional do Brasil, pela questão geográfica e histórica, da região, que possui semelhanças. O autor identifica a necessidade do Brasil melhorar o desenvolvimento industrial que enfrentou desestímulos, principalmente na produção de bens de capital. Desse modo, necessitaria de melhorar as condições de infraestrutura que melhoram o relacionamento entre os países da região e que ambos podem dar melhorias para o fomento das indústrias, viabilizando os projetos de cooperação. Cervo e Bueno (2012), mostram que com a crise do neoliberalismo, que provocou ainda mais as desigualdades entre os Estados da periferia do sistema internacional, permitiu que os países buscassem cooperação tivessem mais maneabilidade e promover os interesses nacionais.

Diante este cenário, Costa (2010) expõe um mapa onde mostra a atividade industrial da América do Sul, a importância de investir no P&D para bens de capital e na educação, buscando qualificar a mão-de-obra neste processos, buscando atingir um aumento de emprego. A importância do desenvolvimento econômico em setores de alta tecnologia, melhoram a C&T que pode ser aplicada na indústria de defesa e outros setores.

FIGURA 1 – Mapa da América do Sul no ramo industrial

Fonte: COSTA, 2010. p.51

Durante o governo Lula (2003-2010), ocorreu a criação da UNASUL e do CDS, reiterando o posicionamento do país frente aos parceiros sul-sul e levando pauta de caráter defensivo da região, aliando diplomacia e defesa (SAINT-PIERRE, 2010). Apesar da UNASUL e o CDS terem suas ressalvas em relação a sua efetividade, Cervo e Bueno (2012) caracterizam que a UNASUL busca conferir independência política e objetivos geopolíticos de caráter segurança regional, onde há um espaço de diálogo diplomático para possíveis litígios regionais sem a intervenção de outros Estados que estão fora da América do Sul. Difere-se do MERCOSUL, por possuir um caráter integrativo que contempla todos os países da América do Sul e temas que vão além da econômica, como é o forte do MERCOSUL.

Desse modo, o Brasil demonstrou um forte protagonismo e dinamismo com seus parceiros sul-sul, promovendo participação de todos os setores políticos, econômicos e sociais, alavancando o desenvolvimento econômico e social. Aumenta-se o poder econômico por ampliar parceiros comerciais, com participação política engajada de reforçar laços entre os países do hemisfério sul, amplia o poder na participação da política internacional,

contrariando interesses neoliberais e discursando/posicionando a favor dos países periféricos do sistema internacional, no poder militar será tratado na seção seguinte, como faz parte do enfoque do trabalho, buscará analisar se este aumento de poder na política internacional favoreceu o campo da defesa e promoção da indústria de defesa.

5.1.2 Políticas públicas para o setor de defesa (2003-2010)

Como foi possível mencionar, anteriormente, as manobras políticas e econômicas do governo Lula (2003-2010), utilizando do Estado Logístico para ampliar a participação do empresariado nacional em sua inserção internacional, resultou em um momento de possibilidades de novos parceiros comerciais e aproximações de interesses. Cabe verificar a dinâmica da indústria de defesa, que até os anos 1990, possuiu um baixo desempenho com o Estado Normal, priorizando interesses externos na liberalização de setores da economia sem trazer tecnologia e aprofundando a obsolência das indústrias brasileiras.

Face a falta de políticas públicas de fomento no setor, em 2005, o Ministério da Defesa aprovou a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), uma portaria normatizando e definindo o que é a BID e seus produtos, visando os seguintes objetivos

Art. 3º A PNID tem como objetivo geral o fortalecimento da BID. Art. 4º Para a consecução do objetivo geral da PNID, concorrem os seguintes objetivos específicos: I – conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID; II – diminuição progressiva da dependência externa de produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente; III – redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções relativas aos produtos importados; IV – ampliação da capacidade de aquisição de produtos estratégicos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas; V – melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa; VI – aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações; e VII – melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID. Art. 5º Para a implementação da PNID devem ser observadas as seguintes orientações: I – as ações estratégicas devem priorizar a preservação da base industrial já existente; II – as ações estratégicas devem ser indutoras, sem retirar da indústria sua capacidade de empreendimento, sua iniciativa e seus próprios riscos; e III – as empresas públicas devem desempenhar suas atividades em complemento às de caráter privado, evitando a concorrência com estas últimas. (BRASIL, 2005, p.1-2)

Andrade e Franco (2015), comentam que a END utilizará definições da PNID para embasar as necessidades de fomentar estratégias para a indústria de defesa. Partindo de mecanismos institucionais para a sua realização, Correa Filho e Schmitt et al (2013) revelam que a partir de 2004 o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), aproximou do

Ministério da Defesa, no âmbito de fomento tecnológico das três forças (Marinha, Exército e Força Aérea). O resultado foi que houveram investimentos acima de R\$1bilhão destinados a P&D para a indústria de defesa, via FINEP. (CORREA FILHO; SCHMITT et al, 2013, p.401). Devido a possibilidades de *dual use*, lançou-se em 2008 a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), se aliando com o BNDES, para buscarem fortalecer a realização das políticas de orientação para a produção de materiais de defesa e do desenvolvimento da indústria nacional, que carecia de uma maior atenção desde 1990. Os autores ainda reforçam a ideia de que é importante o Estado estabelecer estratégias para o setor ao invés de ficar dependendo de planos anuais ou plurianuais.

Magalhães (2016) mostra que em 2010 foi criada a Secretária de Produtos de Defesa (SEPROD), responsável por cuidar das políticas de compras da indústria de defesa como também a fiscalização das empresas envolvidas neste setor, importação e exportação. Desse modo, passaria a coordenar o fomento da BID.

5.1.3 Projetos das Forças Armadas

Dado a apresentação das políticas públicas desenvolvidas, foi possível uma coordenação de planejamento e estratégias, visando a longo prazo, as principais demandas das forças. Podendo ser analisadas na página seguinte, com o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED), materializando o sucesso das políticas públicas no setor, demonstrando de forma organizada e sistemática os projetos das forças, para 20 anos entre 2012 a 2031 (BRASIL, 2012a, p.192)

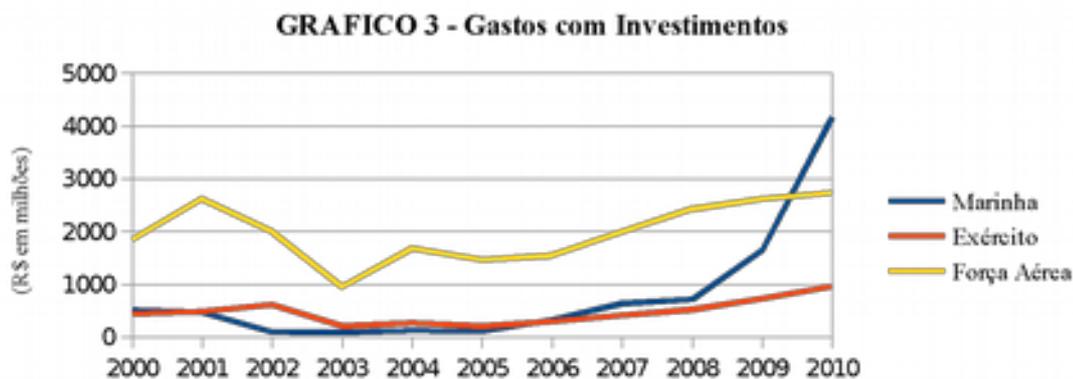
QUADRO 1 – Projetos no PAED

Projetos	Períodos Previstos	Valor Global Estimado até 2031 (em R\$ milhões)
Marinha do Brasil		
1. Recuperação da Capacidade Operacional	2009-2025	5.372,20
2. Programa Nuclear da Marinha (PNM)	1979-2031	4.199,0
3. Construção do Núcleo do Poder Naval	2009-2047	175.225,50
4. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	2013-2024	12.095,60
5. Complexo Naval da 2a Esquadra / 2a Força de Fuzileiros da Esquadra (2a FFE)	2013-2031	9.141,50
6. Segurança da Navegação	2012-2031	632,80
7. Pessoal	2010-2031	5.015,60
Exército Brasileiro		
1. Recuperação da Capacidade Operacional	2012-2022	11.426,80
2. Defesa cibernética	2011-2035	839,90
3. Guarani	2011-2034	20.855,70
4. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)	2011-2035	11.991,00
5. Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	2011-2035	13.230,60
6. Sistema de Defesa Antiaérea	2010-2023	859,40
7. Sistema de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020	2012-2023	1.146,00
Força Aérea Brasileira		
1. Gestão Organizacional e Operacional do Comando da Aeronáutica	2010-2030	5.689,00
2. Recuperação da Capacidade Operacional	2009-2019	5.546,70
3. Controle do Espaço Aéreo	2008-2030	938,30
4. Capacitação Operacional da FAB	2009-2033	55.121,00
5. Capacitação Científico-Tecnológica da Aeronáutica	2008-2033	49.923,90
6. Fortalecimento da Indústria Aeroespacial e de Defesa Brasileira	2009-2030	11.370,20
7. Desenvolvimento e Construção de Engenhos Aeroespaciais	2015-2030	A ser determinado pelo PNAE (Plano Nacional de Atividades Espaciais)
8. Apoio aos Militares e Civis do Comando da Aeronáutica	2010-2010	3.229,60

9. Modernização dos Sistemas de Formação e Pós-Formação de Recursos Humanos	2010-2028	352,00
Total		410.053,6

Elaboração própria
 Fonte: BRASIL (2012a, p.196-206)

Correa Filho e Schmitt et al (2013, p.398), mostram que os projetos possuem uma necessidade para a conclusão de RS20 bilhões/ano. Porém, os autores sugerem que se incluam leis que garantam os investimentos sem sofrer contingenciamentos e articular inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) onde tem prioridade no orçamento e meios alternativos para a receptação de investimentos. Pode-se observar com os gastos com investimentos, durante o período estudado, não houve negligência entre 2003 a 2010, existindo uma grande destinação de recursos pós 2008, com seu pico em 2010, momentos onde políticas públicas para o setor estavam sendo aplicadas. Decidiu-se optar por gastos com investimentos, para não omitir a realidade dos orçamentos aplicados sobre investimentos.



Elaboração própria
 Fonte: BRASIL, 2012a, p.232

Apesar dos projetos requererem maiores investimentos, em comparação com o gráfico, o posicionamento, do governo Lula (2003-2010) com as políticas externas e as instituições fomentando meios para o setor de defesa, foi de incentivo as Forças Armadas. Após estas ações do governo, o setor privado demonstrou um dinamismo frente a este cenário

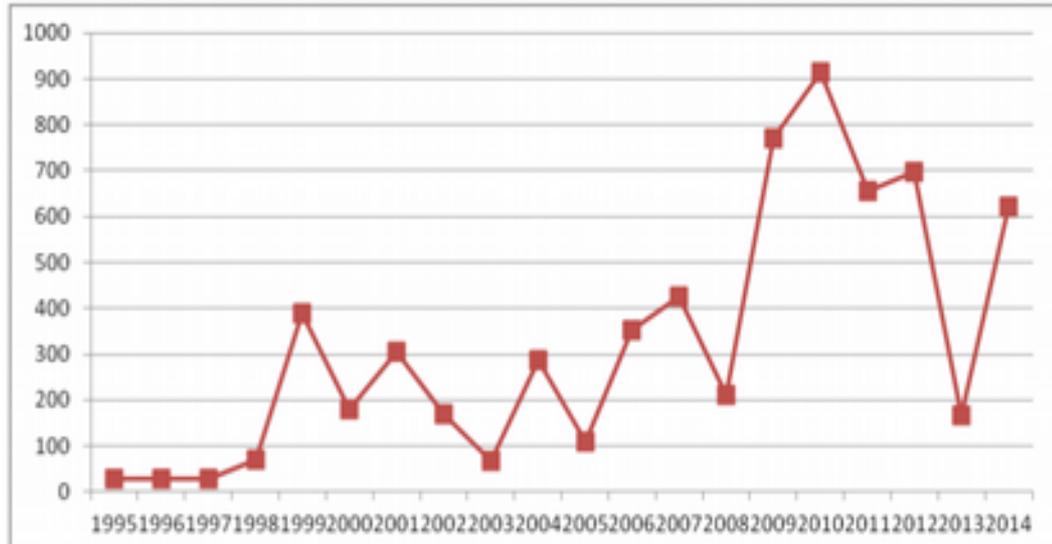
A Embraer, por exemplo, após a criação, em dezembro de 2010, da subsidiária integral Embraer Defesa e Segurança, adquiriu participação nas seguintes empresas: Orbisat (64,7%) - fabricante de radares; Atech (50%) - desenvolvimento de sistemas de comando e controle, fusão de dados; Harpia Sistemas (51%) - joint venture com a AEL Sistemas (controlada pelo grupo israelense Elbit) para o desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados; AEL Sistemas (25%) - sistemas aviônicos embarcados em aeronaves; e, mais recentemente, Visiona (51%) - joint venture com a Telebrás para implementar o programa do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que visa atender às necessidades de comunicação satelital do governo federal, incluindo o Programa Nacional de Banda Larga e um amplo espectro de comunicações estratégicas de defesa, além de capacitar o setor espacial brasileiro (entidades de ensino e pesquisa e também empresas) por meio da execução do programa SGDC. O grupo Odebrecht, em meados de 2010, formou uma joint venture com a Cassidian, que integra o maior grupo de defesa e segurança europeu – EADS (faturamento de US\$ 16.390 milhões em 2011, na área de defesa). (CORREA FILHO; SCHMITT et al, 2013, p.389-390)

Conforme exposto acima, foi significativo o dinamismo do setor, mostrando interesses do setor privado nacional e internacional em atuação na indústria de defesa. Corroborando a assertiva a respeito da importância da participação do Estado como organizador da economia e fomentando estratégias a nível nacional via políticas públicas. Empresas que são fornecedoras de produtos e serviços ao Estado, necessitam de ações estratégicas do mesmo, para se planejarem e atender a demanda.

5.1.4 Exportações Brasileira

As exportações de armamentos e munições leves, não são apresentados no banco de dados do SIPRI, para isso, o trabalho buscou como fonte, a tese de doutorado de Magalhães (2016). O motivo é devido ao autor ter elaborado sua tese com documentos confidenciais do governo brasileiro, não há dados transparentes a respeito dos detalhamentos das exportações brasileiras no setor de armas, mostrando dados de 1995 a 2014.

Magalhães (2016), entende o aumento expressivo da base industrial de defesa como resultado das políticas públicas aplicadas durante o governo Lula (2003-2010) que alavancou a BID brasileira, as políticas econômicas do governo Lula no segundo mandato, fortaleceu o viés desenvolvimentista do Estado como propulsor da estratégia nacional. Com a investida do presidente Lula em colocar Nelson Jobim, o Ministro da Defesa ao assumir a pasta, conferiu um pensamento de promoção do Estado no desenvolvimento da indústria de defesa. Apesar da realização destas políticas públicas de revitalização da BID, o mercado que mais participa as empresas é o externo.

FIGURA 2 – Exportações de Produtos de Defesa (US\$ milhões)

Fonte: MAGALHÃES, 2016. p.63

Ao considerar os dados de exportação do Ministério da Defesa, citado pelo autor, pode-se observar uma recuperação da participação da indústria de defesa nas exportações, principalmente pós 2008 cenário onde houve a crise econômica internacional. As principais participantes deste dinamismo nas importações

A propósito das principais empresas exportadoras de produtos de defesa entre 2001 e 2014, destacam-se no segmento de armas convencionais a EMBRAER, Avibrás, Mectron (pertencente ao grupo Odebrecht), AEQ, EMGEPRON, ARES e, mais recentemente, a IVECO. Muitas vezes, um contrato internacional firmado com alguma dessas empresas, principalmente Embraer e Avibrás, por envolver equipamentos militares de alto valor agregado, basta para colocá-las no topo da lista dos exportadores brasileiros. (MAGALHÃES, 2016, p.64)

O autor comenta que em relação as empresas, a EMBRAER teve seu sucesso de exportações nos anos 2000, por causa das vendas do EMB-314 Super Tucano, os países que adquiriram foram: Colômbia, Equador, Angola, Burkina Faso, Mauritânia, Gana, Senegal, Chile, República Dominicana e Indonésia. A Avibrás ao sucesso do ASTROS II, destinado a: Iraque, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Malásia, Angola e Indonésia. EMGEPRON na parte naval: Namíbia. IVECO com o veículo blindado Guarani, Líbano. EUA e Alemanha, munições e armamentos leves (FORJA TAURUS S.A e Companhia Brasileira de CARTUCHOS). A presença destes principais países no comércio com o Brasil, pode ser vista

na imagem criada pelo autor para ilustrar o volume das exportações que utiliza dados do MD, onde considera armas leves e cartuchos.

FIGURA 3 – Volume das exportações entre 2003 a 2014 (US\$ milhões)



Fonte: MAGALHÃES, 2016. p.68

Importante consideração a ser feita observando os dados seria a participação do hemisfério sul na pauta exportadora. O autor também considera que este dinamismo não é ao acaso, principalmente relacionando a temas de produtos de defesa. Em sua tese, observa que o cenário internacional, marcado pela forte influência da globalização, contribuiu para o elo da diplomacia e a área da defesa em conjunto com a agenda de segurança internacional pós 11 de setembro. Reforçando os conceitos desenvolvidos neste trabalho, onde buscou mostrar a importância do papel do Estado na intervenção da indústria de defesa.

Período relevante para o país, economia e política atuantes no sistema internacional, aumentando seu poder na política internacional realizando cooperações com outros países, melhorando as condições de aproximação comercial e tecnológica entre os Estados não hegemônicos, fomentando desenvolvimento econômico com estratégia nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do trabalho, foi possível elucidar a questão da indústria de defesa, que sofreu fortes impactos do neoliberalismo. Permeando até a metade do primeiro decênio dos anos 2000, gerando atrasos tecnológicos até os dias atuais. A política internacional com estudo de poder é significativo, para que a correlação de dinâmicas internacionais e nacionais se corroboram, a corrida tecnológica durante a Guerra Fria foi relevante para potências com alto grau de pesquisa e desenvolvimento, principalmente os EUA que detinha poder hegemônico no sistema internacional e nos anos 1990 continua sua expansão pela América Latina com políticas neoliberais, influenciando por meio do poder econômico e subordinando as economias da região aos interesses externos.

As políticas do neoliberalismo, tem como proveito rentabilidade financeira e não produtiva, o processo de desenvolvimento econômico de caráter nacionalista necessita de melhorias nas indústrias com apoio do Estado no papel de financiamento e organizador. A abertura comercial e o processo de privatizações, nos anos 1990, foram de modo duvidoso, por enquadrar um modelo de subvalorização das empresas vendidas e multinacionais que trouxeram ampliação de bens de consumo. As indústrias brasileiras não foram preparadas para concorrer com estas empresas, levando a baixo desempenho na economia e negligência de organização do Estado. A intervenção do Estado na organização econômica partindo de estratégias que visam melhorar as indústrias, geração e distribuição de renda, estas estratégias, não são simplesmente transferência de recursos financeiros para o investimento. O objeto, indústria de defesa, requer uma organização complexa para a realização de seu desenvolvimento, o polo tecnológico de São José dos Campos-SP é referência neste sentido. Possui atualmente um conglomerado de indústrias que prestam serviços às indústrias de defesa. O sucesso deste polo, é resultado de intervenção estatal, iniciada com as políticas de industrialização do governo de Getúlio Vargas, fomentado na região de São José dos Campos-SP, inspirada no modelo europeu, do complexo industrial aeronáutico, momento que foi criado o Ministério do Ar.

Diante as crises do petróleo e seus impactos no Brasil, mostram que os problemas de modernização estão além de interesses financeiros, de forma conceituada sobre a estratégia nacional, necessita de um preparo da sociedade para se conscientizar de temas relevantes para discutir e pensar sobre as necessidades do Estado em termos de autonomia. Porque o

planejamento é necessário, dificilmente se conclui uma estratégia sem antes definir os objetivos e meios para alcançar, para que isso seja possível, o tempo e espaço de fato devem ser utilizados para o preparo para se pensar em políticas de Estado.

A criação da Embraer, Avibras e Engesa, proporcionaram um avanço tecnológico significativo para o país, empresas de alto valor agregado, participando nas exportações e ainda exportam, para o mundo, seus produtos. Revelando o sucesso de intervenção estatal na organização econômica, contrariando a lógica neoliberal, onde diz que a intervenção estatal apenas atrapalha. Exemplos podem ser vistos nos EUA, França, Coréia do Sul e os Tigres Asiáticos, serviram de exemplo, neste trabalho, para repensar no desenvolvimento nacional de um país no setor de defesa.

Para a realização destes feitos, é necessário que a população e os políticos, realizem discussões sobre planejamento e estratégias de diversos setores da economia (não apenas o da indústria de defesa). A população deve acompanhar as mudanças de tempo e espaço, para que assim, formulem os devidos modelos que atendam às necessidades internas, principalmente nos dias atuais, onde as economias se encontram em um mundo globalizado e dificilmente possuem total autonomia que muitas vezes se deparam com o trilema de modernização.

Revela-se, portanto, que o modelo de desenvolvimento econômico seja preferivelmente voltado para melhorar as condições de industrialização do país em conjunto com uma política externa promotora de interesses nacionais, para recuperar os prejuízos dos anos 1990 e tornar as empresas competitivas no cenário internacional, promover uma distribuição melhor da renda e investir na educação da sociedade.

A entrada de multinacionais e serviços, nos anos 1990, em conjunto com capitais especulativos voláteis, aprofundaram a dependência externa do país, atrasaram as indústrias nacionais. Os interesses externos, foram imperativos e resistentes até o primeiro mandato do governo Lula, com uma condição política e econômica melhor, no segundo mandato, houve uma maneabilidade mesclando uma tolerância do mundo globalizado com fomento do desenvolvimento nacional, desempenhando resultado no aumento das exportações de armamentos e demais produtos exportados. Realização de políticas públicas favoráveis ao setor de defesa. A criação destas políticas (PNID, PDP, END, PND) resultaram em ação de tornar política de Estado estas questões, organizando e criando meios para uma coordenação mais efetiva, instrumentos que até então não existiam, materializam vontade internacional na cooperação de iniciativas em defesa, importante para atrair Estados e acaba convergindo

interesses de política externa e defesa do Brasil.

A política externa do governo Lula (2003-2010), com seu modelo de Estado Logístico, buscou prioridades com os países não hegemônicos, condicionou o país a aproveitar oportunidades e crescer politicamente frente ao cenário internacional. É por isso que muitos autores veem como positivo meio de cooperação, com estes países, para a indústria de defesa. São semelhantes em seus problemas estruturais, podem se juntar em temas de interesse comum e fomentar desenvolvimento da área. É preferível evitar o relacionamento muito aprofundado com os países avançados, principalmente referente a indústria de defesa, pois não é interesse destes países repassar tecnologias sensíveis, que podem gerar aumento de competitividade e tornar ameaça, economicamente como também militarmente.

Foi mostrado que a América do Sul possui capacidades de ampliar sua atividade industrial e a importância que isso representa, é uma integração de certa forma ambiciosa no sistema internacional, sua realização dependeria do posicionamento favorável dos governos e de uma elite econômica consciente desta importância. Apesar da criação da UNASUL ser um projeto inovador, em sua teoria e na prática possuir certas dificuldades devido ao posicionamento dos governos, não se deve descartar que sua criação é de extrema importância, aproximando o diálogo entre setores diversos dos Estados para fomentar a conscientização das elites econômica, sociedade e Estados. Os interesses de Estados hegemônicos sempre irão existir, querendo garantir seus posicionamentos de influência sobre a política internacional.

A multipolarização do sistema internacional, torna imprevisível os desdobramentos futuros dos Estados, a lógica torna-se mais complexas, os Estados devem se preparar para quaisquer eventualidade, ter uma gama de parceiros econômicos e políticos, de forma respeitável, necessita de política externa eficiente que promova o desenvolvimento e interesses nacionais.

Diante estas menções, o problema de pesquisa: como o governo Lula (2003-2010) buscou retomar a necessidade do desenvolvimento nacional na indústria de defesa, partindo da hipótese de que o Estado Logístico com seu modelo de política externa baseando em relações Sul-Sul, foi possível confirmar. Atentando as relações ampliadas e satisfatórias para os Estados envolvidos, observando a postura do presidente Lula e da Chancelaria de Celso Amorim referente a este tipo de relação. Aliando a postura do Ministro da Defesa Nelson Jobim, que no segundo mandato possuía um discurso também favorável a cooperação com

estes países.

O fruto desta estratégia demonstrou aumento das exportações do Brasil e cooperação na indústria de defesa e temas de segurança internacional, o foco temporal deste trabalho é entre 1990 a 2010, mas os resultados perduraram posteriormente, mostrando que realmente houveram melhorias na promoção do interesse internacional em se relacionar com o país na indústria de defesa.

Com os objetivos específicos, foram possíveis estruturar os capítulos deste trabalho, chegando a demonstração dos impactos negativos do neoliberalismo na indústria da defesa que depende de um forte desenvolvimento nacional, onde marginalizou um projeto que pudesse buscar melhorias industriais e tecnológicas do país. A compreensão da “turbulência” econômica que as empresas enfrentaram nos anos 1980, facilitou no entendimento da derrocada nos anos 1990, demonstrou os perigos de ter uma economia atrelada a países hegemônicos, pois qualquer crise que passam, afetam significativamente os países periféricos que dependem das exportações para atrair recursos para financiar o desenvolvimento.

O Estado Logístico, revelou um meio de não aprofundamento do neoliberalismo e se aproveitou via multilateralidade, ampliar parceiros comerciais e políticos, reduzindo os prejuízos e inserindo internacionalmente a economia brasileira de forma mais ativa. O alinhamento dos países na época favoreceram estas realizações, mostrando que as relações Sul-Sul (e outras) foram benéficas para o Brasil e seus parceiros. Servindo de modelo que pode ser útil para demais governos.

No contexto da atualidade, nota-se um esvaziamento destas preocupações de um projeto nacional de viés estrategista e desenvolvimentista, mudança de governos que não formularam novos planejamentos para o setor de defesa, a negligência é verificada com o atraso da END, PND e Livro Branco, ainda permanece o documento de 2012. Cabe a futuras pesquisas análises a respeito destas mudanças, de modo que as influências neoliberais ainda estão presentes, o alinhamento da política externa também se encontra a vigorar interesses de Estados hegemônicos que não estão interessados em repassar tecnologias para a indústria de defesa.

É importante que o Brasil tenha projeto nacional, em conformidade de todos os grupos sociais. A discussão racional de todos os agentes da sociedade, reconhecendo os erros do passados e aproveitando a importância das relações internacionais, que geram impactos internamente, é possível caminhar para o progresso de uma sociedade mais digna, diminuindo desigualdades sociais e progredindo com as nações-amigas interessadas em cooperação, detentoras de um passado semelhante, que também merecem serem ouvidas e respeitadas no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROS, Christiano. Hierarquia internacional da indústria de defesa: o trilema da modernização de defesa no caso brasileiro. **Revista Política Hoje**, v. 26, n. 1, p. 55-84, abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/8880>>. Acesso em: 10 out. 2018.

ANDRADE, Israel; FRANCO Luiz. **A Indústria de Defesa Brasileira e a Sua Desnacionalização: Implicações em Aspectos de Segurança e Soberania e Lições a Partir da Experiência Internacional**. Boletim de Economia e Política Internacional: Ipea, 2015. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26842&Itemid=4> Acesso em: 22/04/2018

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Diagnóstico Base Industrial De Defesa Brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 2011. Disponível em: < http://www.abdi.com.br/Estudo/relatorio_neit_04-defesa_01b.indd.pdf> Acesso em: 18/04/2018

BANDEIRA, Luiz. As Políticas Neoliberais e a Crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.** **45 (2)**: p.135-146, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007>> Acessado em: 24/04/2018

BARBIERI, José. Pólos Tecnológicos e De Modernização: Notas Sobre a Experiência Brasileira. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 5, p.21-31, São Paulo: 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901994000500004>> Acesso em: 22/04/2018

BASTOS, Expedito. Uma Realidade Brasileira Carros-de-combate Tamoyo e Osório. **Revista Da Cultura, ano V, n.9**. Fundação Cultural do Exército. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/18_8t6x.pdf> Acesso em: 20/05/2018

BATISTA JÚNIOR, Paulo. **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil ensaios e palestras** Brasília: FUNAG, 2009.

BORELLI, Patrícia; PERON, Alcides. DEFESA E DESENVOLVIMENTO NO GOVERNO LULA: UMA CONVERGÊNCIA POSSÍVEL? Rio de Janeiro: **Revista da Escola de Guerra Naval**. 2017. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/565>> Acesso em: 22/04/2018

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa. 2012a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>> Acesso em: 21/06/2018

BRASIL. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa. 2012b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf> Acessado em: 20/04/2018

BRASIL. **PORTARIA NORMATIVA Nº 899/MD, DE 19 DE JULHO DE 2005**. Brasília: Ministério da Defesa. 2005. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pnid_politica_nacional_da_industria_de_defesa.pdf> Acesso em: 20/04/2018

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estratégia Nacional e Desenvolvimento**. São Paulo: **Revista de Economia Política**, vol.26, nº2. 2006

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica**. 2009. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3104>> Acesso em: 14/06/2018

CANZIAN, Fernando. **Embraer é privatizada por R\$ 154,1 mi**. São Paulo: **Folha**, 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/08/brasil/23.html>> Acesso em: 10/07/2018

CARVALHO, Robson. **Base Industrial de Defesa: elemento essencial de afirmação do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2013. Monografia

CASTRO, Flávia. **DIPLOMACIA E DEFESA: REVERTENDO TRAJETÓRIAS PARALELAS?** Rio de Janeiro: ESG, 2015. Disponível em: <<http://www.esg.br/imagens/Laboratorio/publicacoes/diplomacia.pdf>> Acesso em: 22/04/2018

CASTRO, Flávio Mendes. **1808-2008 Itamaraty: Dois Séculos de História**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo. **Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global P & D MILITAR: SITUAÇÃO, AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS**. Campinas: SP, Unicamp, 1993
Disponível em: <www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/militar.pdf> Acesso em: 22/04/2018

CELSO, Furtado. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06/12/2018.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. UNB, 2012

CORREA FILHO; SCHMITT, Sérgio et al. **Panorama sobre a indústria de defesa e**

segurança no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n.38, p. 373-408. 2013. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2684>> Acesso em: 22/10/2018

COSTA, Darc. **Integrar é desenvolver a América do Sul**. In: LOPES, Maria; PINTO FILHO, Henrique et al. Integração da América do Sul. Brasília: FUNAG, 2010. p.47-71

_____. **Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

DAGNINO, Renato, **A Indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. Campinas: UNICAMP, **Economia e Sociedade**, v.16, n1(29), 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642824/10376>> Acesso em: 16/05/2018

UNITED STATES. Congress, **Global Arms Trade: Commerce in Advanced Military Technology and Weapons**. Washington: Government Printing Office, p.35-39, p.143-150. 1991. Disponível em: <<http://ota.fas.org/reports/9122.pdf>> Acesso em: 03/09/2018

UNITED STATES, Department of Defense. **Defense Science and Technology Strategy**. Washington: Defense Research and Engineering, p.9-12, 1994. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a285414.pdf>> Acesso em: 09/09/2018

FIORI, José (org). **O Poder Americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FRANKO, Patrice. **The Defense Acquisition Trilemma: The Case of Brazil**. In: DANE, Felix. Brazil Emerging in the Global Security Order. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2013, p.121-143. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/11440-1442-5-30.pdf>> Acesso em: 08/10/2018

FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

FURLAN(a), Rodrigo. Dez veículos militares projetados e construídos no Brasil. **Revista Quatro Rodas**, Abril: 2015. Figura. Disponível em: <<https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/dez-veiculos-militares-projetados-e-construidos-no-brasil/>> Acesso em: 20/10/2018

FURLAN(b), Rodrigo. Dez veículos militares projetados e construídos no Brasil. **Revista Quatro Rodas**, Abril: 2015. Figura. Disponível em: <<https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/dez-veiculos-militares-projetados-e-construidos-no-brasil/>> Acesso em: 20/10/2018

FURLAN(c), Rodrigo. Dez veículos militares projetados e construídos no Brasil. **Revista Quatro Rodas**, Abril: 2015. Figura. Disponível em: <<https://quatrorodas.abril.com.br/noticias/dez-veiculos-militares-projetados-e-construidos-no-brasil/>> Acesso em: 20/10/2018

GRIMMET, Richard. **Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 1998-2005**. Washington: Congressional Research Service reports, 2006. Disponível em <<https://fas.org/sgp/crs/weapons/RL33696.pdf>> Acesso em: 26/06/2018 [[rever]]

GUIMARÃES, Eduardo. **A Experiência recente da política industrial no Brasil uma avaliação**. Brasília: IPEA, 1996. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0409.pdf>> Acessado em: 22/05/2018

HARVEY, David. **O Neoliberalismo história e implicações**. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERBST, Kharen; DUARTE, Franciso. A nova regulação do sistema financeiro face à crise econômica mundial de 2008. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v.4, n.2**, p.16-38. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/6005>> Acessado em: 10/07/2018.

IBARRA, David. O Neoliberalismo na América Latina. **Rev. Econ. Polít. São Paulo, v. 31, n. 2**, p. 238-248, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000200004&lng=pt&nrm=iso>

LACERDA, Antônio Correa de, **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LINS, João. **A Indústria de Defesa Como um Projeto de Desenvolvimento Nacionais: I Seminário Internacional Pós Graduação em Ciências Sociais**. Marília: UNESP, 2015. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/iseminariointernacionalpos-graduacaoemcienciassociais/04.-joao-vicente-lins.pdf>> Acesso em: 01/08/2018

LONBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais II: O século XX: do declínio europeu à Era Global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LONGO, Wladimir Pirró e. De um passado glorioso a um futuro brilhante. **Revista Inovação em Pauta. n7**. Rio de Janeiro: FINEP, p.35-38, 2009. Disponível em <<http://finep.gov.br/images/revista/revista7/index.html#p=36>>. Acesso em: 20/07/2018

LOPES, Roberto. **Rede De Intrigas: Os Bastidores Do Fracasso Da Indústria Bélica no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

MALAGUTI, Manoel (Org). **Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso Tempo**. São Paulo: Cortez, p.15-32, 2000.

MARSHALL, Jeffrey. **The Relationship Between Democracy and Nonproliferation: Brazil, China, and MTCR**. California: Naval Postgraduate School Monterey. 1997. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a331460.pdf>> Acesso em: 10/09/2018

MARTINS, Miguel; NUNES, Raul. Política Externa, Política de Defesa e Modelo de Desenvolvimento no Brasil: Do Estado Desenvolvimentista ao Estado Logístico (1930-2017). **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.6, n.12. Porto Alegre: Austral, 2017. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/81332/47673> Acesso em: 18/07/2018

MARTINS FILHO, João; ZIRKER, Daniel. O Governo Fernando Henrique e as Forças Armadas. São Carlos: UFSCAR, **Revista Olhar**, ano 02, n.4, 2000. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar4/joao_martins.pdf> Acesso em: 13/08/2018

MAGALHÃES, David. **A POLÍTICA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÃO DE ARMAS NO CONTEXTO DA REVITALIZAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA**. São Paulo: UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2016. Tese Doutorado

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Rodrigo. **A INSERÇÃO EXTERNA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE DEFESA: 1975-2010**. Brasília: Ipea. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15107> Acesso em: 22/04/2018

MOURA, Gilberto. **III CNPEPI: O Brasil no mundo que vem ai: seminário IBAS**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MONSERRAT FILHO, José. **III CNPEPI: O Brasil no mundo que vem ai: seminário IBAS**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

OLIVEIRA, Henrique; LESSA, Antônio. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PAULANI, Leda. **Neoliberalismo e individualismo**. Campinas: UNICAMP, Economia e Sociedade(13), 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138/10688>> Acesso em: 12/05/2018

FONSECA, Pedro; CUNHA, André; BICHARA, Julimar. **¿Neoliberalismo, Populismo o Desarrollo? La Controversia Sobre La Política Económica del Gobierno Lula**. São Leopoldo: UNISINOS, 2014. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/fonseca_p._c._d._cunha_andre_moreira_bichara_j._neoliberalismo_populismo_o_desarrollo_la_controversia_sobre_l> Acesso em: 10/09/2018

PINTO, J.R; ROCHA, A.J (Org). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País**. Brasília: Ministério da Defesa, 2004. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/cientecnol.pdf>> Acessado em: 20/07/2018

PORTO, Henrique. **A Crise da Indústria Bélica Brasileira nas Décadas de 1980 e 1990**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015

POLLEY, Gerald. **National Military Strategy in the Post Cold War Era: Nuclear Deterrence or an Alternative**. Pennsylvania: U.S. Army War College Carlisle Barracks, 1993. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a264585.pdf>> Acesso em: 10/09/2018

PEREIRA, Analúcia. **A Política Externa Do Governo Sarney: A Nova República diante do Reordenamento Internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PRADO, Antonio. O Desenvolvimento Na América Latina Depois da Crise Financeira de 2008. IPEA, **revista tempo do mundo**, v. 3, n. 3, p.10-26, 2011. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6117/1/RTM_v3_n3.pdf> Acesso em: 20/03/2018

SAINT-PIERRE, Hector. **A Defesa na Política Externa: dos fundamentos a uma análise do caso brasileiro**. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/6599891/A_Defesa_na_Pol%C3%ADtica_Externa_dos_fundamentos_a_uma_an%C3%A1lise_do_caso_brasileiro._An%C3%A1lise_de_Conjuntura_OPESA> Acesso em: 23/06/2018

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999

SANTOS, Milton. **O País Distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002

SANTOS, Luís. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014.

SANTOS, Teotônio. A América Latina na Encruzilhada. **Rev. Bras. Adm. Pol.**, 6(2):p.15-62. UFBA, 2016.

SILVA, André Luiz. **Do Otimismo Liberal À Globalização ASSIMÉTRICA. A Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009

SILVA, Antônio. **A Globalização Militar e os Emergentes: Comparação Entre as Indústrias Aeroespaciais de Defesa de Brasil, Índia e China**. Dissertação Mestrado. UFPE. Recife: 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1893>> Acesso em: 22/04/2018

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 12, n. 33, p. 119-130,. 1998 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/12/2018.

SOUZA, Adriane. **A especialização do lugar: São José dos Campos como centro da tecnologia aeroespacial no País**. Tese Doutorado. USP. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde04032009173126/publico/ADRIANE_APARECIDA_MOREIRA_DE_SOUZA.pdf> Acesso em: 20/05/2018

STRACHMAN, Eduardo; DEGL'LESPOSTI, Eduardo Henrique Becker. **A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a engesa**. Ensaio FEE, v. 31, n. 1, p. 31-58, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124770>> Acesso em: 03/08/2018

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. **Arms Transfers Database**. 2018 Disponível em: <<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/values.php>> Acesso em: 15/08/2018

TOLLEFSON, Scott. **Brazil, The United States, and The Missile Technology Control Regime**. California: Naval Postgraduate School Monterey. 1990. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a220551.pdf>> Acesso em: 10/09/2018

VELASCO; CRUZ, Sebastião. **O Brasil no mundo: Ensaio de análise política e prospectiva**. São Paulo: Unesp, 2010

VIZENTINI, Paulo. **A Política Externa Do Regime Militar Brasileiro**. UFRGS. Porto Alegre: 2004.

VISENTINI, Paulo; CEPIK, Marco; PEREIRA, Analúcia. **G3 – Fórum de Diálogo IBAS: Uma Experiência de Cooperação sul-sul**. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia. **III CNPEPI: O Brasil no mundo que vem ai: seminário IBAS**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

VIZENTINI, Paulo. **De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005)**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 2. 2006. Disponível em: <<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9>>>. Acessado em: 22/05/ 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Empresas atuantes na indústria de defesa

Empresa	Controle do capital	Principais produtos/atividades no setor de defesa
Imbel – Indústria de Material Bélico do Brasil	Estatual nacional	Projeto e fabricação de armas leves (pistolas, fuzis, metralhadoras), explosivos de uso militar e civil, munições pesadas (granadas para morteiros e propelentes para mísseis e foguetes) para o Exército Brasileiro
Forjas Taurus S.A.	Privado nacional	Projeto e fabricação de armas leves (revólveres, pistolas, carabinas e metralhadoras)
Companhia Brasileira de Cartuchos	Privado nacional	Fabricação de munições leves e de munições para canhões de médio calibre (20 mm-30 mm)
Condor S.A. Indústria Química	Privado nacional	Projeto e fabricação de armas e equipamentos não letais
Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Muller de Campos (FAJCMC)	Estatual nacional	Fabricação de munições pesadas para a Marinha do Brasil
Avibras Indústria Aeroespacial S.A.	Privado nacional	Projeto e fabricação de sistemas de artilharia e de foguetes ar-terra de 37 mm e 70 mm; fabricação de propelentes para mísseis e foguetes e de explosivos de uso militar e civil; desenvolvimento de sistemas de propulsão e de estruturas aerodinâmicas para mísseis; industrialização e integração de mísseis e foguetes; desenvolvimento de VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado)
Mectron Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.	Privado nacional	Projeto de mísseis ar-ar, ar superfície e superfície-superfície; desenvolvimento de sistemas de guiagem de mísseis, de equipamentos e sistemas aviônicos para aeronaves militares, e de equipamentos e sistemas para o Programa Espacial Brasileiro
Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevanteamento S.A.	Privado nacional	Desenvolvimento e fabricação de radar de vigilância aérea de baixa altitude; serviços de imageamento por radar
Ominisys Engenharia Ltda.	Privado estrangeiro	Fabricação de radares de vigilância, defesa aérea, tráfego aéreo e meteorológicos
Atmos Sistemas Ltda.	Privado nacional	Projeto e fabricação de radares meteorológicos
AEL Sistemas S.A.	Privado estrangeiro	Fabricação local de sistemas aviônicos embarcados em aeronaves militares
Atech Negócios em Tecnologias S.A.	Privado nacional	Desenvolvimento de sistemas integrados de vigilância, eletrônica e inteligência; desenvolvimento de sistemas de controle de armas de embarcações e de aeronaves; desenvolvimento de simuladores de operações militares
Embraer S.A	Privado	Projeto e fabricação de aeronaves leves de ataque/treinamento militar, de

	nacional	aeronaves de vigilância; desenvolvimento de aeronave de transporte de carga/tropa e reabastecimento em voo; desenvolvimento de sistema de comunicação entre aeronaves e comandos em terra; manutenção aeronáutica e suporte logístico; modernização de aeronaves militares usadas; formação de joint venture com a Elbit no segmento de VANTs; aquisição de 90% da divisão de radares da Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevantamento S.A. e de 50% da Atech Negócios em Tecnologias S.A.
Odebrecht Defesa e Tecnologia	Privado nacional	Participação no Consórcio Baía de Sepetiba, juntamente com a empresa francesa DCNS, para: construção de quatro submarinos convencionais da classe Scorpène e da parte não nuclear do submarino nuclear brasileiro; construção de estaleiro para a fabricação de submarinos (incluindo os cinco citados); construção de base naval de submarinos; aquisição do controle da Mectron Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	Estatal nacional	Fabricação de embarcações militares diversas
Empresa Gerencial de Projetos Navais	Estatal nacional	Gerenciamento de projetos da Marinha do Brasil; comercialização de produtos e serviços disponibilizados pelo segmento naval da indústria nacional de defesa, incluindo embarcações militares, reparos navais, sistemas de combate embarcados, munição de artilharia, serviços oceanográficos e apoio logístico
Inace – Indústria Naval do Ceará S.A.	Privado nacional	Construção de embarcações de patrulha para a Marinha do Brasil
Eisa – Estaleiro Ilha S.A.	Privado estrangeiro	Construção de embarcações de patrulha para a Marinha do Brasil
Santos Lab	Privado nacional	Fabricação de Mini-VANTs e de alvos aéreos
Flight Technologies	Privado nacional	Fabricação de Mini-VANTs e de sistemas aviônicos integrados embarcados em aeronaves militares e civis
Opto Eletrônica	Privado nacional	Sistemas ópticos para mísseis e satélites
Helibras	Privado estrangeiro	Fabricação de helicópteros de pequeno e médio portes; manutenção, reparo e modernização de helicópteros usados militares e civis
Agrale S.A.	Privado nacional	Projeto e fabricação de veículos utilitários leves militares e civis
Iveco Latin America Ltda.	Privado estrangeiro	Desenvolvimento e fabricação de Veículo Blindado de Transporte de Pessoal Médio de Rodas 6x6 (VBTP-MR)
INB – Indústrias Nucleares do Brasil	Estatal nacional	Fornecimento do combustível nuclear para o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica da Marinha do Brasil (Labgene)
Outros fornecedores de produtos e serviços para o setor nuclear: Nitroquímica, Alcoa, Sactres, Villares Metals, Nuclep, Jaraguá,	Diversos	Fornecimento de produtos químicos, alumínio, forjados, aços, estruturas metálicas, equipamentos pesados, motores e serviços de engenharia, respectivamente

Elaboração Própria

Fonte: CORREA FILHO; SCHMITT, Sérgio et al, p.384-387, 2013